

A Ciência da Informação em movimento

memória, esquecimento e preservação digital

Lídia Maria Batista Brandão Toutain
Organizadora

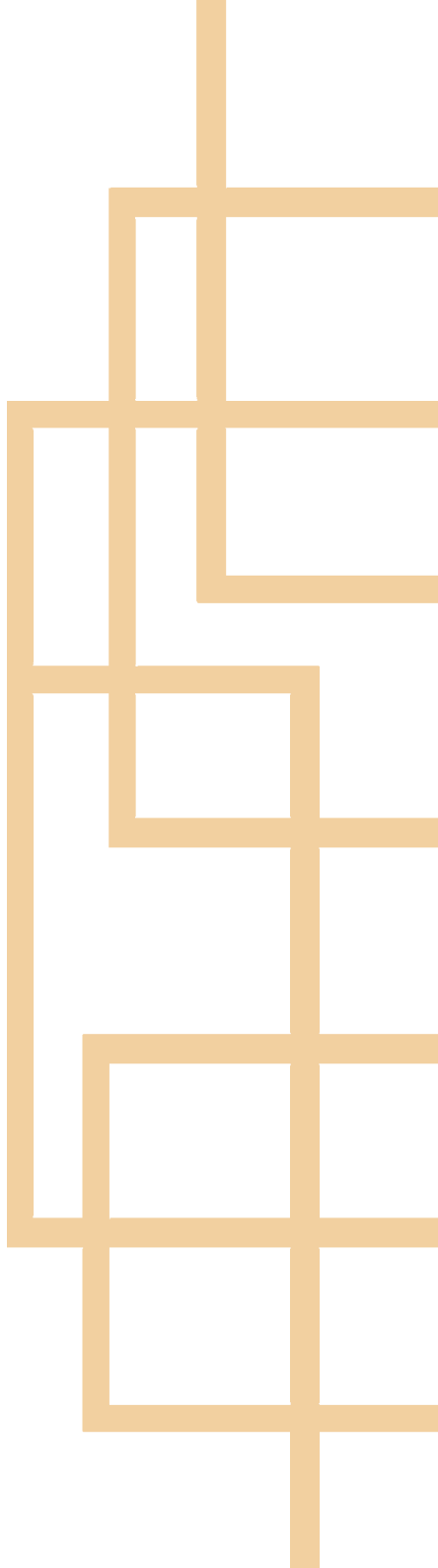


A Coleção **Sala de Aula** foi criada pela Edufba com o objetivo de estimular a produção acadêmica vinculada ao ensino, suprindo as lacunas de bibliografia em determinadas disciplinas ou cursos.

Este novo título que integra a Coleção Sala de Aula, organizado pela profª drª Lídia Maria Batista Brandão Toutain, traz de volta à Coleção a produção da área de Ciência da Informação, publicando um conjunto de textos de autores de diversas Instituições de Ensino Superior. Temas atuais que movem e movimentam a área.

As abordagens desse conjunto de dez textos, inseridos em cinco partes do livro, perpassam por temas relacionados à memória e à complexidade trazida pela era digital, complementados por teorias internacionais da informação, preservação digital, esquecimento e memória social e científica da humanidade.

Flávia Goulart Rosa



**A Ciência da Informação
em movimento:
memória, esquecimento
e preservação digital**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

**A Ciência da Informação
em movimento:
memória, esquecimento
e preservação digital**

Lídia Maria Batista Brandão Toutain

Organizadora

saladeaula 14

EDUFBA

Salvador, 2021

2021, autores.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial Susane Santos Barros	Imagem de capa Freepik
Coordenação gráfica Edson Nascimento Sales	Revisão Cristovão Mascarenhas
Coordenação de produção Gabriela Nascimento	Normalização Bianca Rodrigues de Oliveira
Capa e projeto gráfico Alana Gonçalves de Carvalho	Colaborador/Estagiário Guilherme Tharso Silva Oliveira (graduando em Engenharia Civil/UFBA)

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

C569 A ciência da informação em movimento: memória, esquecimento e preservação digital / Lídia Maria Batista Brandão Toutain (Organizadora). - Salvador: EDUFBA, 2021.
2,63 MB (PDF) :il. color. - (saladeaula; 14)

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34500>
ISBN: 978-65-5630-235-5

1. Ciência da informação. 2. Memória coletiva. 3. Patrimônio cultural. 4. Preservação digital. I. Toutain, Lídia Maria Batista Brandão. II. Título: memória, esquecimento e preservação digital. III. Série.

CDU: 002.008+004

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

Prefácio

Da atualidade da memória...7

Antônio Albino Rubim

Prólogo

Reflexión preambular: cuidar y conservar para no olvidar...13

José A. Moreiro-González

Apresentação...19

Esther Caldas Guimarães Bertoletti

PARTE 1: TEORIAS INTERNACIONAIS DA INFORMAÇÃO

Memória é ferramenta para se construir o futuro...23

Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

PARTE 2: MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E PRESERVAÇÃO: ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO

Memória expandida: patrimônio compartilhado...45

José Cláudio Alves de Oliveira

Um trânsito pelo território da memória: no mundo-casa, fotografei o perfume e o silêncio...65

Alzira Tude de Sá

As oficinas de percussão popular e a cultura musical percussiva: uma relação entre memória, informação e descoberta de conhecimento...85

Fabírcia Carla Ferreira Sobral, Maria Luiza de Almeida Campos e
Elisabete Gonçalves de Souza

PARTE 3: PRESERVAÇÃO DIGITAL

Patrimônio documental digital e memória: a urgência da preservação...111

Brenda Couto de Brito Rocco e Renato Crivelli Duarte

A frente de pesquisa sobre preservação digital no Brasil...135

Aureliana Lopes de Lacerda Tavares e Isa Maria Freire

Teoria e a prática na preservação digital e perpetuação de documentos...173

Herbet Menezes Dorea Filho e Lídia Maria Batista Brandao Toutain

PARTE 4: PRÁTICAS BRASILEIRAS E INTERNACIONAIS RELACIONADAS COM A PRESERVAÇÃO E A MEMÓRIA

Contexto histórico da organização e produção de imagens e as características da cultura imagética nas redes sociais...185

Elmira L. M. S. Simeão e Ricardo Crisafulli Rodrigues

Memórias e testemunhos documentais no contexto das coleções especiais e arquivos do Lugares de Memória da UFBA...209

Maria Alice Santos Ribeiro e Joseane Oliveira da Cruz

PARTE 5: O COMPROMISSO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO COM A MEMÓRIA SOCIAL E CIENTÍFICA DA HUMANIDADE E COM A PRESERVAÇÃO DIGITAL

O papel dos profissionais da informação na preservação digital...235

Miguel Angel Márdero Arellano e Sonia Araújo de Assis Boeres

Sobre os(as) autores(as)...261

Prefácio

Da atualidade da memória

Vivemos um mundo da velocidade, como observou perspicazmente Paul Virilio. Ele acreditava que sobrevivemos na era da “dromologia” (*dromos* = corrida). A pressa parece dominar todos. Nela, parece improvável reter acontecimentos. Nada parece poder ser fixado. Na aparência, tudo está em movimento constante. Em distinta chave analítica, vivemos um mundo em que tudo que é sólido se desmancha no ar, como Marshall Berman fez a releitura e publicizou as proféticas palavras escritas no *Manifesto Comunista* por Marx e Engels. Em definitivo, o mundo aparenta estar averso à memória. Ele impõe imensas dificuldades para a memória.

Paradoxalmente, o presente produz incessantemente enormes potencialidades de elaborar e fixar memória, em múltiplas materialidades, que inventa a cada instante. A reprodução técnica-industrial da imagem posada e em movimento e do som interpelaram estudiosos e permitiram belos estudos e ensaios. Walter Benjamin nos presenteou com dois dos mais instigantes: um sobre a fotografia e outro sobre o cinema. A reprodutibilidade técnica-tecnológica, em acelerada velocidade, procedeu a desmaterialização das materialidades. Múltiplas nanotecnologias, em estirpe digital, brotaram com gigantescas capacidades de armazenamento de dados, informações, imagens, sons, emoções e sensações. A discussão acerca da pertinência e confiabilidade desses infinitos suportes sociotecnológicos de lidar e traduzir memória perpassa a atualidade e está a exigir respostas a muitas indagações.

Emerge outra atualidade em conjunto com a anteriormente enunciada. Ela se expressa como memória e tecnologias digitais. Ou melhor, ela coloca em cena os desafios de tratar ou maltratar a memória na era das tecnologias digitais. O digital invade, contamina e refaz o mundo como sociedade-rede. Ele perpassa todos as entranhas societárias. Floresce uma sociabilidade contemporânea distinta da modernidade. Nela, em espaço planetário e em tempo real, se conjugam de modo simultaneamente complementar e tenso: o global e o local, tão bem reunidos na noção de glocal; convivência – vivência em presença – e televivência – vivência à distância –; realidade do entorno e realidade remota; espaços geográficos e espaços virtuais. Tal sociabilidade traz imamente intensas e contraditórias possibilidades a ser imaginadas. A memória e a sociedade são arremessadas no turbilhão chamado contemporaneidade.

Possibilidades autoritárias e democráticas perpassam como nunca a atualidade não apenas na conformação política dos estados nacionais e dos organismos supranacionais, mas adentram o cotidiano da vida social. Hoje, autoritarismos invadem o mundo e o Brasil. Avanços democráticos se espraiam pelo mundo e pelo Brasil recente até 2016. Como tragédia, o Brasil atual está fora de cena democrática. Contaminado pela pandemia e pelo pandemônio, o país se dilacera. Pandemia sem controle devoradora de seres humanos. Pandemônio na gestão da pandemia. Pandemônio na provocação e na gestão de muitas crises simultâneas e avassaladoras: econômica, social, ambiental, política, educacional, universitária, científica, cultural, civilizacional, dentre muitas outras. Crises que afetam presente, futuro e passado.

Crises muitas vezes sobredeterminadas, desencadeadas e envolvidas pela guerra cultural, promovida pelo governo federal e por setores autoritários, fundamentalistas e milicianos,

seus aliados. Eles vociferam negacionismos, terraplanismos, racismos, supremacismos, criacionismos, homofobias, machismos, revisionismos históricos etc. A guerra cultural pretende destruir alteridade, diversidade e pluralismo, tomados como inimigos. A guerra cultural busca dismantelar a rica memória do Brasil recente e recriar outro passado, afeito às tragédias ditatoriais. A guerra cultural impõe como um dos objetivos mais profundos refazer o passado.

O passado não passou. Não está terminado/encerrado/concluído. Ele continua vivo e é disputado intensamente no presente. As lutas no e pelo presente/futuro não permitem que o passado passe. Ele se torna presentificado pela disputa do presente. Ele não fica em paz. O passado é revirado, retorcido e reinventado a todo tempo pelos vencedores do passado e do presente. A história oficial tece, impõe, retém e reproduz a memória dos vencedores. A atualidade do tema da memória mais uma vez ganha nitidez e visibilidade como dado vital aos tempos sombrios, que nos ameaçam a todo instante.

Mas os vencidos disputam a memória. Eles lutam para reescrever o passado e denunciar as atrocidades dos vencedores. Cabe recordar um belo exemplo de reinvenção política da memória. Em lugar da abolição, do 13 de maio com data referência de celebração dos negros no Brasil e da “mãe/mão generosa” da princesa Isabel, o movimento negro em tempos recentes lutou e inventou uma nova tradição, a la Eric Hobsbawm. O embate dos negros nas terras brasileiras entronizou o quilombo dos Palmares e seu líder Zumbi como referencial histórico privilegiado da sua existência e luta no país. Em lugar da dádiva dos dominantes, a luta dos oprimidos rebelados contra a desumana escravidão. A data de 20 de novembro, dia da derrota no passado e da morte de Zumbi, se transmutou pela luta do movimento negro em

vitória simbólica e política no presente, em reescritura do passado, a partir da perspectiva dos vencidos. A reversão histórica essencial resgata a memória contra a imposição dominante e oficial do Brasil pacífico e não violento. Ela resgata a dignidade de um povo, suas lutas, seus heróis e sua memória viva.

Se no mundo a memória se vê perpassada por contradições, esquecimentos, interditos e tensões, o que se pode dizer do caso brasileiro? Na sua história, um conjunto quase infinito de exemplos trágicos. Que fale o genocídio dos povos originários. Que grite a destruição dos acervos da escravidão para fazer esquecer acontecimentos cruéis e de violência brutal. Que seja lembrado o Brasil como maior país escravocrata negro-africano do mundo. Que não se apague os quase 400 anos de escravidão em nossos 521 anos de vida desde o “descobrimento”. Que se recorde o Brasil como um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão negra. Que seja sempre dito o país como um dos mais desiguais socialmente do mundo. Que nunca se olvide a história do Brasil marcada sempre por brutal violência e discriminação contra todos os que não pertencem à Casa Grande.

O livro trata, portanto, de tema atualíssimo. Atento à atualidade da memória, ele transita por diversas temáticas que perpassaram essa introdução áspera como os tempos sombrios, de pandemia e pandemônio, em que lutamos para sobreviver. A memória e suas complexidades da era digital assumem a centralidade da reflexão neste livro. Ele navega da visitação às teorias internacionais da informação à afirmação do compromisso do profissional da informação com a memória social e científica da humanidade e com a preservação digital.

Em suas páginas, relevantes questões se apresentam e são discutidas, tais como memória, esquecimento e preservação. A atenção

com a memória perpassa as reflexões do livro. Sua preservação se insinua como problema atualíssimo, em especial em um país que maltrata historicamente lugares de memória, museus, arquivos, acervos, memoriais, monumentos, patrimônios materiais e imateriais. Mas, na sociabilidade contemporânea, a temática da preservação torna-se ainda mais atualizada, pelas infinitas complexidades, possibilidades e dificuldades colocadas em cena pelas sociotecnologias digitais e sua onipresença na contemporaneidade.

O livro *A Ciência da Informação em movimento: memória, esquecimento e preservação digital* percorre muitos e importantes itinerários, desde horizontes teórico-conceituais até as práticas brasileiras e internacionais relativas à preservação e à memória. Inscrito na interessante Coleção Sala de aula, ele certamente permitirá que temáticas, tão vitais para o mundo e para o Brasil atuais, se tornem mais visíveis e agendadas no ambiente acadêmico e fora dele. Em um país dito sem memória, tematizar a memória e sua preservação se torna uma atitude vital para a construção de um diálogo democrático com o passado, o presente e o futuro.

Antônio Albino Canelas Rubim

Prólogo

Reflexión preambular: cuidar y conservar para no olvidar

En fin y como principio, desde aquí parte el contenido del libro *A Ciência da Informação em movimento: memória, esquecimento e preservação digital* que ha coordinado la profesora Lúcia Brandão Toutain y que se ha propuesto atender en detalle muchos de los rasgos de la Ciencia de la Información, de nuevo como sucede más o menos cada diez años, en un momento crucial de su desarrollo. La sociedad digital cambia deprisa y la Ciencia de la Información vive en la agitación permanente del cambio acelerado. Lo reconoce el propio título al situarse en la Ciencia de la Información en movimiento. Siendo así, las herramientas técnicas envejecen en escaso plazo y las bases teóricas se ven afectadas por situaciones que demandan una constante puesta al día, sobre todo en época de pandemia y más cuando se persigue un propósito académico y formativo. Por eso es tan importante pararse a reflexionar cada no mucho tiempo sobre lo que somos y lo que hacemos como profesionales de la información.

Tan pronto como sucede cualquier renovación en las TIC que intervienen en la creación, difusión e intercambio de los objetos de contenido tienen que evolucionar en paralelo las técnicas profesionales que los organizan, representan y facilitan su acceso. Casi siempre aprovechando las ventajas que ofrece la misma tecnología que impulsó el salto hacia adelante. Y una renovación tecnológica no tiene fecha, es un proceso muy apresurado y casi sincrónico en sus

múltiples causas, pero ininterrumpido en sus consecuencias. Como sucede ahora con la rápida y progresiva transformación digital, salvo para situaciones determinantes que no ocurren todos los días.

La digitalización de los objetos de información ha venido a sumarse a los problemas de conservación de los documentos analógicos preexistentes. Si no se preservan y conservan de forma adecuada no pueden realizarse los demás pasos del proceso comunicativo-informativo, por lo que no habrá acceso a sus contenidos. De modo que el patrimonio documental pasa por peligros reales que, si no reaccionamos con diligencia, podrían llevar a su pérdida parcial, lo que produciría espacios sin bienes donde había legados documentales. Para evitarlo se han diseñado programas que tratan de frenar, remediar y facilitar su conservación y preservación desde la aplicación de un conjunto de tecnologías, técnicas de tratamiento y procedimientos, tanto de carácter preventivo como correctivo. Por su relevancia internacional cabe mencionar, a este respecto, la *Memoria del Mundo* de la UNESCO empeñada en concienciar sobre la realidad del patrimonio documental y, con mayor transcendencia aún, asegurar y cooperar en su acceso.

Si la conservación de los más diversos objetos de contenido se ha hecho durante décadas por la habilidad de los profesionales que los custodiaban y cuidaban (curadores), el soporte digital trae muchas dudas respecto al adecuado y no agresivo escaneo de los textos, sonidos e imágenes fijados en soportes analógicos. E incluso sobre la permanencia de los propios medios digitales ante las consecutivas variaciones de formato y de las maneras de reproducción. Habida cuenta de que se emplean formas poco éticas a la hora de conservar el ilimitado patrimonio cultural e histórico.

Sin duda, esta monografía aborda entre sus contenidos cuestiones relacionadas con la formación teórica y metodológica. Junto a

otras relativas al conocimiento de las normas de conservación, difusión y gestión del patrimonio documental. Sin olvidar, a grandes trazos, las herramientas que permiten conservar, preservar y difundir documentos en diferentes soportes ni el diseño de estrategias de comunicación, difusión y compromiso de la sociedad con la preservación del patrimonio.

La perspectiva desde la que se enfoca el guion del libro no es reductiva de la preservación del patrimonio documental. Desde un contexto de fuertes cambios tecnológicos en Ciencia de la información se abre a la existencia de nuevos recursos para la conservación y difusión de la cultura y de la memoria. Por lo que, sin olvidarse de reflexionar sobre la gestión de los archivos administrativos e históricos, lo hace atendiendo a los desafíos que enfrentan los profesionales e investigadores que se desempeñan en diversas instituciones especializadas en estas técnicas y tecnologías. Atiende, de partida, a las bases teóricas que apoyan las actividades prácticas en conservación y prevención, como obra cuya primera finalidad es docente. Además de realizar análisis aplicados a la música de percusión o a los documentos digitales de archivo, en especial a los de memoria de la UFBA o a las imágenes institucionales que implica conocimientos audiovisuales. También contiene revisiones en torno al estado de la investigación brasileña sobre preservación digital y al compromiso de los profesionales de la información para atender a la preservación digital desde su capacitación, ya que sin patrimonio documental no hay memoria.

A Ciência da Informação em Movimento: memória, esquecimento e preservação digital está protagonizada por científicas, a la vez que divulgadoras y estudiosas de Ciencia de la información. Solo porque es aplastante la mayoría femenina de sus reconocidas autoras. Tanto ellas como los autores, colegas de diferentes universidades,

aunque predomine su relación con el estado de Bahía, disfrutan de una reconocida entrega a la vida universitaria, y ahora se prestigian y destacan, más si cabe, por una contribución tan apropiada para aclarar conceptos, sensibilizar sobre conservación y preservación e incluso transferir conocimientos e información de interés social.

De modo que, desde un enfoque de carácter predominantemente académico, las contribuciones a esta monografía se ubican en una zona convergente entre saberes que provienen del campo de la Información, la Historia, la Comunicación y las TIC subyacentes a los procesos de acceso, digitalización y difusión. Lo que se manifiesta desde la constatación de problemas comunes a los más variados objetos de contenido, archivos y organizaciones de custodia. Sin olvidar la necesidad de consolidar una formación y actualización que integren la investigación histórica y la gestión del patrimonio documental. Debe de ser así, pues las propias fuentes históricas ya no se restringen a los escritos originales guardados en los archivos, que han constituido los objetos tradicionales para surtir con datos e informaciones. Aun siendo los más importantes desde una perspectiva general, han tenido que aceptar la compañía de todo tipo de objetos, con tal de que aporten testimonios para hacer historia, en particular los de carácter visual. En estas circunstancias ningún objeto es tan intenso en la relación con el pasado como la imagen. Se debe a que testimonian un momento, unas actividades o manifiestan a la gente, las ciudades, las cosas o los paisajes que han podido irse o renovarse, pero cuya imagen se mantiene indestructible mediante las fotografías que narran lo sucedido y pueden acercarnos una actualidad del pasado y unos hechos que ya no existen pero que son imprescindibles para la memoria histórica.

Conocer para apreciar una tierra, una cultura, un pasado y un modo de ver e interpretar la vida. Para conocer todo ello a fondo hay que evitar una serie de problemas que se derivan de la inoportuna conservación, custodia y acceso. Habría que contar con proyectos nacionales o estatales que fomentasen o mejorasen todo tipo de “tecas” digitales bien organizadas y gestionadas ¿Qué necesidad hay de contar con esos centros custodios y gestores de objetos para su conveniente acceso? Como medio de establecer los fundamentos de una historia social a partir de la importancia de los objetos que tratan y facilitan, no sólo como fuente documental de la mayor significación sino también como elementos organizadores de la memoria histórica. Sin olvidarnos de su importancia para superar cualquier impedimento que frene la consideración del patrimonio existente ¿Por qué digitales? Porque este es el soporte más apropiado de cara a su conservación y consulta. El único que garantiza el acceso por encima de limitaciones geográficas, fácticas (¡ay la pandemia!), temporales y económicas. Los objetos digitales muestran una independencia comunicativa impensable respecto a los analógicos (manuscritos, impresos, grabaciones, ...) y además favorecen su empleo en los trabajos de docencia y de investigación. Con lo cual aseguran asimismo un patrimonio de uso fructífero para la investigación y con un tremendo poder evocador en lo personal y social. Las colecciones de los más variados objetos pueden y deben preservarse y gestionarse con eficacia por el beneficio cultural, histórico y hasta económico que aportan. Razones todas que conceden a este libro un indudables interés social y formativo.

Por todo ello se justifica la entrega de esta monografía que los estudiantes y estudiosos abrirán motivados por el interés y actualidad de sus contenidos, y que luego lo cerrarán con el provecho

de haber llegado al conocimiento que sus páginas transmiten. No es menor la contribución del libro a *participar en la sociedad digital, en cuanto fomenta la condición de la ciudadanía heredada e inclusiva en el patrimonio cultural común.*

José A. Moreiro-González

Apresentação

A memória da humanidade deve ser sempre preservada seja na forma antiga, na oralidade, passando de gerações a gerações, seja da forma moderna com a documentação em papel ou em formato digital.

Preservar em papel fossem documentos manuscritos, impressos ou fotografias já era difícil, imaginemos agora como deve ser mais difícil a preservação do conteúdo digital, pois a preservação digital varia e se modifica sempre a cada hora no Brasil e no mundo.

Sem dúvida que os diversos capítulos deste bem pensado livro pelo Instituto da Ciência da Informação (ICI) irão facilitar o conhecimento dos jovens e dos novos profissionais da informação que devem ter maior compromisso com a memória do mundo e do nosso Brasil.

Tenho certeza de que os jovens estudantes e profissionais serão capazes de conseguir superar os problemas do dia a dia da tecnologia moderna, como nós os mais velhos conseguimos, anteriormente, alcançar os nossos objetivos de completar e preservar os manuscritos, livros raros, jornais e revistas pela microfilmagem sistêmica e depois com a digitalização.

Identificar, localizar, reunir, microfilmar, restaurar e digitalizar as coleções de jornais e revistas brasileiros e livros raros, nos planos nacionais de microfilmagem de periódicos brasileiro – plano como era conhecido – e no Plano Nacional de Restauração de Obras Raras (Planor).

Projetos incentivados inicialmente por instituições americanas que receberam diversos pedidos de pesquisadores locais que

vinham ao Brasil para pesquisar na documentação histórica sobre nosso país e que encontravam diversas dificuldades como por exemplo: coleções em estado muito precário impossível de serem manuseadas, exemplares faltando e títulos de periódicos não encontrados. Assim, com o apoio da Fundação Ford dos Estados Unidos, fui iniciando a jornada para vencer os desafios quase impossíveis de serem superados.

Confiança nos jovens estudantes sempre e viva a nossa Bahia de Todos-os-Santos!

Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal da Bahia

PARTE 1
TEORIAS INTERNACIONAIS DA INFORMAÇÃO

Memória é ferramenta para se construir o futuro

Helôisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

Introdução

Estudar o passado significa realizar uma tentativa de entendê-lo, de interpretá-lo para que se obtenha maior compreensão do tempo presente com a finalidade de preparar o caminho para o tempo futuro.

Entretanto, o passado pode ser comparado a uma colcha de retalhos, na qual cada fragmento de tecido é utilizado para recompor a imagem de algo que já não existe.

Por que o ser humano tenta recompor as imagens, as paisagens, os objetos que existiram em um tempo passado? Se a sociedade é mutante, tanto quanto o ser humano que a compõe, não seria mais interessante e produtivo criar e recriar-se constantemente, fazendo algo novo, a partir do hoje, do agora, do momento presente? Não seria essa a grande tendência dos tempos atuais, em que as novas tecnologias se

aliam aos resultados das pesquisas científicas para darem destaque à inovação em detrimento da tradição?

Estudos científicos têm demonstrado que o ser humano desenvolve a memória porque ele necessita das informações do passado para continuar a viver e existir. Um ser sem memória não se reconhece e não reconhece os outros, não sabe de onde veio nem para onde vai; sem saber para onde ir, também não vai se importar com o que faz nem com suas atitudes; não estará nutrido de valores, haverá apenas instintos. Esse processo de perda de memórias e de valores – éticos, morais, sociais, políticos, econômicos, enfim, valores culturais – leva à violência cotidiana, à barbárie.

O ser humano carrega em si mesmo uma imensa capacidade de construir memórias. Por isso, ele também é capaz de conservar e de preservar alguns objetos que simbolizam e que tenham significados para grupos sociais, embora não seja uma competência que todos os seres utilizem obrigatoriamente e nem sempre da mesma maneira. Entretanto, aqueles que se aplicam na construção de memórias individuais e/ou coletivas percebem que é através desses objetos que se encontram pistas – rastros – para o estudo e a compreensão das culturas e da trajetória do ser humano no planeta Terra. Considerando a cultura como a alma de cada povo, ao conjunto de ideias e de objetos preservados costuma-se intitular de “patrimônio cultural”, isto é, a herança cultural que cada sociedade guarda para que as futuras gerações compreendam suas origens. Nesse sentido, o trabalho de museólogos, de arqueólogos, de arquivistas, de profissionais implicados na salvaguarda de bens culturais não é sobre o passado ou o presente, é sobre o futuro; pois são eles que colaboram de maneira substancial para que as próximas gerações possam saber de onde vieram. São eles que tecem a linha sutil e tênue que une os antepassados às gerações que os sucedem. Esse árduo trabalho de manter vivos o patrimônio

cultural e a memória dos antepassados é algo que sempre vai durar mais do que a vida deles mesmos no planeta e, portanto, é mais importante do que suas próprias vidas, mas eles continuam a fazê-lo porque compreendem a importância do que fazem em benefício da compreensão da evolução da espécie humana.

No decorrer deste capítulo, que está organizado por temas que se integram para conduzir e fortalecer as afirmativas introdutórias, o leitor encontrará desdobramentos do raciocínio e fundamentação científica¹ que a autora considera significativos para o embasamento do tema central, a memória sendo ferramenta para o futuro.

Notas esclarecedoras sobre memória

A memória pode ser entendida através de muitas e diversificadas tipologias. Existem memórias de trabalho, memórias afetivas, memórias individuais e coletivas. Memória oficial e memória social, memória de curta ou de longa duração. Memória esquecida.

Para a neurociência, o fenômeno se traduz nas informações que podem ser armazenadas nos circuitos de neurônios e que influenciam no funcionamento do cérebro, após terem sido absorvidas e integradas nos circuitos.

Cada tipo de memória realiza um tipo diferente de função no cérebro humano, a exemplo de:

Memória de curto prazo – é uma categoria já aprendida por inúmeros estudiosos. Destacamos o Dr. Eric Kandel, Prêmio Nobel em Medicina, em 2000, que após anos de pesquisa e análises, apresenta-a, muito detalhadamente, no livro *Em busca da memória*. Este tipo de memória é a que retém a informação por menos tempo, até que ela seja esquecida ou armazenada.

Podemos imaginar que ela é uma memória imediata e precisa, porque retém a informação logo que é recebida. Pode ser um número de telefone, o nome de um medicamento ou o nome de uma pessoa que acabamos de conhecer. Nessa mesma categoria de curto prazo, pode ser identificada uma memória de trabalho, quando o cérebro trabalha em um sistema de multicomponentes, com capacidade limitada, relacionada à manutenção temporária e processamento da informação durante a realização de tarefas diversas. Pode ser a lembrança das etapas mecanizadas de trabalho em uma fábrica, podem ser cálculos aritméticos em um sistema contábil ou as tarefas de um sistema processual de administração.

Já aquela considerada memória de longo prazo, também muito bem descrita e valorizada por Dr. Kandel, é a que foi formada em momento de impacto emocional, podendo ser um impacto afetivo de qualidade positiva ou um impacto traumático. Esse tipo de memória guarda recordações de episódios e fatos da vida das pessoas, a exemplo do processo do Holocausto ou do vazamento nuclear em Chernobyl, ou o que ocorreu em Brumadinho (MG), quando se rompeu a barragem. Também pode ser uma memória afetiva de uma festa onde alguém conheceu o(a) companheiro(a) de toda uma vida, ou o nascimento dos filhos, ou os ritos de uma formatura muito esperada ou de um sepultamento. A memória de longo prazo também pode ter algumas categorias tipológicas.

Memória declarativa – são as lembranças que fazem parte dos fatos que uma pessoa consegue lembrar e narrar. São as narrativas de vida. Memórias não declarativas são aquelas que, apesar das possibilidades da oralidade, dependem da prática, da execução da atividade para serem lembradas. Existe a informação sobre uma ação, mas cada pessoa deve executar todos os passos da ação sob pena de não conseguir executá-la se não a praticar; por exemplo, andar de bicicleta ou a cavalo ou aprender a dirigir um automóvel

ou um avião. Memória semântica: são os conhecimentos gerais apreendidos em casa ou na escola formal, envolvendo os temas organizadores da história humana no planeta.

Memória episódica – uma espécie de autobiografia que trata dos acontecimentos da vida de cada pessoa e é bastante pessoal. Cada indivíduo constrói a sua própria memória dos episódios que compuseram sua vida e, através dessas lembranças, positivas ou negativas, ele consegue formar sua identidade, ter noção de pertencimento a um lugar, à família, ao país em que viveu. Memória oficial/obrigatória: refere-se às medidas e normativas adotadas pelas grandes instituições governamentais ou privadas para definir o que os indivíduos de uma dada sociedade deveriam reter como memória; de maneira ampla, são as datas a comemorar no tempo histórico ou as personalidades, ou “heróis”, para os quais a história oficial incentiva atos de homenagens.

Memória social ou coletiva – é influenciada por memórias individuais que remetem a fatos ocorridos em comunidades ou grupos étnicos, religiosos, categorias profissionais ou de gênero, entre outros e que é rememorada periodicamente entre gerações, a exemplo das lutas por direitos civis, os movimentos operários, a comunidade judaica e o holocausto, para citar apenas alguns. Memória esquecida ou rejeitada: muitas vezes, dentro da memória oficial, existem acontecimentos políticos ou sociais que o poder determina que devem ser esquecidos pelas mais diversificadas razões; por outro lado, também os grupos sociais podem rejeitar certas memórias de acontecimentos que causaram muita dor, ou que são considerados desvios de conduta, os chamados comportamentos dissidentes. É um silêncio que ocupa o lugar do que poderia ser explicitado, mas que não se quer aclarar; entretanto, em certas circunstâncias históricas, sociais ou políticas, essa memória esquecida pode vir à tona visando esclarecer a

veracidade dos fatos e pode ser de grande utilidade para tratar de situações limítrofes ao se transformar de memória esquecida em memória social ou coletiva.

Muitos museus de história, situados no Canadá, na Inglaterra, na França, em Portugal e alguns museus na África e no Brasil, têm se apropriado de narrativas de vida, oriundas da memória episódica e, também, da memória social para organizarem exposições temporárias. O que se pretende é causar impacto nas cidades onde se situam, despertando nos visitantes sentimentos e emoções de um passado não tão distante, já que os depoimentos apresentados, em geral, pertencem a cidadãos ainda vivos que habitam os mesmos espaços que os visitantes. É uma estratégia de comunicação com o público e de entrelaçamento de pessoas, de engajamento em alguma causa, de empoderamento dos cidadãos, exatamente porque a memória carrega em si o indizível, a percepção sensível.

Mas o que a memória pretende nos mostrar enquanto categoria de análise para a compreensão de fatos históricos? Em que medida podemos afirmar que as memórias são ferramentas para a construção do futuro?

Nesse sentido, recorremos a Philippe Joutard (2007, p. 223) que estuda as relações entre a história e a memória. Ele diz que “a memória tem uma relação direta, afetiva com o passado, visto que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos”.

[...] A memória sabe também transformar, consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, apresentando a tendência particular de embelezar este passado. Ela se define ainda pela capacidade de recorrer ao simbólico. (JOUTARD, 2007, p. 223)

Em seguida, ele desenvolve uma análise bastante enriquecedora sobre as tentativas de reconciliação entre a história e a memória

para dizer que ambas devem ter consciência de seus limites, devem investir-se de modéstia e de respeito mútuo e admitir que suas aproximações do passado são sempre parciais. E, em especial, a história deve levar em conta a sua ligação com o poder já que ela é construída, quase sempre, através de arquivos governamentais ou, quando são arquivos particulares, foram produzidos por pessoas pertencentes a elites econômicas, políticas e sociais. Pessoas simples, em geral, conseguem ter memórias que podem subsidiar a história oral, que independe de grandes arquivos, bibliotecas ou museus, mas atualmente suas memórias têm sido reconhecidas como informação valiosa e estão sendo salvaguardadas por museus comunitários e/ou ecomuseus.² Interessante lembrar que a oralidade sempre foi um problema para a construção da história por seu caráter fluido, pessoal, passível de esquecimentos e de distorções. E até mesmo a história é, às vezes, forjada tanto quanto a memória oficial; ela é imposta, tornada obrigatória nos livros escolares e nas comemorações oficiais de governos autoritários.

Todavia, história e memória dependem uma da outra para se complementarem e poderem produzir uma narração correta, coesa e o mais próxima possível da verdade dos fatos. O movimento desencadeado pela *École des Annales*, na França, pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, entre os anos 1920 e 1940, demonstrou a importância dos estudos inter e transdisciplinares no âmbito das Ciências Sociais. Houve um interesse focado na construção de uma história total. Isso significou uma mudança substancial na forma de fazer história. Os historiadores não deveriam se limitar apenas aos enfoques políticos, militares, diplomáticos, mas foram estimulados a irem além, criando uma história que indagasse muito a partir do olhar de outras disciplinas e dos diversos testemunhos, para então construírem, através de estudos econômicos entrelaçados com as ciências humanas, uma história de longa duração, que não estivesse limitada aos

acontecimentos específicos de um tempo curto. Desde então, houve muitos avanços na relação entre história e memória que começaram a caminhar um pouco mais integradamente.

Segue aqui um exemplo ocorrido com nossa equipe de pesquisa no Brasil. Ao coordenar e desenvolver um trabalho de inventário nos acervos da Caixa Econômica Federal, especificamente nas Caixas Culturais de Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo, entre 2018 e 2019, orientamos a equipe a catalogar as obras de arte a partir dos documentos históricos existentes. Muitos documentos eram sobre compra ou recebimento em doação. Solicitamos aos técnicos para tentarem verificar se havia cartas, depoimentos, relatórios de próprio punho dos artistas convidados a ilustrarem os bilhetes das principais loterias do passado. Desde 1970, esses bilhetes já não são mais produzidos, mas existe uma farta correspondência entre a instituição e os artistas convidados para ilustrarem as loterias de São João, de Natal, da Independência do Brasil. O espanto e a surpresa ocorreram ao descobrirmos as descrições das obras feitas por funcionários da Caixa em catalogações antigas, que eram bastante díspares dos depoimentos dados pelos artistas que deixaram alguns textos escritos de próprio punho; alguns ainda estão vivos e puderam ser contatados. Um caso específico que ilustra bem a situação: uma gravura da reconhecida artista plástica e gravurista Maria Bonomi,³ que foi descrita como um exercício abstrato de estudo de cores, revelou-se, tal como nos foi informado pela autora, como sendo a memória da morte de uma amiga querida, durante a Segunda Guerra Mundial. À época, duas meninas, na idade de oito e nove anos saíram de um esconderijo em busca de comida, e a amiga foi atingida por balas alemãs e seu corpo deslizou para dentro de um rio e passou diante da artista/criança escondida, deixando um rastro de sangue nas águas límpidas de um rio. Nesse caso, a letra fria dos documentos oficiais contou

uma história com base em uma interpretação de um funcionário, mas o depoimento oral contou a memória de quem efetivamente viveu a história na Itália e anos depois executou a gravura em homenagem à amiga de um passado sofrido e distante. Então, nos apropriamos de mais uma afirmativa de Philippe Joutard:

A história não pode ser a ressurreição integral do passado, mas a memória pode lhe fornecer o fio de Ariadne, o vínculo carnal do qual ela ainda assim tem necessidade para tornar o passado inteligível. Ela o faz escutar outras vozes que iluminam os fragmentos de realidades passadas. (JOUTARD, 2007, p. 234)

E por isso mesmo, a memória também tem necessidade de se submeter à crítica da história, para que possa obter credibilidade e assim sobreviver junto com a história. “Conclui-se, assim, que os dois campos se fortalecem a partir da mútua colaboração”. (JOUTARD, 2007, p. 233)

Refletindo sobre essa estreita relação que parece se fortalecer entre história e memória, nos parece importante, também, abordar a memória nos aspectos fisiológicos de sua formação no organismo humano.

Durante os anos de pesquisa (2008-2016) que desenvolvemos sobre como a memória se forma dentro do corpo humano ou animal, foi possível perceber a significativa importância que a ciência do cérebro, em particular os estudos sobre a formação de memórias, pode ter sobre nossas decisões ao nos mostrar como os transmissores de proteínas fortalecem as memórias de longo prazo e essas oferecem a base para nossa interação significativa no mundo em que vivemos. Isso nos leva a perceber a necessidade de interação e diálogo entre Medicina e Ciências Humanas e Sociais. Dr. Kandel utilizou o cérebro de uma lesma-marinha gigante chamada *Aplysia* para estudar o funcionamento das células

nervosas e descobrir em que região do cérebro se armazenam as memórias. Ao final de seus estudos, ele construiu as bases da nova ciência da mente, realizando uma conjunção entre psicologia comportamental, psicologia cognitiva, neurociência e biologia molecular. Através da *Aplysia*, ele mostrou que as experiências vividas causam mudanças físicas no cérebro, portanto ciência e emoção produzem memórias, a maior parte delas inesquecíveis.

Em busca da memória através da neurobiologia

As publicações sobre estudos de memória dos médicos neurologistas Dr. Ivan Izquierdo⁴ e Dr. Eric Kandel⁵ tornaram mais esclarecedor o fenômeno da construção da memória no ser humano e garantiram a certeza de que é a formação de memórias de longa duração que nos permite criar e fazer circular novas sinapses, permitindo a obtenção de memória estável que mantém o ser humano vivo e com qualidade de existência plena. Dr. Izquierdo explora os diversos tipos de memória e trata do componente emocional impactando a formação de memórias. A diferença entre os tipos de memória estudados por Dr. Kandel está em distinguir que na memória de curto prazo ocorre um aumento de funcionamento da atividade de sinapse; enquanto no processo da construção de memórias de longo prazo ocorre uma alteração significativa no núcleo dos neurônios e, em consequência, um aumento na quantidade e qualidade de sinapses. Diz ele:

Então, a memória de curto prazo envolve um sinal da célula que muda a eficiência do funcionamento das sinapses. Não há mudança anatômica. Mas na memória de longo prazo, que geralmente envolve a repetição, o sinal entra no núcleo e estimula a expressão dos genes, o que leva ao surgimento de proteínas que dão origem a novas

conexões sinápticas. E o surgimento dessas novas conexões sinápticas é a memória estável e que se mantém. Essas mudanças nas expressões genéticas ocorrem em células nervosas específicas do cérebro. Elas não são mutações, não são transmitidas às novas gerações, elas não ocorrem no esperma e no óvulo, mas em células nervosas, e elas alteram o número de sinapses que a pessoa tem. (KANDEL, 2009, p. 232-247)

O fato de o ser humano conseguir alterar e aumentar o número de sinapses no seu cérebro e de movimentar os neurônios, estimulando-os e ofertando troca intensa de oxigênio implica melhoria na qualidade do raciocínio, na formulação de lembranças e no nível de emotividade que tais memórias provocam. Ainda, segundo Dr. Kandel (2009, p. 17-25):

O que acontece é que a nova ciência da mente, a que se refere, é uma síntese, ela reúne a psicologia cognitiva, que começou com Freud e se desenvolveu, se tornando uma ciência muito importante, os exames de imagem e a ciência do cérebro. Acho que é consenso na comunidade científica [...] que a nova ciência da mente será, para o século 21, o que o sequenciamento dos genes foi para a segunda metade do século 20. É uma fronteira fantástica. Estamos apenas começando a entender. Esses problemas são muito difíceis, mas são muito importantes, não só porque nos dizem quem somos, mas também indicam como somos... Nós falamos de um exemplo: a ponte entre a ciência do cérebro e as artes. Mas a ciência do cérebro está em todos os aspectos da vida intelectual: filosofia, psicologia, música, nas tomadas de decisões, nas decisões econômicas. Ela tem um grande impacto nos cursos de Administração.

A saúde dos seres está intrinsecamente ligada à memória que eles carregam consigo, e isso está biologicamente comprovado. Somos o que lembramos; se não tivermos o que lembrar, nada

somos. E os bens culturais preservados adequadamente são pistas, fragmentos, restâncias, traços que contribuem para nos fazer lembrar, especialmente em se tratando de memórias coletivas, sociais. Quando os gestores ignoram esses sinais necessários, em realidade, sinais imprescindíveis, estão contribuindo para a morte das sociedades, das instituições, dos indivíduos envolvidos. Daí a ciência do cérebro ser tão importante para o campo da administração, porque envolve diretamente a tomada de decisões.

No mesmo sentido dessas pesquisas, Antônio e Hanna Damásio⁶ afirmaram, de forma muito contributiva aos que consideram ser apenas racional a tomada de decisões: “A razão pura não existe: nós pensamos com o nosso corpo e nossas emoções”. (DAMÁSIO, 1994, p. 299)

Regimes autoritários/ditatoriais decidem sobre a memória oficial. A essa pesquisa histórica e memorialista não interessa; são impelidos por razões características de tais regimes a construir ou demolirem monumentos, hermas, bustos, obeliscos, panteões em nome da memória que pretendem registrar, obrigando cidadãos a se lembrarem apenas do que tais dominações consideram “educação do povo”. E assim, de tempos em tempos, vemos reaparecer o fenômeno da demolição de objetos memorialísticos em nome de uma depuração de fatos históricos. Ora, à memória e à história são dadas as tarefas de registrarem fatos, eventos, sejam eles bons ou ruins, éticos ou antiéticos e os monumentos guardam a memória da forma de pensar e agir de uma época. Se, com o passar dos tempos, novas formas de pensar se colocam em cena, de nada adianta destruir objetos, coleções de museus, monumentos erigidos porque, em verdade, eles fizeram e fazem parte da história humana. A experiência acumulada nesse campo patrimonial nos leva a crer que a melhor forma de abordagem seria transformar os bens culturais produzidos em objetos de

aprendizagem para as futuras gerações. Algumas estratégias podem ser a modificação do discurso, a recriação de textos para etiquetas ou painéis explicativos para que as aulas em torno deles fossem voltadas para a educação da população, não apenas informando, mas estimulando a reflexão, o exercício livre da memória e a construção do próprio conhecimento. Certamente que não há de ser transformando campos de concentração da Segunda Guerra Mundial em jardins floridos – o que seria um desrespeito – que se poderá apagar/limpar a história e a memória daqueles trágicos eventos. Essa memória sempre existirá, independentemente de qualquer documento ou outra prova material porque os que vivenciaram se lembram e repassam aos seus descendentes em uma atitude de preservação da memória social e coletiva.

A memória que pode contribuir com a sustentabilidade do patrimônio de cada grupo é aquela que brota das emoções vividas em coletividade. Se as emoções foram traumáticas, há que se trabalhar em conjunto para evitar a repetição. Se a memória é agradável, então ela não oprime nem sufoca, e se torna fácil de ser lembrada; mas ambas elucidam, explicam, acalentam e permitem que a história se construa em bases reais. E, quando for o caso, permite a legitimação do bem cultural por sua própria comunidade. Essa é a memória de longa duração, de gente que tem alma e mantém sua alma, ou seja, sua cultura da qual se orgulha e se alimenta.

O que fundamenta as respostas que nosso corpo dá às questões cotidianas é a memória aliada à experiência. A memória de longa duração é a melhor ferramenta de abordagem do patrimônio cultural e, portanto, da vida vivida, pois os bens culturais são criados em uma época, mas são muito mais apropriados e consolidados como tais por futuras gerações.

Fazemos uma aproximação da construção das memórias de longa duração com a Teoria do Agir Comunicacional de Jurgen Habermas. Ele nos mostra as relações necessárias, mas desequilibradas na balança social, entre mundo vivido e mundo sistêmico,⁷ suas características e diferenças. Habermas constrói um raciocínio sobre as pretensões de validade do agir comunicativo, que estaria fundamentado em verdade, validade, sinceridade ou autenticidade e intelegibilidade no uso da linguagem. Criou o conceito de razão comunicativa onde o uso da linguagem seria a ferramenta mais importante para a transformação do mundo.

A ação comunicativa ocorre sempre que as ações dos agentes envolvidos são coordenadas, não através de cálculos egocêntricos de sucesso, mas através de atos de alcançar o entendimento. Na ação comunicativa, os participantes não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação. Assim, a negociação da definição de situação é um elemento essencial do complemento interpretativo requerido pela ação comunicativa. (HABERMAS, 1984)

Tal como nos processos de análise das memórias de longa duração, quando ocorre a tomada de depoimentos das narrativas de vida, o pesquisador atenta para as pretensões de validade referidas anteriormente e a razão comunicativa toma espaço e cria corpo diante do fenômeno memorialista. Quanto mais elucidador se torna esse fenômeno para a construção colaborativa da história mais consegue ser um instrumento de veracidade e assim, de inteireza do entrevistado no seu mundo vivido, aquele ao qual ele se sente pertencente e onde, muitas vezes, passa a tomar consciência dos caracteres identitários.

Um dos pilares do método de Educação Patrimonial é o afeto catalizador. Ele é um componente fundamental para a construção de memórias estáveis de longa duração que consigam impactar o ser humano e levá-lo a agir de forma diferente, com mais consciência e mais responsabilidade. E educar através do patrimônio cultural é nutrir os indivíduos de conteúdo transdisciplinar. Hipócrates propagava: “que o teu alimento seja o teu remédio e que o teu remédio seja o teu alimento”. (CAIRUS; RIBEIRO, 2005)⁸ É possível nos apropriarmos dessa ideia substituindo a palavra “alimento” pela palavra “cultura”. Assim, podemos afirmar que a tua cultura seja o teu remédio e que o teu remédio seja a tua cultura. Isso porque, ainda segundo Hipócrates, “a arte é longa, a vida é breve”. O que significa que a Arte, uma das mais belas formas da cultura, permanece por mais longo tempo nos museus, nos monumentos, nas representações coletivas, na vida social de forma ampla. E, ao nos nutrirmos de arte, nas suas mais diversas expressões, estaremos garantindo saúde através da cultura. Porque a arte eleva e conforta o espírito humano. Até mesmo a arte da música conforta os espíritos humanos e animais. Muitas experiências têm comprovado isso.

Todo cidadão tem direito constitucional à sua memória individual e coletiva, e a memória preservada é um indicador significativo de Saúde Cultural.

A cultura de uma sociedade, seu patrimônio cultural e os acervos de seus museus são uma fonte estimuladora de sinapses entre as artes plásticas e a sociologia, a anatomia, a medicina, a literatura, a neuroarte, a psicologia, a matemática, a geometria, entre muitas outras. Todas essas conexões possíveis têm, na verdade, a intenção de interagir e influenciar diretamente na qualidade de vida da população, pois aqui fica entendido que quanto mais a arte, a cultura, a ciência e a tradição forem difundidas entre os cidadãos, mais

haverá possibilidade de se ampliar os horizontes de uma cultura de paz, de reverência à vida e de elevação do espírito humano.⁹

Nesse sentido, o que se pretende estimular nos cidadãos é a prática de adquirir “saúde cultural”, conceito que elaboramos desde 2008 e que procuramos fortalecer no campo das Ciências Humanas e Sociais, para que a saúde integral da população se torne mais efetiva. A partir das experiências com estudos de Educação Patrimonial em grupos e comunidades não dotados de acesso igualitário a equipamentos culturais em seus municípios e, ainda, através da produção acadêmica de mestrados que experienciaram esses estudos e os aplicaram,¹⁰ entendemos que saúde cultural é a capacidade que o indivíduo adquire de, através da percepção do valor afetivo e identitário dos bens culturais que compõem seu patrimônio, superar questões complexas da existência e melhorar sua qualidade de vida na qual o afeto catalisador, a memória estimulada e a autoestima elevada são fundamentos de base para a saúde integral. (COSTA, 2018)

Memória é ferramenta para a construção do futuro

O professor de Química do Liceu em Lisboa, Antônio Gedeão, também poeta tímido e recatado, escreveu no seu poema intitulado “Pedra filosofal”: “Cada vez que o homem sonha, o mundo pula e avança, como bola colorida nas mãos de uma criança”. (GEDEÃO, 2004, p.191)

Essa frase que nos acompanha desde o mestrado em Ciências Sociais na UFBA, concluído em 1988, leva o raciocínio e o sentimento para um local de reflexão, espanto e questionamento. Em um mundo pleno de tecnologias de informação e de comunicação como está sendo esse tempo do século XXI, onde tantas

transformações produzidas pelo ser humano parecem desejar contribuir para a melhoria da qualidade de vida, onde está visível a essência da vida e do humanismo? Em um mundo onde o fenômeno da pandemia resultante da aparição do coronavírus – Covid-19 – tem transformado todas as formas de se viver em sociedade, levando as pessoas ao questionamento de tudo quanto era conhecido até então no mundo das Ciências Naturais e Exatas, qual será o comportamento mais apropriado?

O ser humano, transformado ao longo dos séculos em indivíduo pensante e mais que isso, em cidadão, está à procura de ser menos solitário, mais humano e mais produtivo, mais capaz de ter memórias e de se nutrir com elas, produzindo realmente um mundo melhor.

Entretanto, se considerarmos a memória como ferramenta para construção do futuro, por que será que temos a terrível sensação de que não aprendemos quase nada ou muito pouco?

A história nos apresenta momentos de pandemia no passado. Houve surtos de escorbuto, de peste negra, de gripes diversas – espanhola, asiática –, de propagação do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), para citar alguns mais conhecidos.

A memória nos faz relembrar as maneiras de conviver, praticando ações diversificadas em diferentes níveis de cuidado e de proteção durante as pandemias que já ocorreram. Mas, em quase todo o planeta, com honrosas exceções, seres humanos estão transgredindo regras, tentando corromper sistemas, tentando vender produtos falsificados em detrimento das vidas dos semelhantes, para não falar dos desgovernos e da falta de percepção do que é ser político e trabalhar para o desenvolvimento das regiões rurais e urbanas, isto é, da nação.

Uma frase muito recorrente nos aponta que o que não aprendermos com a história fatalmente aprenderemos com a história, ou seja, quando não se aprende com os fatos vividos e passados somos condenados a repeti-los no presente e no futuro.

A ciência nos mostrou o importante papel da memória na construção individual, formando indivíduos, e na construção coletiva formando cidadãos, porque a memória é algo vivido, experienciado. Quem viveu as situações históricas de um país ou de uma região, sentiu na pele as emoções, os cheiros, os ruídos, os cantos, as preces, as perdas e talvez, alguns ganhos. Já a história é, em geral, pesquisa, investigação e escrita feita por alguém, um historiador, que na maioria das vezes não vivenciou a experiência sobre a qual ele pesquisa e que deseja narrar, seja por dever de ofício, seja por um gosto especial no tema que está tentando elucidar. Assim, é necessário considerar que as duas atividades, a do historiador e a do memorialista precisam estabelecer diálogos visando a construção de narrativas o mais verdadeiras possíveis, sob pena de, em não o fazendo, macularem o processo histórico, omitirem informações significativas e não cumprirem o papel que se espera deles, qual seja comunicarem bem os fatos para a sociedade.

Informar e comunicar adequadamente, em igualdade de condições, ao maior número possível de pessoas, os fatos e acontecimentos de sua época, mas também de tempos pretéritos, é um dever ético dos pesquisadores e estudiosos e é uma imensa colaboração para a construção do futuro da humanidade e do planeta

Nesse sentido, estar-se-á permitindo que as memórias de curta duração, mas essencialmente as de longa duração, tenham a oportunidade de cumprir seu papel de ferramenta nesse processo construtivo de um futuro com mais qualidade para todos: natureza e seres vivos.

Notas

- ¹ Através de autores reconhecidos por suas pesquisas, a exemplo de: Eric Kandel (prêmio Nobel de Medicina, 2000), Ivan Izquierdo, Philippe Joutard, Marc Bloch e Lucien Febvre, Antônio e Hanna Damásio, Jurgen Habermas, Hipócrates, que estão muito envolvidos em compreender como o cérebro humano armazena e organiza memórias e quais as relações entre história, memória, saúde e vida.
- ² Ecomuseus são espaços patrimoniais de grupos comunitários onde o território cultural torna-se o ambiente expositivo, a coleção a expor é formada por símbolos patrimoniais locais e as memórias que eles despertam compõem o patrimônio cultural imaterial. O público desses ecomuseus é formado, em grande parte, pela comunidade local ainda que possam receber visitantes externos. No discurso museológico prevalece o eco das memórias e das reivindicações da comunidade.
- ³ Maria Bonomi, nascida em julho de 1935, é artista plástica de origem italiana, radicada no Brasil nos anos finais da Segunda Grande Guerra, dedicou-se à técnica do desenho e da gravura, mas tem múltiplos talentos: escultora, pintora, muralista, figurinista, cenógrafa, curadora, professora.
- ⁴ Dr. Ivan Izquierdo, argentino naturalizado brasileiro, que atuou por anos em Porto Alegre (RS). Publicou inúmeros livros. Faleceu em fevereiro de 2021
- ⁵ Dr. Eric Kandel, professor e pesquisador em neurobiologia na Universidade Columbia, em Nova Iorque.
- ⁶ Antônio e Hanna Damásio, neurologistas e pesquisadores portugueses que receberam o Prêmio Pessoa em 1992 ao se debruçarem sobre o estudo da cartografia do cérebro ou o cérebro à procura da alma.
- ⁷ Para Habermas, mundo vivido é tudo aquilo que significa a vida cotidiana de cada indivíduo ou grupo e seus sistemas de linguagem, de expressão corporal, de sentimento de mundo, de relações afetivas, de cultura; e mundo sistêmico é o ambiente racional das instituições e do estado, vivido pelos indivíduos ou grupos, baseado em uma razão instrumental, ou seja, os sistemas institucionais, frios e distanciados de sensibilidade ou de emoções.
- ⁸ Essa obra apresenta alguns dos mais importantes tratados recolhidos sob o nome de Hipócrates na coleção de textos gregos chamada de Corpus Hippocraticum. A datação dos textos não é exata, mas os estudiosos de arqueologia sugerem ser do final do século V a.C e/ou princípio do século IV a.C, podendo ter sido escritos pelo próprio Hipócrates ou médicos contemporâneos dele.
- ⁹ Notas de trabalho para a elaboração do Plano Pedagógico do Museu Rodin Bahia, digitalizado/não publicado. Salvador, arquivo pessoal da autora, 2009.

¹⁰ Referimo-nos aos mestrandos que foram orientados pela Prof.^a Dr.^a Heloisa Helena Costa nos programas de pós-graduação na Universidade Federal da Bahia (UFBA) – mestrado acadêmico em Museologia – e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – mestrado profissionalizante em Patrimônio Cultural.

Referências

CAIRUS, H. F.; RIBEIRO JUNIOR, W. A. *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. (Coleção História e Saúde).

COSTA, H. H.F. G. Saúde Cultural: patrimônios que tornam cidades e cidadãos mais saudáveis. In: FILIPE, G.; CASTAÑO, J. V. I. (coord.). *Patrimonialização e Sustentabilidade do Patrimônio*. Reflexão e Prospectiva. Lisboa: IHC: NOVA FCSH, 2018. p. 218-229.

DAMÁSIO, A. R. *L'erreur de Descartes – la raison des émotions*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1994.

GEDEÃO, A. *Obra Completa*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984. v. 1.

IZQUIERDO, I. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JOUTARD, P. Reconciliar história e memória. *Escritos*: revista da Casa de Rui Barbosa – Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 223-235, 2007. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero01/FCRB_Escritos_1_9_Philippe_Joutard.pdf. Acesso em: 18. mar. 2018.

KANDEL, E. *Em busca da memória, o nascimento de uma nova ciência da mente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PARTE 2
MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E PRESERVAÇÃO:
ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO

Memória expandida: patrimônio compartilhado

José Cláudio Alves de Oliveira

Introdução

O presente texto é uma reflexão contemporânea sobre a memória social compartilhada no ciberespaço, a partir de um medium clássico, o museu, que de presencial passou também para a sua versão digital, na qual o acesso é universal.

No seu desenvolvimento, a reflexão sobre a memória histórica, seja ela individual, coletiva ou de representações de lugares, casas, praças, enfim do patrimônio cultural hoje facilitado pelas redes sociais e “mídias locativas”, serve como medium que facilitam os dados de lugares, dos objetos e monumentos, compartilhando informações do passado e do presente, e que nos conduzem aos patrimônios culturais.

Contemporaneidade

É notável que a sociedade venha se modificando diante das novas estruturas tecnológicas. As cidades transformam nos seus aspectos paisagísticos, com torres, sinais, caixas eletrônicos, totens multimídia, serviços *on-line*, mutando a arquitetura urbana. Os aspectos psicossociais e antropológicos são alterados no movimento do dia a dia. As filas não são as mesmas. O contato entre as pessoas torna-se mais rápido com a mobilidade digital. A influência tecnológica é inegável na sociabilidade. (PALÁCIOS, 1996)

Isso não significa o fim daquilo que é tradicional. Bancos financeiros, bancas de jornal, museus, universidades etc. continuarão existindo nos seus ambientes físicos, ou seja, de pedra, “reais” ou em “átomos” bem preconizou Negroponte em 1995. Hoje, pode-se pensar na técnica e no meio tecnológico como extensões e comunicação da sociedade, da história e memória social. Um dos principais exemplos está na interconexão de linguagens, escritas, sons e produções variadas nos agentes mediadores conectados que possibilitam o diálogo “todos-todos” (LÉVY, 1999b), em que o universal está em uma totalidade.

A questão da memória social vem emergindo como assunto de destaque na denominada cultura digital, ou cibercultura, com projetos sobre memórias locais, museus virtuais e “mídias locais”. Hoje em dia, cada vez mais as pessoas percebem a importância de terem suas próprias histórias como tema e como essa construção de vínculos é importante para a própria autoestima. Daí a divulgação, ou pelo menos tentativas, de retratos históricos individuais e coletivos, sistematizados ou em moldes simples, sem tratamento científico.

Voltando um pouco para o passado, podemos perceber uma convergência de maneiras diferentes de preservar a memória social. Falando de tecnologia, o ciberespaço é o caminho fundamental para isso hoje, desde que possa ser compartilhada e desde que o acesso seja democratizado. Os meios vêm se multiplicando e transformando a cada instante. Basta pensar que as redes sociais, há cinco anos, não existiam, e hoje elas chegam a interferir na política, economia e sociedade.

Perante o desenvolvimento da cultura digital, vemos a preservação de sons, imagens e textos que permite a descoberta e rememoração das coisas, mesmo quando o fluxo da informação seja imenso, de perder de vista, e desde que quem produz essa informação possa se reconhecer no que está lá, de alguma maneira. Isso permite a criação de vínculos. As tecnologias, em si, não são nem positivas nem negativas. O importante é a sociedade se perceber ao ver a sua história tratada e retratada.

O importante exemplo do Museu da Pessoa ([201-]), que utiliza da tecnologia, dando voz e preservando a experiência de pessoas comuns, é notório para ilustrar esse assunto que enaltece a história social e amplia o universo biográfico do homem comum e daqueles famosos. A história é uma construção de narrativas, feita de vários pontos de vista. Quanto mais pessoas tiverem suas experiências preservadas, mais se garante a preservação da memória histórica. No caso do Museu da Pessoa,¹ a expectativa é de que muitos possam falar para muitos, ou, parafraseando novamente Pierre Lévy (1999b): “todos-todos”. Isso porque o ciberespaço torna-se útil e democrático, notadamente quando a sociedade por inteiro faz uso consequente dele (Figura 1).

Figura 1 – Museu da Pessoa



Fonte: adaptada do *site* Museu da Pessoa ([201-]).

Hoje, através de buscas na *web*, pode-se encontrar um grande número de *sites* que mostra as mais diversas formas com que a história e a memória social são compartilhadas. Nesses ambientes digitais, novos museus estão se organizando. E neles a sociedade se coloca diante de um novo modelo, o das possibilidades de também ajudar na criação de acervos. Acervos nos quais o próprio visitante, cidadão comum, guardará e divulgará a sua história. É uma demonstração da democracia que os ciber museus, ambientes criados para funcionar basicamente no ciberespaço, vêm demonstrando desde 1994 num efeito totalmente oposto ao da pomposidade e do luxo da grande maioria dos museus presenciais. (OLIVEIRA, 2019)

Esse processo mostra a possibilidade do compartilhamento de dados histórico/pessoais e histórico/coletivos que valorizam a memória social, aquela que muda a cada período o espírito do tempo que a molda.

O museu – dentre outras instituições e medium – trabalha a memória social, busca armazená-la, quantificá-la, preservar, atualizar e contextualizar os fatos, os acontecimentos, as atitudes e

valores humanos. É na preservação do que foi, do que é e daquilo que está sendo construído que o museu vem tornando sólido na sociedade as histórias, lembranças e memórias.

Para Bergson (1999), o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das ideias. Bérqson está centrado no princípio da diferença: de um lado, o par percepção/ideia; de outro, o fenômeno da lembrança.

A observação de Bérqson a propósito da natureza e das funções da memória só pode ser avaliada com a devida justeza quando posta em relação com o contexto da sua obra filosófica, em que se interpenetram e se iluminam mutuamente as definições de memória, tempo, devir e energia, que trazem a noção da “fenomenologia da lembrança” que ele perseguiu em sua obra, bem como uma série de distinções de caráter analítico, que auxilia na compreensão do museu como sistema que objetiva, também, a preservação, processamento de dados e informações e divulgação de fatos, acontecimentos e histórias, fatores pertinentes à lembrança, aos *flashbacks* de um passado distante ou recente.

Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros signos destinados a evocar antigas imagens. (BERGSON, 1999)

Para Ecléa Bosi (1979), o que o método introspectivo de Bérqson sugere é o fato da conservação dos estados psíquicos já vividos. E a conservação que nos permite escolher entre as alternativas que um novo estilo pode oferecer à memória teria uma função prática de limitar a indeterminação – do pensamento e da ação – e de levar o sujeito a reproduzir formas de pensamento que já deram certo. Para Bosi (1979, p. 70), a percepção concreta

precisa valer-se do passado que, de algum modo, se conservou; e a memória torna-se uma “reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade de nossa experiência adquirida”.

Embora o objetivo de Bérghson seja entender as relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente, a confluência de memória e percepção, falta-lhe, a rigor, um tratamento da memória como fenômeno social e histórico. (LE GOFF, 1996) O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas de forma homogênea, num processo em que ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: “lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado”. Na visão de Leroi-Gourhan ([19--] apud LE GOFF, 1996), esse processo é denominado de memória-hábito, que se adquire pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras. “Ela faz parte de todo o nosso adestramento cultural”.

Há outro tipo de memória, e do campo social, que está no outro extremo e que seria a “lembrança pura”. Quando se atualiza a imagem-lembrança, que traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível da vida. Ela tem “data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a Memória-Hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia”. (BOSI, 1979, p. 9) Esta “parece fazer um só todo com a percepção do presente”. (BOSI, 1979, p. 9)

As lembranças e as memórias, preservadas por cada um, em família, em memoriais, arquivos bibliotecas e até mesmo museus, podem ser difundidas, socializadas, para entendimento de fontes históricas, como acontecimentos e fatos, para compreensão como fora o passado, para a compreensão das mudanças até o presente, num ritmo *ex-post-facto*.²

Em sua obra *As tecnologias da inteligência* (1999a), Pierre Lévy reserva a memória ao capítulo que reflete sobre a oralidade primária, a escrita e a informática. Nele, Lévy (1999a) trabalha a palavra, a escrita, a história, o tempo, o esquecimento e a memória voltada, em sua concepção, no atual mundo e na cibercultura.

“Ao conservar e reproduzir os artefatos materiais com os quais vivemos, conservamos ao mesmo tempo os agenciamentos sociais e as representações ligados a suas formas e seus usos”. (LÉVY, 1999a, p. 78)

A emergência da cibercultura provocou, e provoca, uma mudança radical no imaginário humano, transformando a natureza das relações dos homens com a tecnologia e entre si, e pensando em cibercultura e ciberespaço, percebemos o quão incomensuráveis ambos se mostraram na sociedade em 2020, com a pandemia provocada pelo coronavírus, fator permanente em 2021 e que, provavelmente, mudará vários setores mesmo no pós-pandemia.

Lévy (1999a) defende uma inter-relação muito próxima entre subjetividade e tecnologia. Esta influencia aquela de forma determinante, na medida em que fornece referenciais que modelam nossa forma de representar e interagir com o mundo. Através do conceito de “tecnologia intelectual”, o autor supracitado discorre sobre como a tecnologia afeta o registro da memória coletiva social. O que se compreende é que as noções de tempo e espaço das sociedades humanas são afetadas pelas diferentes formas através das quais esse registro é realizado. (OLIVEIRA, 2009)

O fato é que a memória humana, dentro da perspectiva social, possui dois momentos, o de curto e o de longo prazo. O primeiro momento é considerado do trabalho, que mobiliza a atenção. “Ela é usada, e.g., quando lemos um número de telefone e o anotamos mentalmente até que o tenhamos discado no aparelho”. O segundo momento necessita da construção de representações

[...] quando uma nova informação ou um novo fato surge diante de nós [pois] [...] esta representação encontra-se em estado de intensa ativação no núcleo do sistema cognitivo, ou seja, está em nossa zona de atenção, ou muito próxima a esta zona. (LÉVY, 1999a, p. 78)

A partir da história, da escrita e da palavra – a oralidade –, preservar e mostrar os testemunhos dos fatos é uma forma de preocupação cultural com os signos que se transformam diariamente. Daí a articulação que Lévy faz com questões que vão de Gutenberg a Bill Gates. Para Lévy (1999a, p. 94), “à medida que passamos da ideografia ao alfabeto e da caligrafia à impressão, o tempo torna-se cada vez mais linear, histórico. A ordem sequencial dos signos aparece sobre a página ou monumento”.

Desde que a história se tornou efeito da escrita, trabalhada e discutida por personagens que a contextualizam, ela pode “ser constituída, fruto da dialética do ser e do devir [...]”, mas um devir “secundário”, relativo ao ser, capaz de “desenhar uma progressão ou um declínio”. (LÉVY, 1999a, p. 95)

A partir de então, a memória separa-se do sujeito ou da comunidade tomada como um todo. O saber está lá, disponível, estocado, consultável, comparável. Este tipo de memória objetiva, morta, impessoal, favorece uma preocupação que, decerto, não é totalmente nova, mas que a partir de agora irá tomar os especialistas do saber com uma acuidade peculiar: a de uma verdade independente dos sujeitos que a comunicam. (LÉVY, 1999b, p. 95)

Há, portanto, e no apanhado teórico de Lévy, uma objetivação da memória como uma separação existente entre o conhecimento e a identidade pessoal ou coletiva. Lévy (1999a, p. 78) acredita que

[...] o saber deixa de ser apenas aquilo que me é útil no dia-a-dia, o que me nutre e me constitui enquanto ser

humano membro desta comunidade. [...] A exigência da verdade, no sentido moderno e crítico da palavra, seria um efeito de necrose parcial da memória social quando ela se vê capturada pela rede de signos tecida pela escrita.

O que interessa aqui é que o estudo da escrita, palavra e memória são as fontes principais do capítulo da obra que Lévy (1999a) traça com o objetivo de mostrar os suportes que mostram os testemunhos, embora ele se prenda à escrita e ao armazenamento de dados. A escrita, que vai dos poemas aos registros de Heródoto, até chegar à difusão pós-Gutenberg. Os dados, trazidos das memórias digitais, que acumulam signos e representações de acontecimentos que são compartilhados entre sistemas – do tradicional ao cibernético –, dos *smartphones* às redes, do GPS aos *mobiles services*. Todos com fatores sociais, representativos do próprio pensamento e períodos históricos.

André Lemos (2001), quando se debruça em análises e críticas sobre as cibercidades, e elucidando o projeto Living Memory, verifica que há um compartilhamento e troca de experiências e conhecimentos entre as pessoas em um ritmo mais acelerado quando há uma intercessão entre a cidade digital e a cidade real. O autor acredita que tal processo é alcançado quando há a possibilidade de coleta, estoque e distribuição de “informação entre as pessoas”. (LEMOS, 2001, p. 31)

Esse objetivo, dentro do que Lemos (2001) trata, já foi alcançado com os projetos dos cibermuseus e das “mídias locativas”, ambos processando a troca coletiva e de grande dimensão de dados históricos que refletem no patrimônio cultural. Tais dados elucidam não apenas o local sobre os acontecimentos, as histórias, estórias, enfim, “retratos da memória”, mas também o cruzamento e compartilhamento da “hipermemória”, quando qualquer pessoa adiciona o seu conhecimento sobre lugares, sobre si própria.

Esse fator nos faz refletir sobre a dilatação do armazenamento da memória social, agora não mais restrita a arquivos, bibliotecas e museus tradicionais. Trata-se, portanto, de *media* mais dinâmicos, em algum ponto de uma rua, estação ou praça onde direcionamos o celular, *tablet*, *smartphone* ou o *laptop*, e trocamos informações do que foi aquele lugar, ao mesmo tempo em que retrucarmos para uma atualização ou algum dado e dizer das mudanças, então os dados estarão mais completos, num ritmo passado-presente, digamos, mais enriquecedor para o observador que busca a informação e que pode completá-la ainda mais. (LEMOS, 2001)

“Tudo é locativo: aprendemos, amamos, socializamos, jogamos, brigamos, festejamos, trabalhamos..., sempre de forma locativa. Não há nada fora do tempo ou do ESPAÇO. E o espaço social é o LUGAR. Em tudo, o lugar é o que importa”. (LEMOS, 2009b)

Dois exemplos bastante contemporâneos sobre o patrimônio cultural, a memória, a informação e a preservação no processo da locatividade estão em dois projetos:

- a. One Block Radius³ – Projeto que trabalhou um documentário psicogeográfico, convidando o público a enviar material para mapeamento da quadra do Novo Museu de Arte Contemporânea de Nova Iorque. As pessoas cooperaram com fotos, vídeos e áudios, num esquema de colaboração para um mapeamento fixo. (BRUNET)
- b. Texting Glances, em Dublin – Projeto que até os dias atuais estrutura QR Codes e SMS em locais determinados da cidade, e dentro dos ônibus coletivos. A ideia é informar, via *bluetooth* e SMS, fatos, acontecimentos, nomes e situações de cada rua ao observador que passa pelos locais da cidade.

Falando de mobilidade e territorialidade, Lemos (2009a) afirma que, com a computação ubíqua e disseminada em lugares e objetos a partir dos Location-Based Technology (LBT) e Location-Based Services (LBS), emerge a nova territorialização informacional que amplia, transforma e/ou modifica antigas funções dos lugares. Isso equivale dizer que o patrimônio total, onde podemos incluir os museus, memoriais, bibliotecas, arquivos, café, praça e mercado, dotados de sensores, dispositivos e redes sem fio continua sendo um café, uma praça ou um mercado, só que transformados pela territorialidade informacional emergente que, além de manter a situação demográfica, refere o ponto do patrimônio. (LEMOS, 2009a)

A mobilidade e locatividade são sem dúvida o processo propulsor da nova etapa da cibercultura, cujas formas de trocas de dados sobre lugares, pessoas e histórias passam a ser mais aproximadoras, rápidas e dinâmicas. Como bem sugere Dodebei (2008, p. 20), ao afirmar que “embora o sentido de acumulação não faça parte do mundo virtual, a digitalização do patrimônio permite a construção de coleções virtuais”, e nesse sentido expansão.

Para o argumento de Dodebei (2008), o exemplo principal é a exposição “Museus e Milênio”, promovida pelo Museu da Civilização de Québec em 2000, e que ficou em rede até 2009, é bastante significativo para a noção do compartilhamento da memória social, mais enciclopédica e, digamos, oficial. O projeto funcionou apenas na *web*.

A ideia do Museu da Civilização foi de convidar várias instituições museológicas de todo o mundo para criar ou expor conteúdos dos seus acervos relativos ao século XX. O resultado foi uma exposição multifacetada e multicultural, com representações patrimoniais de vários museus no mundo. Na exposição, colaboraram 12 museus de várias partes do mundo, inclusive o Brasil.

Esse tipo de colaboração, embora mais raro, é de fundamental importância, pois permite que os museus usem a internet no seu principal objetivo: na globalização da cultura. Infelizmente, a maioria dos museus ainda não viu a potencialidade de utilizar a internet para esse tipo de colaboração interinstitucional. Para a grande maioria das instituições, a internet serve apenas como um grande painel para afixar suas informações institucionais e publicitárias, e não como uma ferramenta de troca e entrelaçamento de referências patrimoniais.

Todo esse processo, que vem das antigas formas de armazenamento de dados, passando pelos museus no ciberespaço, até chegar à locatividade mediática, é que podemos denominar de “cibermemória”, que em linhas mais acuradas diríamos ser o contexto histórico-social – individual ou coletivo – armazenado e difundido digitalmente, expandido no ciberespaço, pronto para ser atualizado, compartilhado universalmente com o auxílio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Em outro caminho, complementaríamos mais precisamente para as noções de preservação, armazenamento e atualização, com o objetivo de divulgar os fatos e objetos testemunhais, acumulando, processando e compartilhando um interminável banco de dados, num processo que reflete muito bem o que parafraseou Le Goff (1996, p. 56): “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

A memória a partir do objeto-testemunho

É incontestável que, independentemente do valor artístico, histórico ou científico dos objetos de museus, memoriais,

bibliotecas e arquivos, o modo de apresentação dos mesmos tem um papel importante.

A importância do objeto reside no tipo de relação que mantém com o elemento humano. É na valorização dessa relação pela(s) comunidade(s) que ocorrem processos de comunicação. É precisamente essa relação que impregna o objeto de vida e lhe confere um significado cultural, e a valorização é que lhe confere um significado social.

Descobrir e nutrir a vida do objeto, através de um trabalho constante de pesquisa e informação; perceber e evidenciar os seus significados, através de uma linguagem adequada aos diversos interesses são alguns dos objetivos do museu.

O objeto, em um museu, deve ser visto na sua integridade de estilo, época, pormenores, textura, cor e dimensões para que haja uma interação entre percepção e observação histórica, ou seja, contextualização, que seria a causa entre o apresentar e o aprender. (BAUDRILLARD, 1973)

Já não se trata apenas de discernir, acumular e comercializar dados e informações, mas, sobretudo, de processá-los de forma cada vez mais diferenciada, cada vez mais excêntrica. A informação a ser obtida de dados “brutos” depende, para fazer efeito, de processos de comunicação criativos. De outro modo, os dados ficam mortos, inatualizados, e a informação emergente se tornam inúteis. O seu significado deve ser criado, inventado, em atos comunicativos.⁴

Sem comunicação, a informação efetiva, aquela que realmente “faz a diferença”, fica encoberta, indistinguível, apenas armazenada em memória psíquica e arquivos mediáticos. Ela é apenas informação potencial, e não chega a ser significativa, ela não se torna real. “A realidade social não tem outra maneira de se expressar a não ser em forma de comunicação”. (STOCKINGER, 2001, p. 2)

Os ciber museus e os museus digitais⁵ tentam a missão de conservar o patrimônio cultural, apresentando às culturas – quer tradicional, quer ciber – informações diversas colhidas através de um *click* que disponibiliza a riqueza temática dos museus a turistas, estudantes de todos os graus e pesquisadores.

A reflexão sobre os conceitos de patrimônio digital e de memória virtual indica que a digitalização pode ser uma das garantias da preservação do patrimônio; que a formação de coleção, ainda que destituída do atributo de acumulação, organiza um domínio do conhecimento, essencial ao desenvolvimento da comunicação no ciberespaço. (DODEBEI, 2008, p. 31)

O conteúdo social e cultural que os media clássicos, arquivos, bibliotecas e museus vêm desenvolvendo através dos seus acervos não se prende apenas ao olhar “técnico”, mas sim a duas noções básicas:

- a. Na imanência aos objetos-testemunhos, que são pesquisados e que trazem fatos, acontecimentos, valor social, representatividade etc.;
- b. No retorno que o observador, seja leigo ou cientista, proporciona à sociedade, à academia, aos meios de comunicação e à própria media, enriquecendo os dados informacionais sobre determinados temas que abrigam a memória social, num processo de troca, do compartilhar.

Os suportes que guardam e difundem a memória histórica facilitam e possibilitam a investigação, a ludicidade, o entretenimento, a tristeza, a alegria, a nostalgia, enfim, saudosismos que se refletem sobre o homem e os seus artefatos, os objetos, agora testemunhos divulgados “museologicamente” por infinitos observadores.

Na verdade, os “objetos” são construções denominadas como tais, que variam de cultura para cultura. Para autores como Dufrenne (1998) e Baudrillard (1973), os objetos são utilitários, estéticos, de uso individual e íntimo. Gilbert Simondon (1958), por outra via, trata os objetos como uma gama de tecnicidade que possui cultura própria. Esses três teóricos trazem uma tese em comum, a de que qualquer coisa pode ser um objeto, e quando diretamente relativa ao homem está respaldada no acervo da sua memória individual, social e coletiva.

Assim, colhendo a tese de Gilbert Simondon (1958), os museus em *web*, nos *apps* e nas “mídias locativas” – e de certa forma no museu tradicional – tecem três fatores aproximadores das culturas do homem e da técnica.

Primeiro, quando expandem o conhecimento sobre a memória social. A divulgação de histórias do passado e do presente aumenta o reconhecimento sobre temas, além de evidenciar histórias de vida não mais pautadas em “grandes personalidades”. Outro detalhe a ser correspondido nesse plano é o das produções de fontes para a historiografia que trilhará em um maior manancial na busca de fontes temáticas. Assim sendo, no tocante à expansão, está a possibilidade de museus virtuais, centros de documentação e memória, arquivos e bibliotecas estarem *on-line* para todos, do oriente ao ocidente, do norte ao sul do planeta. A possibilidade de ter história de vida, de cidades, países e fatos mundiais, torna a memória social ainda mais dilatada, correspondida, reconhecida e trabalhada.

O segundo fator é a possibilidade de todo o conteúdo informacional dos testemunhos e das histórias ser compartilhado entre as pessoas no mundo inteiro e sem grandes burocracias. Significa a troca de dados e informações em redes telemáticas e no ciberespaço. O compartilhamento da memória, nesse caso, mesmo para aqueles que não têm acesso aos museus virtuais, centros de

documentação e memória, arquivos e bibliotecas digitais. Esse compartilhamento pode ser feito pelas redes sociais, nas plataformas do Facebook, Instagram e Twitter, principalmente, quando o que é dilatado e expandido em plataformas próprias da ciência da informação e comunicação – os museus, centros de memória, bibliotecas e arquivos – é apresentado em fragmentos em *feeds* ou em “chamadas” das próprias instituições que mais salvaguardam a memória.

O terceiro fator é a universalidade e democratização do espaço, o que Pierre Lévy (1999b) conceitua como processo comunicacional “todos-todos”, que seria o universal e sua totalidade. O reconhecimento de que, a partir da tecnologia, se pode visitar memoriais, museus, arquivos e bibliotecas de qualquer lugar no mundo, e compartilhar a visita. Não restringindo, assim, a uma mera visita exposicional, mas criando a possibilidade de criar e editar uma sala com a sua própria expografia, e inserir a própria história de vida ou mostrar, “ao universal”, a cultura, o lugar e falar das lembranças, compartilhando-as ao disponibilizar na rede. Esse fator reflete exatamente no sentido coletivo da expansão da memória social, de uma “hipermemória”, principalmente quando ela reflete a lugares, praças, parques etc., num sentido não mais individual, mas coletivo e democrático de redesenhar e difundir o passado, para uma reflexão mais rápida, contínua e compartilhada do presente.

Conclusão

Criar o acervo com a reciprocidade entre enriquecer o museu e ter a sua história divulgada causa um nível acentuado de interação entre a organização e o visitante, além de ajudar na pesquisa sobre

histórias de vida, histórias locais, etnologia, arte etc., coletiviza a memória social, não mais local, agora universalizada, possibilitada na interação visitante-museu no ciberespaço.

Essa nova forma de constituição dos museus, via TICs, nos leva a repensar a relação com a memória, com os “lugares oficiais de memória”, com os seus diferentes agentes. Certamente que pensar a memória a partir do desenvolvimento tecnológico é de fundamental importância num mundo globalizado. Mas há de se pensar em não excluir o indivíduo, as comunidades reclusas ou aquelas marginalizadas.

Dilatar a memória social nos media, significa compartilhar hábitos e lembranças individuais e coletivos, o que demonstra um caminhar entre as memórias individual, coletiva e social, algo que já se vislumbra como uma memória universal dos acontecimentos, da qual, com os seus efeitos de lembranças, se pode compartilhar, opinar e preservar.

Notas

¹ Ver: www.museudapessoa.net.

² Algo “realizado ou formulado depois de certo fato e com ação retroativa”. (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, [2009]) O termo aplicado aqui referencia também o tipo de pesquisa que leva o mesmo nome, cuja técnica é entrevistar pessoas – testemunhas – que possam testemunhar as mudanças ocorridas em determinados espaços, como ruas, jardins, bairros etc. É um método utilizado pela Sociologia, Turismo e Antropologia, que visa verificar as transformações ocorridas.

³ Ver: <http://oneblockradius.org>.

⁴ “No espaço do saber, cada descoberta é uma criação”. (LÉVY, 1999b, p.175)

⁵ Aqui, cibernum museus referenciam os ambientes museológicos, sistematizados, criados para funcionar somente no ciberespaço. Já os museus digitais são ambientes com interface na arquitetura tradicional (presencial).

Referências

- BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Debates v. 70).
- BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. (Biblioteca Letras e Ciências Humanas).
- BRUNET, K. Mídia locativa, práticas artísticas de intervenção urbana e colaboração. *Revista Comunicação e Espaço Público*, [s. l.], ano 11, n. 1-2, p. 211-222, 2008. Disponível em: <https://karlabru.net/site/publicacoes/midia-locativa/>. Acesso em: 23 maio 2019.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. [São Paulo], [2009]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss/> Acesso em: 16 mar. 2021.
- DODEBEI, V. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, V.; ABREU, R.(org.). *E o patrimônio?*. Rio de Janeiro: Memória Social Unirio, 2008. p. 11-32.
- DUFRENNE, M. Objeto estético e objeto técnico. In: DUFRENNE, M. *Estética e filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 239-256. (Debates, v. 69).
- LE GOFF, J. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LE MOS, A. Arte e mídia locativa no Brasil. In: LEMOS, A.; JOSGRILBERG, F. *Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil*. Salvador: Edufba, 2009a. p. 89-108.
- LE MOS, A. Cibercidades. In: LEMOS, A.; PALÁCIOS, M. (org.). *As janelas do ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 1-31
- LE MOS, A. Manifesto sobre as Mídias Locativas. *404nOtfOund*, Salvador, ano 9, v. 1, n. 71, 2009b. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/?p=2675>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999a.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999b.
- MUSEU DA PESSOA. São Paulo, [201-]. Disponível em: www.museudapessoa.net. Acesso em: 30 abr. 2019.
- NEGROPONTE, N. *A vida digital*. São Paulo: Schwarcz, 1995.
- OLIVEIRA, J. C. A. Cibermemória: lugares, objetos, museus e história na era da mobilidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 3., São Paulo, 2009. *Anais [...]*. São Paulo: [s. n.], 2009. p. 1-13. Disponível em: <https://>

docplayer.com.br/10067514-Cibermemoria-lugares-objetos-museus-e-historia-na-era-da-mobilidade-1.html. Acesso em: 13 ago. 2020.

OLIVEIRA, J. C. A. *O cibermuseu: acervos, sistemas, informação*. Curitiba: CRV; Marília: Ed. UNESP, 2019.

PALÁCIOS, M. Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço: apontamentos para discussão. In: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 87-104.

SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1958.

STOCKINGER, G. Sistemas Sociais: a teoria sociológica de Niklas Luhmann. *PreTextos*, Salvador, 2001. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/textos/>. Acesso em: 4 abr. 2019.

Um trânsito pelo território da memória: no mundo-casa, fotografei o perfume e o silêncio

Alzira Tude de Sá

Um prólogo

Transitar pelo território da memória, pelo repertório de ocorrências e fatos, confissões e relatos da vida do fotógrafo Adenor Gondim,¹ nos fez entendê-la como um lugar de articulações, com um modo singular de olhar o mundo que aqui é apresentado ao fotografar a casa do escritor Jorge Amado, seus objetos e recantos, enxertados das lembranças da morada da Rua Alagoinhas, nº 33. A ênfase dada à sua história de vida e à sua formação deve-se ao fato de considerar que todas as experiências do fotógrafo influem diretamente em sua concepção de mundo, ideologias e valores que acabam por ser fatores

determinantes na construção de suas memórias, no processo de produção dos registros fotográficos.

Faz-se, portanto, pertinente que Calvino seja aqui lembrado, no conto “A memória do mundo”(2010), ele prevê um fim cuja salvação do homem estaria na sua capacidade de preservar a memória, pelo menos na sua aparência. Preservá-la, além de todos os elementos que constituem esse mundo: um conjunto de fragmentos de um inventário para o qual não estão estipuladas regras de classificação, de hierarquização e de seleção da informação disponível, pelo que todo o inevitável “processo de redução ao essencial, de condensação” é deixado completamente ao critério do seu organizador. Partindo do princípio de que sempre há algo a corrigir na memória do mundo, Calvino (2010) aponta para a liberdade que pode ser exercida pelo sujeito como um organizador, para a possibilidade de averiguar, de “corrigir”, ressignificar, através da recepção, da leitura, da observação e análise, a realidade construída.

Foi buscando estar alinhada com correntes contemporâneas que apontam para a crise das grandes narrativas e passam a deslocar o olhar para a valorização dos microrrelatos, que apelamos para a entrevista como uma estratégia de evocação e registro de memória, inspirada, não só na liberdade delegada ao organizador por Calvino, mas também na crença professada por Leonor Arfuch (2010, p. 23), que vê, na entrevista, “[...] a forma de maior ubiquidade, [...] capaz de recorrer, em seu vaivém dialógico, todas as modulações do vivencial, da autobiografia às memórias, do diário íntimo à confissão”. E, ademais, quando analisa a entrevista em termos discursivos, dentre os diversos registros de expressão testemunhal do sujeito, Arfuch (2010, p. 23) a considera como um lugar onde o acento do eu se faz mais presente, por ser, para ela, um gênero “obstinadamente biográfico”.

Este estudo também se propõe, baseado no pensamento de Susan Sontag (2004), a discorrer sobre a diferença entre a fotografia como expressão verdadeira e a fotografia como registro fiel, diferença que está implícita nos discursos dos próprios fotógrafos, quando se referem àquilo que fazem. A autora atenta para o fato de que a fotografia não escapa a essa regra por constituir-se em uma forma de expressão limite, que tanto pode ser artística, quanto documental, cuja tensão entre essas possibilidades a torna particularmente vulnerável à polissemia de seus conteúdos.

Quando o olhar se volta para questões epistemológicas, que abordam o aspecto realista da fotografia, as quais continuam “[...] a siderar o olhar, a paralisar o corpo e a imobilizar o gesto”, como as vê Medeiros (2010, p. 7), e para questões que discutem sobre o valor documental da imagem fotográfica, elas são trazidas pelo pensamento de Pierre Bourdieu e demais autores (2003), de Suzan Sontag (2004), de André Bazin (1991) sobre a ontologia da imagem fotográfica por ele preconizada, bem como a visão filosófica de Vilém Flusser (2011), do pensamento do historiador acerca da cultura Walter Benjamin (1994) e da perspectiva semiológica de Roland Barthes (2012).

Partindo do princípio de que toda teoria possui elementos autobiográficos, não se pode deixar de considerar que todas as experiências do sujeito – e neste caso do autor/fotógrafo – influem diretamente em sua forma de pensar e conceber o mundo. Com essa premissa, pode-se admitir que toda fotografia é ficção, todo fotógrafo é um manipulador, desde quando a manipulação é inevitável, e produzir ficções torna-se algo natural no processo da comunicação humana, como alerta Fontcuberta (2007, p. 15, tradução nossa): “Toda fotografia é uma ficção que se apresenta como verdadeira [e que] O bom fotógrafo é aquele que mente bem a verdade”.²

Como resultado de um processo contínuo de produção de sentido, fruto de experiências sociais vividas que afloram à memória, muitas vezes através de imagens, a história de vida do fotógrafo Adenor Gondim, aqui esboçada, abarca apropriações, hibridizações, empréstimos, numa trama de interações culturais que perpassam a religiosidade protestante, o candomblé, a vida interiorana e os grandes centros, em que o paradoxo e a contradição não encontram lugar. Fundem-se essas interações e recriam a realidade ao seu bel prazer, até que um dia um pedido ou um desejo alheio conduza ou enquadre o seu olhar.

Fotografei o perfume, eu conto

Difícil fotografar o silêncio./Entretanto, tentei. Eu conto: [...] /Preparei minha máquina de novo./Tinha um perfume de jasmim no beiral de um sobrado./Fotografei o perfume./Vi uma lesma pregada na existência mais do que na pedra./Fotografei a existência dela./Vi ainda um azul-perdão./Olhei uma paisagem velha/a desabar sobre uma casa./Fotografei o sobre. (BARROS, 2006, p. 11)

Como um cultor visual, o fotógrafo tem um modo próprio de enquadrar e de pensar o mundo. Não se eximindo do processo, Adenor Gondim fotografou a casa do escritor Jorge Amado, seus objetos, os recantos enxertados das lembranças da morada da Rua Alagoinhas, nº 33,³ motivado por um pedido e guiado por um roteiro que lhe foi apresentado. Assim, entregou-se ao chamado e, apropriando-se da voz de Manoel de Barros, confessa: “*Difícil fotografar o silêncio. Entretanto tentei. Fotografei o perfume. Eu conto*”:

Jorge me convidou e me falou sobre um livro. Queria que eu fotografasse. E que livro é esse? Rua Alagoinhas 33,

Rio Vermelho, com texto dele e Gilbert Chaves, do arquiteto, de Paloma e produção gráfica de Pedro Costa. Um livro sobre a casa e não sobre Jorge Amado, sobre a vivência e a memória das viagens, por onde andou, marcada pela presença dos amigos e dos presentes doados e coisas compradas vindas de pessoas simples e outras importantes como Cartier Bresson, Picasso e tantos outros.

Ter visões e preparar a máquina, fotografar o perfume e o azul-perdão e mesmo a existência, como o fotógrafo de Manoel de Barros, são desejos e promessas que não se deve subestimar, sob pena de incorrer-se em teorias deterministas que podem comprometer boa parte das dinâmicas criativas do fotógrafo. Oscilando entre o sujeito que se expressa pelo discurso e que se constitui por meio das imagens produzidas, este estudo transita pelo território da memória, das confissões e relatos de vida desse fotógrafo que, mais que um repertório de ocorrências e fatos, impõe-se como um lugar de articulações, como um modo singular de olhar o mundo, o que o torna um mediador privilegiado entre a realidade/mundo e sujeitos como nós.

Até chegar à casa da Rua Alagoinhas, nº 33, um longo caminho. E como fotógrafo, conta-nos, foi assim que tudo começou:

Por circunstância e necessidade a fotografia entrou casa adentro em Ruy Barbosa-Ba, chegou à casa dos Gondim. E por mais de dez anos fotografei batizado, casamento, aniversários, primeira comunhão comícios e principalmente fotos para carteira de identidade, motorista, reservista, título de eleitor e carteira profissional.

Atraído pelas festas das Missões, que aconteciam – e ainda acontecem – no interior do estado da Bahia, fotógrafos se

deslocavam para documentar os acontecimentos em circuitos sociais dos quais participavam como distintos mediadores culturais. Em um desses eventos, Ernesto Frik, fotógrafo alemão, radicado em Salvador, com *studio* instalado em frente ao Palácio Rio Branco, conhece e toma como seu ajudante Maninho Nogueira, datiloscopista, aquele que mais tarde iria montar, na cidade de Feira de Santana o Foto Nogueira. Foi ele que iria introduzir na família de Adenor, na família Gondim, a arte de fotografar. Entusiasmado com a nova profissão, convida Luiz Gondim, casado com sua sobrinha, pai de Adenor, para credenciar-se também como datiloscopista da cidade de Ruy Barbosa, função que prenunciava uma melhoria na condição de vida da família, caso a fotografia entrasse pela porta da frente, ou seja, fosse atrelada à nova função.

A força comprobatória da verdade fotográfica se impunha nas carteiras profissionais, de identidade e de reservistas. Nada de poses, às vezes um leve retoque com o lápis Faber 2. Necessitava-se de fotos que identificassem os sujeitos, que os documentassem – uma das primeiras funções atribuídas à fotografia –, além de ser uma fonte de renda desde o seu advento, que se tornou, segundo Gisele Freund (2006, p. 48), um meio de “[...] dar emprego aos deserdados de outras profissões”. Nasce daí o Foto Gondim, um espaço da iniciação e aprendizagem, onde a família, integrada, dedica-se à nova atividade assumida pelo pai: os meninos, aprendizes da técnica fotográfica, a menina, dedicada ao preenchimento dos dados pessoais daqueles que pleiteavam a posse de uma carteira profissional. Assim ele rememora:

[...] pelo Foto Gondim, nessa época, passaram mais de 200 caminhões, os Pau-de-Arara, carregados de candangos para tirar Carteira Profissional. Iam para Brasília e São

Paulo. Com 8 e 9 anos eu e meu irmão tirávamos as fotos e minha irmã, aos 10 anos, preenchia as carteiras por ter uma letra legível. Toda a família, de 1958 a 1965, viveu essa efervescência.

Desse modo, configura-se sua iniciação no universo da fotografia. Fotos 3x4, fotos de batizados, casamentos, comunhão, retratos para enviar a parentes e amigos preenchiam o tempo dos fotógrafos. Pai e filhos. Vale lembrar que, desde o seu surgimento, o retrato fotográfico favoreceu que a sociedade encontrasse um meio de imortalizar-se, um novo meio de autorrepresentação, uso e prática antes inacessível às classes menos abastadas. E, como afirma a pesquisadora Freund (2006, p. 13, tradução nossa),

O retrato fotográfico corresponde a uma fase particular da evolução social: a ascensão de amplas camadas da sociedade em direção a um maior significado político e social. [...] Bem, 'fazer o retrato' foi um daqueles atos simbólicos através dos quais os indivíduos da classe social ascendente manifestaram sua ascensão, tanto em relação a si próprios quanto aos outros, e se colocaram entre aqueles que gozavam de consideração social.⁴

Não passando de janelas que se abriam para o mundo, esses retratos, como documentos sociais, expunham os sujeitos e os acontecimentos da maneira mais fiel possível, de forma que o que o olho via era representado como tal. Esse tempo durou até quando Adenor descobriu, ao ter acesso à revista *Realidade*,⁵ que o mundo poderia ser visto e enquadrado de outra forma, que a fotografia podia se constituir, além de documento, em uma forma de expressão da cultura, do tempo e do espaço no qual estava inserido. Outro mundo se abriu quando a família se muda para a cidade grande – Itabuna.

Vejamos o que ele diz:

Na revista *Realidade* eram publicados ensaios fotográficos. Uma nova perspectiva de linguagem fotográfica, longe da linguagem que eu conhecia. De bicicleta comecei a fotografar a miséria da nova cidade em que morava – Itabuna. A contra gosto de meu pai que encarava a fotografia como uma fonte de renda e não como uma forma de retratar a realidade. Um desperdício de tempo e dinheiro.

Passou a fotografar o mundo. A visão pragmática e documental da fotografia alargou-se. O processo da criação fotográfica, cujos elementos constitutivos implicam sujeito/fotógrafo, técnica/tecnologia e assunto/fragmentos do mundo, instaurou-se. Descobre, no final dos anos de 1960, que a fotografia não era apenas uma atividade que se resumia ao uso da câmera, ao registro do real. Descobre, ao ter acesso à revista *Realidade*, que uma *visão fotográfica* do mundo poderia ser enquadrada.

Descobre o que Etienne Samain (1998, p. 13) não receia em afirmar:

[...] o fotográfico representa nossa visualidade primeira que, quase que submersa, durante séculos, nas águas da oralidade e da escrita, remontou, muito recentemente á superfície dando-nos a ver o mundo através de uma mediação técnica suplementar: o próprio dispositivo fotográfico e o signo visual que ele proporciona.

Ao embarcar para a capital, para a cidade de Salvador, presta vestibular na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ingressa no curso de Biologia. Nessa época, abdica da fotografia. Porém, diante de novos cenários e com novas perspectivas, de posse de uma câmera de 35 ml sem foco, aparelho de que dispunha, a cidade volta a virar palco de andanças, descobertas, deslumbramento. Revela que:

Em essência a alegria era fotografar a novidade. A emoção do bonito do exótico, do feio de qualquer elemento que chamasse a minha atenção. Por iniciativa pessoal comecei a sair a ermo fotografando tudo em busca de o quê e como eu ia olhar e fragmentar o mundo com meu olhar. De Paripe a Itapoã a cidade nua se mostrava. Eu era um francoatirador.

Percebendo que uma nova forma de experiência tinha se instalado no seu mundo e que cada fotografia é um mundo concentrado num instante, ao intuir que a fotografia é muito mais que um documento estático, mas um catalisador de sentidos, capaz de trazer à luz o que estava oculto sob as aparências, ele parte para a realização de um ensaio fotográfico autoral. As celas da Cadeia de Santo Antonio⁶ é sua primeira experiência.

A partir daí, como menino do interior cuja rota levava às romarias de Bom Jesus da Lapa,⁷ como um observador das expressões culturais advindas do povo, registrava, por meio da foto e do texto, episódios, personagens, situações. Religiosidade e cultura popular passaram a ser seu objeto. E seu trabalho ganhou notoriedade, uma marca identitária. Abrindo caminhos e alargando fronteiras, fotografa. E assim se expressa:

Viajei por quase toda Bahia fotografando romarias, cavalgadas, rezas, procissões, presentes para Iemanjá, arquitetura, tipos humanos, costumes com linguagem essencialmente documental. Não me inspirei ou tomei como referencia o trabalho de qualquer fotógrafo famoso ou não. Aprendi um pouco fazendo e assim aprendi um pouco a olhar.

Dessas andanças, o encontro com a Irmandade da Boa Morte,⁸ em Cachoeira, na Bahia, foi um momento de epifania. Encantado, passou a fotografá-la. Um encontro com o candomblé. E foi o candomblé que o aproximou de Jorge Amado, por vias indiretas.

Já o tinha em vista. Sem familiaridades, fotografava eventos da Fundação Casa de Jorge Amado. Provocou uma aproximação ao solicitar do escritor uma ajuda para a construção da sede da Irmandade, para quem trabalhava, voluntariamente, e a quem dedicou anos de vida, registrando e fotografando os festejos, os folguedos, os rituais, as pessoas. O candomblé e toda sua beleza e sincretismo despertaram nele uma paixão imoderada: *“toda relação do sagrado com o profano, principalmente a influência afrodescendente é o meu foco – o sincretismo”*. Em tempos e espaços diferentes, como em uma rua de mão única, Jorge Amado e o fotógrafo andavam pelos mesmos caminhos. Buscavam no povo as suas expressões. Na cultura popular, a inspiração para o trabalho.

Ao atender o chamado, fotografou o silêncio domundo/casa

Atendendo ao chamado do escritor Jorge Amado e ao ouvir a voz do poeta Manoel de Barros (2006) e a sua confissão:

Um fotógrafo-artista me disse uma vez: veja que o pingo de sol no couro de um lagarto é para nós mais importante do que o sol inteiro no corpo do mar. Falou mais: que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balança nem com barômetro etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Adenor Gondim “[...] acendeu sua lâmpada de mil velas e gradualmente, o papel sensível à luz, absorveu o negrume de alguns objetos de consumo”. (TZARA, 1992 apud BENJAMIN, 1994, p. 105) Fotografou o mundo/casa do escritor Jorge Amado e aos objetos da Rua Alagoinhas, nº 33, deu-lhes luz e tom,

transformou-os em registro fiel, documental e também confessa: “O conceito do trabalho era ser em uma linguagem fotográfica onde a interferência era no sentido de desenvolver um trabalho essencialmente documental que mostrasse o quadro, a escultura, o objeto como ele era. Uma visão dentro de uma linguagem universal”.

Ao tentar desviar-se das insolentes e inoportunas pretensões do eu, ao buscar relacionar-se com o mundo de modo distanciado, como se fosse possível, elegeu a fotografia como um meio superior de por o eu a serviço da realidade. Consideramos que o fotógrafo se desviou das insolentes e inoportunas pretensões do eu por dois motivos: por comungar com conceitos emitidos por Sontag (2004), quando analisa a fotografia como expressão verdadeira e a fotografia como um registro fiel, documental, e pelo fato de ter sido induzido a uma compilação visual do acervo de objetos constantes da casa da Rua Alagoinhas, nº 33. Ele acaba por declarar:

Eu segui um roteiro que me foi dado. Só estava fotografando os objetos que compunham a casa. Eu determinava a forma como fotografar os espaços e esses objetos. Isso durou seis meses. Eu não estava fotografando a vida, a fisiologia da casa. Formou-se um pacto. Silencioso, fotografava os espaços e os objetos. Segui o roteiro, fotografava o que nele constava.

Diz-nos Sontag (2004) que, apesar da existência de arrazoados tentarem velar a diferença entre a fotografia como expressão verdadeira e a fotografia como um registro fiel, essa diferença está implícita nos discursos dos próprios fotógrafos, quando se referem àquilo que fazem. Ou a fotografia é vista como uma manifestação do eu individualizado, recolhido a si mesmo, que domina a realidade, como expressão verdadeira, ou ela é produto de um relacionamento distanciado entre sujeito e realidade.

Vale lembrar que a isenção e a imparcialidade que um dia foram atribuídas ao fotógrafo, como observador e escrivão do mundo,

são revisitadas pela autora quando nos remete aos primeiros anos da fotografia, tempo em que se pensava uma imagem como fruto de uma ação impessoal, objetiva, realizada por um sujeito de posse de uma câmera:

O fotógrafo era visto como um observador agudo e isento – um escrivão, não um poeta. Mas como as pessoas logo descobriram que ninguém tira a mesma foto da mesma coisa, a suposição de que as câmeras propiciam uma imagem impessoal, objetiva, rendeu-se ao fato de que as fotos são indícios não só do que existe, mas daquilo que um indivíduo vê; não apenas um registro, mas uma avaliação do mundo. (SONTAG, 2004, p. 104)

Historicamente e como herança, a fidelidade e a transcrição automática do real são vistas com desconfiança pela lógica contemporânea. A ilusão de uma abordagem neutra e imparcial, fundada em convenções sociais, não atentava para a natureza ambígua da imagem fotográfica. Não se percebia que a fotografia, como imagem técnica, produzida por um sistema de representação visual, expressa uma visão particular do mundo daquele que opera a câmera, que filtra a realidade. Não se atentava para o fato de que a fotografia se define, historicamente, em circuitos sociais dos quais os fotógrafos participam como mediadores privilegiados. Não se atentava para o que Fontcuberta (1997, p. 17, tradução nossa) chama a atenção:

[...] por trás da sensação beatífica de certeza, camuflam-se mecanismos culturais e ideológicos que afetam nossas suposições sobre o real. O sinal inocente representa um artifício carregado de propósito e história. Como um lobo em pele de cordeiro, a autoridade do realismo fotográfico também busca traír nossa inteligência. Judas se enforca, dominado pelo remorso.⁹

No entanto, para que o processo de captura do objeto/realidade se concretize e o ato de programar se dê, para que a observação estética e documental da realidade se materialize e essa trama entre realidade e ficção chegue a um termo, um sujeito entra em cena. Aquele que manipula a máquina, que se utiliza dos recursos técnicos, ópticos, químicos ou eletrônicos, que materializa e dá forma à fotografia e que agrega, nesse processo, componentes de ordem imaterial e pessoal, tais como ideologia, cultura, estética e técnica. Vale aqui trazer as considerações de Almeida Junior (2009), quando se refere à interferência do sujeito no processo de mediação, por atentar para a intencionalidade que subjaz a toda produção e recepção da informação e afastar a ideia de que, nesse processo, a neutralidade e imparcialidade não estão presentes.

Esses fatores, na visão de Flusser (2011), confirmam que o fotógrafo não se abstém das intenções advindas da própria cultura e, em conformidade com o autor, pensamos que o sujeito não está infenso ao contexto no qual está inserido, que o ato de fotografar é um ato de escolha que advém de uma atenção seletiva, de um olhar dirigido, enquadrado, diante do espetáculo do mundo. E como dizem Bourdieu e demais autores (2003, p. 24, tradução nossa), “[...] a prática fotográfica e seu produto são resultantes do sentido que lhe é dado pelo grupo, que confere ao ato fotográfico uma promoção ontológica em cuja dignidade o motivo é fixado, conservado, comunicado, exibido e admirado”.¹⁰

Tais premissas podem ser confirmadas no discurso de Adenor Gondim, cuja produção fotográfica é marcada pelo gosto, pela estética e por valores incorporados e refletidos claramente nos registros fotográficos que produz e manipula. Vejamos o que diz:

A foto é minha, eu faço dela o que quero. Se não faço uma foto por encomenda com objetivo pré-definido, eu trabalho para

chegar aonde quero. A foto por si só é um documento, mas na medida em que eu me coloco eu transformo, ela deixa de ser documental.

Mesmo que a imagem seja produto de um equipamento e de seu automatismo, na escolha pelo enquadramento estão implícitos valores, quer sejam estéticos ou mesmo éticos. E, ademais, porque é pela maneira como olhamos o mundo que estabelecemos com ele relações e aproximações, que admitimos que numa fotografia não podemos separar o significado imanente do que é fotografado, do arranjo que lhe é dado pelo fotógrafo, arranjo que lhe foi possibilitado pelo uso do aparato técnico, da câmera, cuja potencialidade e limite configuram ângulos e formas de ver e representar a realidade. Na perspectiva de Bazin (1991), acatada por Dubois (2012, p. 15, grifo do autor), não se pode desatrelar da leitura e análise da imagem fotográfica a sua gênese automática, a circunstância na qual foi gerada

[...] com a fotografia, não nos é mais possível pensar a imagem fora do *ato* que a faz ser. A foto não é apenas uma imagem (o produto de uma técnica e de uma ação) [...] é também em primeiro lugar, um verdadeiro *ato* icônico, uma imagem se quisermos, mas *em trabalho*, algo que não se pode conceber fora de suas *circunstâncias*, fora do *jogo* que a anima sem *comprová-la* literalmente: algo que é, portanto, ao mesmo tempo e consubstancialmente, uma *imagem-ato*, estando compreendido que esse ‘ato’ não se limita trivialmente apenas ao gesto *da produção* propriamente dita da imagem [o gesto da ‘tomada’], mas inclui também o ato de sua *recepção* e de sua *contemplação*.

Também não se pode eximir, no processo de mediação da in-formação e em especial da mediação fotográfica, a participação efetiva das técnicas, principalmente no mundo contemporâneo, onde a ascendência do domínio dos dispositivos tecnológicos baliza as relações estabelecidas entre os sujeitos. Os registros

fotográficos que representam a casa da Rua Alagoinhas, nº 33, segundo declaração do fotógrafo, foram possibilitados pelo uso de um equipamento N90 e de uma lente 2845, que enquadravam os objetos num fundo branco infinito. Para tanto, um *studio* foi armado a céu aberto, na área livre da varanda lateral da casa, em frente à escultura de Exu, na qual os objetos se deixavam fotografar sob a luz de duas tochas de *flash*, sob a mira da máquina que, firme, repousava sobre o tripé.

E sobre as máquinas, aparelhos como as denomina Flusser (2011, p. 38-41), elas são “[...] objetos produzidos, isto é trazidos da natureza para o homem”, cujo conjunto acaba por perfazer a cultura, conferindo-lhe certas características. Como objetos culturais, os aparelhos não deixam de conter valores em si, a obedecer a determinadas intenções humanas que visam modificar o mundo e a vida dos homens, dando-lhes outras configurações. Tal entendimento faz com que o autor considere que os aparelhos operam apenas o que estão programados para fazer e que o seu uso, pelo fotógrafo, resulta de uma técnica apreendida através do texto, o que determina que o mundo-imagem criado seja resultante de um mundo/texto codificado e transformado em imagem outra vez.

Por outro lado, na visão de Fontcuberta (2007), a câmera é um instrumento de análise e crítica porque se fundamenta em um esquema que pressupõe a dupla existência de um sujeito que olha e de uma alteridade, o outro, a coisa, o mundo que é observado. A fotografia, como linguagem, estabelece uma ponte entre o objeto e o sujeito, constituindo-se em uma reinvenção do real, ao extrair o invisível do espelho e revelar formas familiares do mundo que encobrem outra realidade, como uma modalidade de transmissão da informação e, conseqüentemente, como uma nova forma de mediação.

Vejamos o que diz o fotógrafo Adenor Gondim, na condição de sujeito que observa, que captura e estabelece uma ponte entre a realidade/mundo e o sujeito e como um medium, que a recolhe e manipula dando-lhe outras possibilidades de leitura, outros sentidos: *“um dos objetivos da minha fotografia é dizer— olha aí, o que está junto de você e você nunca viu”*.

No momento em que um fotógrafo capta um ângulo da realidade, consumando a tiragem de uma foto, o familiar é alterado “[...] o objecto olhado por mais conhecido que seja ganha uma aparência que até então não tinha conhecido”. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 116) Para Didi-Huberman (2012, p. 116), altera-se a identidade do que foi fotografado desde quando “[...] o sujeito que olha, por mais firme que seja no exercício da observação, perde por um instante toda e qualquer certeza espacial e temporal”. Além da perícia do fotógrafo e de todo o planejamento de suas ações e comportamento que visam estabelecer essa ponte entre o objeto e o sujeito, há o importante papel do receptor, realçado por Benjamin (1994), quando escreve sobre a história da fotografia. Alerta o autor para o fato de que os recursos técnicos utilizados devem ser realçados, no entanto, traz à cena a figura do observador/receptor e sua provável atitude diante de uma imagem. Benjamin (1994, p. 94) prevê que

[...] o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás.

E quando o observador entra em cena, em busca da “pequena centelha do acaso, do aqui e agora”, torna-se válido que retornemos

às reflexões de Barthes (2012), tais quais o pensamento de Benjamin (1994) sobre a relação da foto com o seu espectador/receptor. Na obra *A câmara clara: nota sobre fotografia* (2012), Barthes diz acreditar na realidade representada na foto, na revelação que ela faz do objeto fotografado, no entanto, chama a atenção para o fato de que a “foto do fotógrafo,” como uma encenação significativa, implica, sem dúvida, a decodificação pelo seu espectador. Adverte que a “foto do espectador” agrega a essa relação uma porção de subjetividade, que vai determinar o grau de investimento singular na apropriação de cada elemento da foto que passa a significar, para o receptor, pequenos fragmentos do real. Ocorre que o olhar sobre esse real lisonjeia o espectador e ele acaba por criar, na perspectiva de Sontag (2004), uma falsa sensação de ubiquidade e uma ilusão de um domínio da experiência.

Um fim na trajetória

Como observador/receptor, para encontrar nos registros fotográficos dos objetos da casa da Rua Alagoinhas, nº 33, indícios que apontassem para um mundo do escritor Jorge Amado, para uma faceta particular e íntima desse sujeito tão público, foi preciso um investimento singular: que imagens fossem produzidas, que transitássemos pelo território das memórias do fotógrafo, por caminhos trilhados por ele da iniciação à experiência, libertos ele e nós da sensação de ubiquidade e ilusão do domínio da experiência

Acreditamos que o esboço biográfico de Adenor Gondime os registros fotográficos por ele capturados, ao revelarem o mundo imaginário do escritor Jorge Amado, as memórias representadas nas imagens fotográficas dos objetos da sua casa, resultam numa síntese original, filtrada pelo saber-fazer do fotógrafo.

Constituem-se em uma narrativa visual que nos permite, na condição de receptores, transitar com certa liberdade, entre o mundo que construímos em nós, o mundo do fotógrafo e os possíveis mundos do escritor Jorge Amado, cujas imagens fotográficas podem desvelar. Ouvindo o silêncio, sentindo o perfume.

Notas

- ¹ Entrevista cedida à autora na cidade de Salvador em 2016.
- ² Texto original: “Toda fotografía es una ficción que se apresenta como verdadera [e que] El buen fotógrafo es el que mientebienlaverdad”.
- ³ O produto deste trabalho resultou no livro *Rua Alagoinhas 33, Rio Vermelho*, publicado pela Fundação Casa de Jorge Amado, no ano de 1999. Também foi objeto de pesquisa da autora deste texto em sua tese doutoral (2016), transformada em livro, intitulado *Mediação fotográfica revela o lugar da intimidade: a casa de Jorge Amado*, em 2019.
- ⁴ Texto original: “El retrato fotográfico corresponde a una fase particular de laevolución social: elascenso de amplias capas de lasociedadhacia um mayor significado político y social. [...] Pues ‘mandarsehacerel retrato’ era uno de esosactos simbólicos mediante losqualeslosindividuos de leclase social ascendente manifestabansuascenso, tanto de cara a si mismos como losdemás, y se situaban entre aquellos que gozaban de laconsideración social”.
- ⁵ Revista mensal de âmbito nacional, fundada em abril de 1966 por Vítor Civita, presidente da Editora Abril. Saiu de circulação em 1976.
- ⁶ O Forte de Santo Antonio Além do Carmo, fica localizado na praça Barão do Triunfo (largo de Santo Antônio); defendia a entrada norte da antiga cidade de Salvador, capital da Bahia. Chegou a ser utilizada como Casa de Detenção, tendo recebido presos políticos durante a ditadura militar de 1964, daí ter sido chamada Cadeia de Santo Antonio.
- ⁷ Romaria criada a partir da ocupação de um complexo de grutas pelo pintor português Francisco de Mendonça em 1691, devoto de Bom Jesus e de Nossa Senhora Soledade.
- ⁸ Confraria religiosa composta por ex-escravos da costa da África e descendentes redicados no Recôncavo canavieiro da Bahia, em particular na cidade de Cachoeira. Constituída apenas por mulheres negras, de forma sincrética, incorporou os santos católicos aos festejos propriamente religiosos do candomblé.

⁹ Texto original: “[...] por detrás de la beatífica sensación de certeza se camuflan mecanismos culturales e ideológicos que afectan a nuestras suposiciones sobre el real. El signo inocente encubre un artificio cargado de propósitos y historia. Como un lobo con piel de cordero, la autoridad del realismo fotográfico pretende traicionar igualmente a nuestra inteligencia. Judas se ahorca agobiado por los remordimientos”.

¹⁰ Texto original: “[...] la pratique photographique e et son produit parce qu’il s-determinent objectivement les sens qu’un groupe confere à l’acte photographique comme promotion ontologique d’un objet perçu em object digne d’être photographié, c’est-à-dire fixe, conserve, communiqué, montré et admire”.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tbpci/article/view/170>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARROS, M. O fotógrafo. In: BARROS, M. *Ensaio fotográficos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. Edição especial.

BAZIN, A. Ontologia da imagem fotográfica. In: BAZIN, A. *O cinema: ensaios*. Introdução: Ismail Xavier. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 19-26.

BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-107. (Coleção Obras escolhidas, v. 1).

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L.; CASTEL, R. *et al. Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. 2. ed. Paris: Les Editions Minuit, 2003.

CALVINO, Í. A memória do mundo. In: CALVINO, Í. *Um general na biblioteca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIDI-HUBERMAN, G. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012.

DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. Ofício de Arte e Forma.

- FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Annablume, 2011. (Coleção Comunicações).
- FONTCUBERTA, J. *El beso de Judas: fotografía y verdad*. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.
- FREUND, G. *Fotografia e sociedade*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1995.
- FREUND, G. *La fotografía como documento social*. Barcelona: FotoGGrafia, 2006.
- MEDEIROS, M. *Fotografia e verdade: uma história de fantasmas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010. (Coleção Arte e Produção, v. 116).
- SÁ, A. Q. G. T. *Mediação fotográfica revela o lugar da intimidade: a casa de Jorge Amado*. Salvador: Edufba, 2019.
- SÁ, A. Q. G. T. *Rua Alagoinhas 33, Rio Vermelho: a casa de Jorge Amado: mediação fotográfica revela o lugar da intimidade*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SAMAIN, E. (org.). *O fotográfico*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- SONTAG, S. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

As oficinas de percussão popular e a cultura musical percussiva: uma relação entre memória, informação e descoberta de conhecimento

Fabília Carla Ferreira Sobral
Maria Luiza de Almeida Campos
Elisabete Gonçalves de Souza

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, articulamos os conceitos de representação e memória em um espaço empírico social – as oficinas de percussão popular brasileira, doravante denominadas “Oficinas”. Nesse sentido, pretendemos introduzir a questão relacionada à possibilidade de preservação da memória dessas Oficinas por meio de mecanismos de representação do conhecimento que permitam acesso ao conhecimento existente nesses “lôcus de memória”.

Tais mecanismos de representação são aqui apresentados por meio da proposta de uma plataforma de descoberta de conhecimento, neste trabalho, “plataforma de descoberta”, definida como um artefato tecnológico capaz de fornecer uma estrutura navegacional que permita ao usuário obter informações visando à descoberta de conhecimento sobre o universo das Oficinas. Dessa forma, a plataforma tem por função apresentar o conhecimento inerente às Oficinas e à cultura musical percussiva, contribuindo para a preservação da memória e do conhecimento. Para tanto, precisamos explorar o universo das Oficinas a fim de entender sua conformação no que se refere a domínios socialmente construídos, o que nos exige adentrar em questões que envolvem as possibilidades representacionais de se modelar uma realidade social, em que tais Oficinas se inserem. Nesse sentido, o papel sociocultural das Oficinas será explorado, considerando-se a relação estreita entre patrimônio imaterial e constituição de identidade e memória.

No que tange ao papel social e cultural das Oficinas, é relevante para este trabalho a relação destas com as tradições étnicas e culturais, bem como sua função de manter viva a história de um dado segmento social. Assim, podemos citar como exemplos: o maracatu, que deixa implícita a tradição religiosa de uma comunidade; e o samba, ritmo que ganhou força no Rio de Janeiro após a libertação de escravos negros do cativeiro na forma de batuque para fortalecer a cultura das festas africanas misturando música, culinária e religião. Percebe-se, nesses ritmos, uma relação direta com a expressão e a manifestação da cultura do povo negro. Assim, as Oficinas enquanto grupos percussivos, ou seja, grupos que tocam, executam e fomentam determinados ritmos, podem ser consideradas meios de manutenção do patrimônio imaterial, entendido aqui como bens culturais de natureza imaterial que

[...] dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2020)

Dando continuidade a este capítulo, após esta introdução, na seção 2 – “As Oficinas de Percussão Popular Brasileira: a função social”, apresentamos as Oficinas, seu papel social e sua importância como espaço de memória que reúne expressões e manifestações musicais e culturais, que, identificadas e categorizadas, ajudam-nos a criar mecanismos para a organização e a recuperação da informação, visando à preservação desse saber no âmbito da cultura popular brasileira. Na seção 3 – “Informação, cultura e memória”, por meio dos estudos de memória apoiados nas visões de memória coletiva de Maurice Halbwachs, memória cultural de Jan Assmann e memória e identidade, de Michael Pollak, serão discutidos os conceitos de memória individual e coletiva numa relação com os conceitos de identidade (ASSMANN, 2008; CANDAU, 2011; POLLAK, 1989, 1992) e quadros sociais da memória. (HALBWACHS, 2006) Parte-se do pressuposto de que as Oficinas desempenham um papel fundamental na transmissão de saberes ancestrais e na manutenção da identidade cultural ligada aos ritmos brasileiros. E, finalmente, em nossas considerações finais, defendemos a importância de se criarem novos espaços de representação dos saberes oriundos da cultura popular por meio de recursos de organização do conhecimento, como as plataformas de descoberta.

As oficinas de percussão popular brasileira: a função social

As Oficinas se caracterizam como um espaço não formal de ensino e aprendizagem musical, por se tratar de instituição não convencional de educação que aborda saberes e práticas de percussão popular brasileira. Como exemplo de oficina de percussão, temos a Bateria Feminina Fina Batucada¹ – grupo artístico representativo da Escola de Música Villa Lobos (EMVL), órgão integrante da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e subordinado à Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj), sendo considerada a “[...] primeira e maior bateria feminina do Brasil”. (FINA BATUCADA, [2020]) Seu corpo percussivo, majoritariamente composto por mulheres, revela uma forte inclinação ao acolhimento de pessoas da terceira idade (visão de uma das autoras com base na observação participante). Essa observação sobre a Bateria Feminina Fina Batucada nos permite apontar como uma característica peculiar dessa oficina o engajamento social inclinado ao acolhimento. Esse é um aspecto relevante para a representação do universo das Oficinas, pois ressalta que a função social desse espaço extrapola o ambiente de ensino/aprendizagem.

Com base na descrição inicial dada aqui sobre as Oficinas de percussão, podemos perceber uma série de fatos institucionais (SEARLE, 2006) que permeiam o universo das Oficinas, cuja relevância se dá no mapeamento das relações e interações sociais e que, no escopo deste trabalho, consideramos passível de registro informacional por meio de uma plataforma de descoberta.

Na cidade do Rio de Janeiro, outras Oficinas se destacam por atuarem no ensino de ritmos, como o maracatu e o samba, associados às formas de expressão cultural Maracatu Nação – ou Maracatu

de Baque Virado – e o Samba do Rio de Janeiro, inscritos no *Livro de registro das formas de expressão* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e reconhecidos como bens culturais de natureza imaterial, integrando, assim, o Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2020)

O Samba e o Maracatu, como patrimônio cultural imaterial, gozam da prerrogativa do registro de salvaguarda, para fins de proteção e preservação das “[...] práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2020), os quais caracterizam os bens culturais imateriais como aqueles que são

[...] transmitidos de geração a geração e constantemente recriados pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Os bens culturais imateriais passíveis de registro pelo IPHAN são aqueles que detêm continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira. A inscrição desses bens nos Livros de Registro atende ao que determina o Decreto 3.551. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2020)

Nesse contexto, as Oficinas encarregam-se do papel de transmissores da técnica de batucar, ou seja, do modo de fazer, de executar cada ritmo que alimenta a tradição do batuque introduzido pelos africanos quando chegaram ao Brasil. Dessa forma, elas ajudam a sustentar uma determinada cultura e a formar indivíduos que compartilham da mesma prática e com ela se identificam, gerando um sentimento de pertencimento a uma cultura. Assim,

entendemos as Oficinas em duas dimensões distintas: lugar de ensino e aprendizagem (ensino da música) e de diversidade cultural (formas de expressão). Essas dimensões concorrem tanto para o empreendimento cultural quanto para a manutenção das tradições e costumes de um povo, objetivando o avivamento da memória, como demonstraremos adiante.

Na dimensão de ensino e aprendizagem da música percussiva, pode-se destacar, além da transmissão da técnica, a transmissão de um discurso étnico-cultural associado ao ritmo e ao instrumento utilizado. Essa transmissão ocorre por meio da oralidade quando o professor, ao explicar o uso e o toque dos instrumentos, conta histórias atreladas ao próprio instrumento, conforme pode ser observado no relato da musicista Biba Meira, fruto de sua pesquisa sobre o ensino e aprendizagem da música percussiva para crianças e adolescentes na oficina de percussão da Organização Não Governamental (ONG) *Áfricanamente*.

Peguem o tambor! Ricardo explicou, então, como segurá-los corretamente, com todo o pé no chão, apoiando o tambor no ‘ossinho do pé’ segurando-o pelos joelhos, deixando-o paralelo com os mesmos. O tambor ‘não pode ficar de pé’, no chão. E argumentou para os oficinandos que, *na origem afro, só se deixa o tambor de pé quando alguém morre.* (MEIRA, 2011, p. 21, grifo nosso)

Por outro lado, o ensino da percussão envolve também a imitação e a repetição dos movimentos, conforme Meira (2011, p. 21) capturou em seu estudo de campo na ONG: “Nessa tarde, Ricardo falou para os que estavam entrando no grupo: ‘Tem que olhar prá mim, ver as mãos e ouvir as batidas’”. Com as facilidades promovidas pelos *smartphones*, é comum a utilização dos recursos de gravação de áudio e imagem para fins de estudo dos alunos da oficina. Porém, algo que passa despercebido por esses registros é o conhecimento agregado e implícito à transmissão da técnica.

Por essa razão, vislumbramos a concepção de uma plataforma de descoberta de conhecimento para o universo das Oficinas, a fim de que se possam registrar as informações que circulam no espaço de ensino/aprendizagem por meio da oralidade, bem como o conhecimento implícito no contexto cultural da música percussiva com vista a representar a diversidade cultural desse domínio social.

Então, seguimos na apresentação da dimensão diversidade cultural nesse universo, na qual destacamos as atuações performáticas das Oficinas. Essas atuações performáticas, no contexto de grupos instituídos socialmente, são importantes para o entendimento sobre a coletividade e os impactos dela na representação do conhecimento no âmbito social.

As atuações performáticas se caracterizam pela apresentação do grupo percussivo em eventos culturais. Os grupos percussivos, além de representarem uma prática cultural, constituem associações com fatos históricos e sociais e relacionam-se com a ressignificação do movimento da cultura popular, a qual ancora o posicionamento de um dado grupo social diante do contexto ao qual está inserido. Dessa forma, os grupos percussivos atuam de forma a expressar, comunicar e compartilhar um conhecimento sobre uma cultura por eles compreendida. Esta elaboração aproxima-se da noção de representação social, que, para Mary Jane Spink (1993, p. 300), pesquisadora no campo da psicologia social, são:

Fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. [...] As representações sociais dizem respeito às modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. [...] Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação,

Consideramos a abordagem da noção de representação social interessante para os estudos de representação de domínios de conhecimento no âmbito da Ciência da Informação, pois nos impele a olhar para as significações dos objetos/fenômenos e sujeitos sociais envolvidos. A perspectiva das representações sociais é uma camada subjetiva da realidade das Oficinas – um dos seus níveis de realidade – que se materializa em práticas culturais passíveis de serem identificadas, categorizadas, descobertas e compartilhadas.

Na visão de Gnoli e Poli (2004), cabe aos estudos da Ciência da Informação a tarefa de integrar diferentes descrições dos objetos e fenômenos compreendidos em suas diversas perspectivas, as quais podem ser entendidas como níveis de realidade. Os estudos sobre níveis de realidade podem nos ajudar a entender a noção de elementos multiestratificados, ou seja, que apresentam várias facetas em diferentes níveis de realidade, a exemplo do estrato material e mental, pois as Oficinas utilizam instrumentos de percussão, mas se constituem de atitudes humanas.

Com base na noção de representações sociais, podemos dizer que os grupos percussivos produzem conhecimento à medida que seus indivíduos interagem entre si. Mas, também, podemos dizer que eles reproduzem um conhecimento sobre uma dada realidade à medida que as atuações performáticas rememoram fatos históricos-sociais. A coroação de rei e rainha do congo é um fato histórico (re)apresentado na atuação performática dos grupos percussivos de Maracatu Nação.

Os grupos de Maracatu Nação saem em cortejo tendo à frente a sua dama do paço carregando a sua *calunga*, as *catirinas* puxam a dança com suas saias rodadas, e os batuqueiros, com os instrumentos típicos do maracatu, a exemplo da alfaia, ditam o ritmo do cortejo. O Maracatu Nação é um tipo de batuque no formato

cortejo, cuja origem se deu no período do Brasil-Colônia, com a chegada dos negros-escravos e a criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Segundo a historiadora Guillen (2004), as coroações de Reis do Congo ocorreram no Brasil do século XVII até o século XIX, quando a igreja proibiu que manifestações da cultura popular acontecessem no interior dos templos católicos, o que teria dado origem aos cortejos reais que caracterizam o Maracatu. A autora explicou que “ao longo dos anos, o maracatu se consubstanciaria como um brinquedo de carnaval, reminiscência africana, descrição tipificada por Pereira da Costa em seu *Folck-lore* Pernambucano de 1908” (GUILLEN, 2004, p. 42, grifo da autora) e que, durante o carnaval, firma-se uma representação de reis de mentira, destituídos de poder.

Conforme destaca França Filho (2016), as festividades carnavalescas foram um meio de manter os cortejos do Maracatu, contrariando as previsões de desaparecimento face à conotação de prática incivilizada e de manifestação do povo negro. Nesse ponto, pode-se observar a relação entre a real identidade dos negros e a representação do cortejo, que apresentava uma realeza negra baseada na vivência dos negros africanos em sua terra de origem. O cortejo, juntamente com a coroação de rei e rainha do congo, devolvia aos negros a sensação de pertencer a algum lugar.

O cortejo real é um antigo ritual medieval em que as insígnias reais são simbolicamente destacadas. Nas comunidades iorubanas, e também, entre os reis do Congo, muitas dessas insígnias estavam presentes nos rituais e cerimoniais que envolviam o poder real. (GUILLEN, 2004, p. 44-45) Daí percebe-se como as práticas culturais funcionam como dispositivos de preservação de memória e de corroboração dos fatores identitários.

Guillen (2004), ao falar sobre a representação do cortejo real ocorrida no carnaval, leva-nos a pensar em fator semelhante que ocorre também no contexto do samba-enredo nos carnavais do Rio de Janeiro. À época dos desfiles das escolas de samba, a temática religiosidade é, frequentemente, posta em evidência por meio dos enredos das agremiações, que contam na avenida histórias sobre os Orixás cultuados nas religiões de matrizes africanas. Nesse contexto, existe também uma representação de fatos que promovem o resgate de uma identidade cultural por meio de formas simbólicas.

Segundo consta no Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro, essa relação estreita entre o carnaval e a religiosidade africana se iniciou com a vinda dos negros baianos alforriados para a cidade do Rio de Janeiro. Trouxeram com eles o candomblé baiano e, em contato com os cultos dos bantos, fundariam, sob o panteão dos orixás, uma religião negra, “assentando num mesmo terreiro os cultos de diversos grupos e cidades, passando a representar uma Pequena África”. (CENTRO CULTURAL CARTOLA, 2006, p. 16) Com a fundação das casas de candomblé, destaca-se a de João Alabá. As filhas de santo – conhecidas como “tias”, a exemplo de Tia Ciata – atuaram como lideranças de um movimento que vislumbrava sustentar os novos caminhos do negro na cidade do Rio de Janeiro. E, por meio da Pequena África, o negro se aproximou do carnaval carioca, inserindo-se no contexto musical por meio do samba, influenciado pelo batuque da macumba carioca.

No fim dos anos 20, novamente a palavra samba teve a sua significação alterada, outra vez em virtude de ser empregada por uma classe social diferente. Agora eram os descendentes de escravos, reunidos nas chamadas escolas de samba, para os quais a palavra ainda continuava

designando a dança de roda de umbigada, de ritmo muito semelhante ao das cerimônias religiosas das macumbas. Samba para eles constituía um ritmo, uma coreografia, um gênero, enfim, muito próximo ao dos pontos de invocação dos orixás afro-brasileiro. (CENTRO CULTURAL CARTOLA, 2006, p. 65)

Com relação ao Samba, as Oficinas têm muito a contribuir para a manutenção desse patrimônio imaterial, constituindo assim um papel social de agente de formação de novos percussionistas, ritmistas e batuqueiros, que se integrarão aos grupos percussivos a fim de dar continuidade às práticas do batuque, seja no samba de terreiro seja no partido-alto, possibilitando a formação de novas rodas de samba em espaços públicos e populares, expressando-se por meio de sambas-enredo e fortalecendo as baterias das escolas de samba.

Com relação à esfera religiosa, o Maracatu também possui, atrelado a si, questões que envolvem o candomblé como elemento matricial da religiosidade do povo negro. Seguem nas citações a seguir a reprodução das falas de Carmem Lélis, historiadora, e Anderson Santos, integrante do grupo Maracatu Encanto da Alegria, apontando o vínculo religioso no Maracatu.

‘O maracatu nação ou de baque virado é ligado ao candomblé e aos orixás. Há uma veiculação das pessoas da direção com essa religiosidade afro-brasileira.’ [...] As rainhas do maracatu também são Ialorixás, mães de santo [explicou Carmem Lélis] [...]. ‘Grupos que não têm o fundamento religioso, não podem ser chamados de maracatu nação e sim, grupo percussivo. É preciso nascer e se criar dentro de uma casa de candomblé’ [ressaltou Anderson Santos]. (MARACATU..., 2019)

Ivaldo França Lima, em seu trabalho sobre fronteiras identitárias no âmbito dos grupos percussivos de maracatu, esclareceu que

a denominação “Maracatu Nação” refere-se aos grupos “[...] formados majoritariamente por comunidades de negros e negras que compartilham práticas e costumes, dentre os quais se destacam as religiões de divindades e de entidades” (LIMA, 2014, p. 71) e salientou, ainda, que o cortejo é o elemento indispensável na caracterização do Maracatu Nação.

Diante do exposto, vimos que tanto o Maracatu Nação quanto o Samba são formas de expressão e bens culturais de natureza imaterial. Contudo, são também ritmos e danças intrinsecamente ligados à cultura do povo negro. Assim, uma aproximação com os níveis da realidade de Gnoli e Poli (2004) nos permite dizer que, para fins de representação de uma dada realidade, estamos diante de objetos estratificados no sentido em que, na dimensão de ensino e aprendizagem, eles podem ser interpretados como objetos referentes ao campo disciplinar da música – instrumentos típicos, toques dos instrumentos e dança. Já no contexto cultural, eles podem ser interpretados como fenômenos sociais. Explorar as relações entre os níveis de realidade que compreendem tais objetos e fenômenos pode propiciar à representação de um domínio social uma maior aderência quanto à fidedignidade das informações e do conhecimento registrado em uma plataforma de descoberta de conhecimento.

Na seção seguinte, veremos como os conceitos de memória e identidade se relacionam com o universo das Oficinas, no sentido de atuarem como dispositivos mnemônicos para a permanência das práticas culturais que asseguram a presença de uma cultura perante a sociedade.

Informação, cultura e memória

O objetivo desta seção é discutir a relação entre informação e patrimônio cultural expressa na materialidade da cultura musical difundida por meio do ensino de percussão em espaços não formais: as oficinas de percussão popular – lugares em que o ensino da música percussiva se abre às reflexões sobre representação social aproximando-as dos conceitos de memória coletiva e identidade.

Para a compreensão da relação entre memória coletiva e representações sociais,² pautamos nossas reflexões nos estudos de Halbwachs (2006). Para esse autor, as lembranças, por mais íntimas que sejam, só podem existir a partir dos quadros sociais da memória. Para exemplificar essa relação, relata a primeira vez que foi a Londres e as diversas lembranças que trouxe de lá, impressões que o faziam lembrar dos romances de Dickens, lidos na infância, o que o levava a constatar que em todos os momentos, em todas as circunstâncias, não estava só. Em sua análise, Halbwachs (2006) resgata a simultaneidade dos quadros sociais da memória, expressa na relação entre a visita a Londres e as informações adquiridas por meio da leitura, mostrando-nos “[...] o quanto são intersubjetivos os processos de construção de memórias coletivas”. (SANTOS, 1998)³

Para Halbwachs (2006), assim como para Pollak (1989), a memória é uma construção social, e o ato de lembrar está intimamente relacionado com as representações coletivas que compartilhamos, seja pela leitura/informação, como no exemplo citado, ou pela convivência com grupos sociais com os quais nos relacionamos. Logo, a memória individual só existe a partir de uma memória coletiva, pois é por meio da recordação, das relações mantidas pelo sujeito junto a um determinado grupo que as lembranças são construídas. Significa dizer que, ao rememorar suas lembranças,

o indivíduo expressa aquilo que viveu e experimentou individual ou coletivamente. Isso ocorre porque

[...] Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós [...].
(HALBWACHS, 2006, p. 30)

No caso dos grupos de percussão, essa perspectiva de análise ajuda-nos a inventariar a memória musical que circula entre seus componentes, relacionando-a com o patrimônio cultural que a cerca e que nos remete às suas tradições e costumes. Nesse contexto, as Oficinas configuram-se como “lugares de memória” (NORA, 1993) com vista à manutenção das tradições étnicas e culturais de dois segmentos sociais: negros e índios, cujas práticas culturais misturaram-se às do colonizador imprimindo uma identidade musical única, na qual encontramos outros elementos informativos: danças, ritmos, costumes etc.

A construção social da memória não se dá de forma arbitrária, ela resulta de seleções, interpretações e combinações de recordações, que podem ser “[...] associadas a um sem-número de referências com o propósito de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las [...]”. (POLLAK, 1989, p. 10) Essas referências constituem os quadros sociais da memória, por meio dos quais estabelecemos pontos de contatos, interações com outros indivíduos e grupos e despertamos a memória; caso contrário, ela não se sustenta e se perde.

O conceito de “quadros sociais da memória” permite-nos entender as Oficinas como “pontos de contato” que interligam indivíduos e grupos sociais que compartilham do mesmo propósito: a preservação e a fruição dessa cultura musical.

No entanto, para que a memória individual se interligue à coletiva, não basta que nos apresentem testemunhos, “[...] é preciso que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum”. (HALBWACHS, 2006, p. 39) Significa dizer que os pontos de contatos não dizem respeito somente à presença física dos sujeitos no grupo, ou seja, não basta que as pessoas estejam próximas, elas devem interagir.

Em Pollak (1992), encontramos três elementos que ajudam a entender em que medida as interações entre indivíduos e grupos sociais alteram as configurações das lembranças. Tais elementos são chamados por ele de elementos constitutivos da memória. São eles: os acontecimentos/eventos (vividos pessoalmente ou vividos pelo grupo ou coletividade – memória herdada), as pessoas e os personagens, e os lugares de memória⁴ (uma lembrança pessoal ou um monumento). Esses três elementos podem figurar fora do espaço-tempo do indivíduo, por exemplo, um acontecimento ocorrido no passado em que a pessoa em seu momento presente faz uma projeção ou transferência em razão de identificação com o evento. O autor avança nessa reflexão ao dizer que nas sociedades de história “[...] o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade”. (POLLAK, 1989, p. 10)

Dado isso, avançamos em nossa análise relacionando as Oficinas com a questão da construção de identidade. De acordo com Candau (2011), a identidade relaciona-se à memória porque é preciso conhecer o passado para poder narrar-se, construir uma identidade, constituir-se como sujeito diante do outro e posicionar-se dentro do grupo.

Apesar de compartilharem do mesmo domínio discursivo – a música percussiva –, esse domínio amplia-se à medida que

as narrativas se entrecruzam, não só por meio da música, mas pelas referências com as quais se associa e que se expressam nas representações sociais que compartilham. Mapear essas relações e suas representações nos permitirá identificar indivíduos e grupos sociais; compartilhar lembranças musicais e rítmicas; fazer associações às manifestações culturais que cercam o contexto das Oficinas. Para Candau (2011, p. 18), conhecer os pontos de contato que ligam a identidade à memória é o melhor caminho para demonstrarmos que “a memória é a identidade em ação”.

Candau (2011) conceitua a identidade como um estado que não deveria ser aplicado ao indivíduo nem a um grupo social, sendo construído, definido e redefinido na interação social. Aproximando essa reflexão das discussões trazidas por Halbwachs (2006, p. 69), pode-se dizer que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” e que esse olhar muda de acordo com o lugar que ocupamos no grupo. O lugar também é mutável e transformado “[...] de acordo com as relações que [mantemos] com outros ambientes”. (HALBWACHS, 2006, p. 69) Para esses autores, os elementos externos evocados para a construção das memórias individuais fundamentam as representações que cada pessoa faz do passado. Suas considerações podem ser sintetizadas na ideia de que a memória é o instrumento que permite a atuação do passado no presente, por meio das lembranças.

Assim, independentemente da perspectiva – individual ou coletiva – a memória pode ser compreendida como instrumento de construção das identidades, uma vez que permite ao sujeito valer-se de representações do passado para consolidar sua identidade. Mas esse processo não se dá de forma natural, ele expressa relações de força dentro de/entre os grupos sociais. Ou seja, as lembranças coletivas, quando são evocadas, possuem

mecanismos de seleção que são de caráter social, que expressam valores, sentimentos, conflitos, etc.

Em Pollak (1992), encontramos esse debate quando o autor fala da construção da identidade e elenca três elementos essenciais, a saber: (1) a unidade física (fronteiras físicas ou fronteiras de pertencimento ao grupo); (2) a continuidade dentro do tempo (sentidos físico, moral e psicológico); e (3) o sentimento de coerência (os diferentes elementos que formam o indivíduo e grupos sociais são efetivamente unificados). Na perspectiva do autor, o sentimento de identidade relaciona-se com a criação da imagem de si, para si e para os outros.

O reconhecimento das Oficinas como lugares de memória, de compartilhamento de experiências e representações de sociais, permite-nos explorar os três elementos citados por Pollak (1992), da seguinte forma: identificar os elementos de pertencimento, aquilo que faz as pessoas procurarem as Oficinas; quais heranças culturais compartilham; que imagens projetam de si mesmas – como indivíduos e coletivamente – e dos outros.

Assmann (2008), ao discutir as relações entre cultura e memória, usa os termos “memória comunicativa” e “memória cultural” como contraponto ao conceito de “memória coletiva” de Halbwachs. No entanto, em sua compreensão de “memória cultural”, faz referências aos quadros sociais da memória quando fala em interação social.

Para Assmann (2008), a memória comunicativa não é institucional, não é mantida por nenhuma instituição que vise ensinar, transmitir ou interpretar. Ela vive na interação e na comunicação cotidiana e tem uma durabilidade de tempo limitada a três gerações. Envolve gêneros comunicativos, tradições de comunicação e tematização e laços afetivos que ligam famílias, grupos

e gerações. Sua durabilidade depende dos vínculos e estruturas sociais. (ASSMANN, 2008) Por sua vez, diferente da memória comunicativa, a memória cultural é um tipo de instituição. “Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada” (ASSMANN, 2008, p. 118), lida com símbolos externos, formas simbólicas estáveis e transcendentais, podendo ser transferida de uma situação a outra e transmitida de uma geração a outra.

A memória cultural, diferentemente da memória comunicativa, objetiva produzir imagens singulares do processo histórico, sendo denominada por Nora (1993) de memória histórica. Para Halbwachs (2006), uma das características da memória histórica é seu caráter de descontinuidade dos fatos, o que permite que um acontecimento seja dissociado daquele que o precede ou daquele que o sucede, o que pode nos levar a acreditar que nada aconteceu antes ou depois de um fato. Todavia, o autor ressalta a importância da memória histórica para que um fato exterior, não vivenciado pelo indivíduo ou grupo social, e que deixou seu vestígio em um tempo e espaço determinados, possa ter possibilidade de ser lembrado.

Nora (1993), discutindo o assunto, analisa as diferenças entre os conceitos, afirmando que a história, por ser um processo intelectual, demanda análise e discurso crítico, sendo compreendida como uma representação do passado; enquanto que a memória (comunicativa), por ser afetiva, caracteriza-se como um fenômeno sempre atual, suscetível a interferências das lembranças individuais e coletivas.

Sobre a transmissão de memória, Candau (2011) destaca a influência do indivíduo nos processos comunicativos. Ressalta que a oralidade ocorre principalmente nas sociedades menores em que há predominância da memória forte, aquela que é repassada

por alguém que viveu e, posteriormente, compartilhou essa experiência. Do mesmo modo, destaca que, nos grupos maiores, como nas sociedades de história (NORA, 1993), precisamos de arquivos para nos recordar, mas que, ainda assim, a oralidade é um importante meio de disseminação da memória.

No âmbito deste trabalho, as elaborações conceituais alinham-se permitindo-nos elaborar um constructo teórico e metodológico que sustente a proposição de que os grupos de percussão constroem seus “quadros sociais da memória” por meio de vínculos sociais e afetivos que se expressam em seus processos educativos e nas experiências culturais que compartilham nas Oficinas. Um domínio de conhecimento, de saberes e fazeres, construídos no entrelaçamento entre a memória comunicativa e a memória coletiva, entre o narrado e o instituído.

A intenção da pesquisa é, de um lado, modelar as entidades que compartilham desse domínio de conhecimento – a música percussiva – identificando-as por meio de seus atributos e relacionando-as com seu universo cultural, mapeando vínculos sociais e afetivos sob os quais constroem sua identidade; por outro, permitir que os registros de informação produzidos nas/pelas Oficinas sejam compartilhados por outras pessoas e grupos. Isso é importante porque não queremos uma plataforma de conhecimento restrita à preservação, à monumentalização da memória, mas que privilegie os processos de socialização e comunicação desses registros e das informações que os cercam, pois, como ressalta Frohmann (2012), documentar experiências não é apenas torná-las um documento informativo, uma vez que a validação do que é informativo, assim como daquilo que é memorável, está além do documentado, relaciona-se com os quadros sociais, cujos pontos de contatos expressam não só relações de força e de poder, mas também de afetividade.

A informatividade dos documentos relaciona-se com as propriedades das práticas documentárias, as quais são: a materialidade; os lugares institucionais; os modos como são socialmente disciplinadas e a contingência histórica. (FROHMANN, 2012)

A primeira é a materialidade: já que os documentos existem em alguma forma material, sua materialidade configura práticas com eles. [...] Uma segunda propriedade das práticas documentárias é o quanto profundamente incorporado elas estão nas instituições. Muito da autoridade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção [...] Uma terceira propriedade é a disciplina social: práticas documentárias, como muitas outras, exigem treinamento, ensino, correção e outras medidas disciplinares [...] Uma quarta propriedade é a historicidade: práticas surgem, desenvolvem-se, entram em declínio e desaparecem – tudo isso sob circunstâncias históricas específicas. (FROHMANN, 2012, p. 236-237)

Esse entendimento ajuda-nos a refletir sobre os campos de forças – institucional, tecnológico, político e cultural – que atuam sobre a informação registrada nos documentos – textuais, sonoros, imagéticos – que circulam nos *sites* dos grupos de percussão, levando-nos a analisá-los, a descrevê-los e a classificá-los, considerando sua dupla materialidade: sua interação com as pessoas e as instituições – autores, produtores – bem como sua função social. (FROHMANN, 2012)

O esforço teórico aqui empreendido se dá no sentido de compreendermos não só os documentos e seus lugares de memória, mas as estruturas que guardam – rítmicas, sonoras, culturais – resultantes das interações sociais dos indivíduos com seus grupos de referência; as inserções nas Oficinas, os produtos criados e compartilhados, enfim, a rede de informação e memória,

os seus quadros sociais, os pontos de contato que os aproximam ou afastam, que firmam sua identidade e que expressam seu engajamento por meio da música percussiva enquanto movimento artístico-cultural.

Considerações finais

Consideramos que a concepção de uma plataforma de descoberta de conhecimento suportada pela *World Wide Web* pode contribuir para o registro de memória, no sentido de documentar fragmentos da vivência e experiências das Oficinas e seus respectivos grupos percussivos. Mas se, por um lado, as Oficinas, face à natureza cultural das práticas percussivas e às atuações performáticas, associam-se a eventos culturais e produzem documentos como fotos e vídeos, por outro, suas inserções em questões sociais produzem matérias e reportagens disponíveis em *websites* midiáticos e de imprensa. Ou seja, elas arrolam uma diversidade de registros que pensamos ser interessante contemplar numa plataforma de descoberta.

Por meio da modelagem desse domínio social, procuraremos promover o acesso ao conhecimento oriundo de suas práticas sociais e culturais, remontando num espaço digital de representação um lugar de memória que ultrapasse as fronteiras de *bits* e *bytes* e provoque a imaginação de seu visitante a despertar sua aura ancestral.

Por essa razão, consideramos a plataforma de descoberta o tipo de recurso tecnológico mais apropriado para fazermos a representação do conhecimento produzido e transmitido nas Oficinas, assim como de outras formas de saber/fazer associadas a essa expressão cultural, como as performances. Assim,

a transmissão do conhecimento que ocorre por meio da oralidade e o registro de memórias encontra um lugar de ancoragem e materialidade visando à disseminação do conhecimento cultural para gerações futuras.

Notas

- ¹ As informações citadas sobre a Bateria Fina Batucada foram extraídas do website oficial e relatadas com base na observação participante de uma das autoras enquanto aluna da oficina desde março de 2017. Ver em: <http://www.finabatucada.com.br/sobre.html>.
- ² Apesar de sabermos que memória coletiva e representações sociais são campos teóricos diferentes, eles se confluem nos estudos de Maurice Halbwachs (2006), cuja matriz teórica apoia-se na sociologia de Durkheim. Para o teórico francês, as representações coletivas traduzem o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam. Desse modo, inserido nesta corrente sociológica, Halbwachs chama a atenção para a possibilidade da elaboração de um conceito de memória que potencializasse a condição do fenômeno coletivo, “[...] ao se preocupar com o modo pelo qual a experiência passada se reverbera nos espaços grupais: famílias, instituições, classes sociais, grupos religiosos”. (PERALTA, 2007 apud OLIVEIRA; BERTONI, 2019, p. 247)
- ³ Conforme Santos (1998), Halbwachs (2006) destaca que não apenas a copresença é um pré-requisito de constituição de memórias. Aponta a influência dos escritos de Dickens sobre a forma pela qual ele foi capaz de reconhecer Londres, mostrando-nos, por meio deste exemplo, a importância da informação como mediadora do processo de construção de identidade.
- ⁴ Os lugares de memória não se restringem às instituições oficiais de custódia, a exemplo dos arquivos, museus e bibliotecas; eles são, essencialmente, investidos de uma aura simbólica capaz de trazer à tona uma memória coletiva, fundamentada por práticas culturais neles realizadas. (ARÉVALO, 2004) Essa compreensão reforça nosso entendimento sobre as oficinas de percussão popular brasileira como lugares de memória.

Referências

- ARÉVALO, J. M. La tradición, el patrimonio y la identidad. *Revista de Estudios Extremeños*, Madrid, n. 3, p. 925-955, 2004. Tomo 9. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1125260>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In: ERLI, A.; NUNNING, A. (ed.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin. New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.
- CANAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CENTRO CULTURAL CARTOLA. *Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro*. [S. l.: s. n.], 2006.
- FINA BATUCADA. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <http://www.finabatucada.com.br/>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- FRANÇA FILHO, W. F. *Tradições compartilhadas: maracatus-nação e grupos percussivos na efervescência cultural de Pernambuco dos anos 1990*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26603>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. *Morpheus*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 219-240, 2012. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4828/4318>. Acesso: 26 nov. 2020.
- GNOLI, C.; POLI, R. Levels of reality and levels of representation. *Knowledge Organization*, Wurzburg, v. 31, n. 3, 2004. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko3120043d.pdf. Acesso: 26 nov. 2020.
- GUILLEN, I. Rainhas coroadas: história e ritual nos maracatus-nação do Recife. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 40, n. 1, p. 39-52, 2004. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/download/1325/1045>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. (Brasil). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- LIMA, I. M. F. As nações de maracatu e os grupos percussivos: as fronteiras identitárias. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 49, p. 71-104, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n49/03.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- MARACATU ou grupo percussivo?. *Carnaval Recife*, Recife, 2019. Disponível em: <http://site.carnavalrecife.com/2019/02/22/maracatu-ou-grupo-percussivo/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

- MEIRA, A. I. G. *Criança, adolescente e percussão: uma análise etnográfica sobre ensino e aprendizagem musical na ONG Áfricanamente*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Pedagogia da Arte) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29255/000776155.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- OLIVEIRA, J. C.; BERTONI, L. M. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 244-262, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202019000200005. Acesso em: 26 nov. 2020.
- PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória*, Lisboa, v. 2, p. 4-23, 2007. Disponível em: [http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf). Acesso em: 26 nov. 2020.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.
- SANTOS, M. S. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/LMRT4TjxVTN4v7w5TMG9qrf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- SEARLE, J. R. Social ontology: some basic principles. *Papers: Revista de Sociologia*, Barcelona, v. 80, p. 51-70, 2006. Disponível em: <https://papers.uab.cat/article/view/v80-searle>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- SPINK, M. J. P. The concept of social representations in social psychology. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017. Acesso em: 26 nov. 2020.

PARTE 3
PRESERVAÇÃO DIGITAL

Patrimônio documental digital e memória: a urgência da preservação

Brenda Couto de Brito Rocco
Renato Crivelli Duarte

Introdução

Na sociedade atual, muito tem se falado, e vivido, em torno das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). Fomos invadidos pelo mundo binário, na chamada “era digital”.

Nossas comunicações e trocas de informações passaram a acontecer também nesse ambiente, culminando na produção de documentos digitais e documentos arquivísticos digitais. Parte desses documentos integra o patrimônio documental da sociedade e, como tal, requer cuidados e atenção para que possam atender às necessidades de quem os buscam, bem como apoiarem a memória e a história de uma dada sociedade e indivíduos.

A efemeridade do ambiente digital, além das tensões que ele trava com a questão da longevidade, deve ser um aspecto importante ao ser observado quando falamos de patrimônio documental. Este, por muito tempo e por muitos autores, foi observado como algo antigo, “obras raras”, os chamados documentos monumentos. (LE GOFF, 2003) Porém, observa-se que o patrimônio documental é composto também por documentos contemporâneos, e neles incluem-se os digitais.

O ambiente digital é dinâmico e possibilita uma grande e rápida produção documental, além de diminuir as barreiras de tempo e do espaço, vide, por exemplo, os documentos produzidos por mais de uma pessoa, em tempo real, em diversos lugares. Produz-se muito, mas e a preservação do que se produz?

A preocupação com a preservação desse legado documental esbarra na questão de garantia de direitos e da manutenção da memória, uma vez que os documentos são artefatos que possibilitam resgatar fatos e informações de outrora. O documento preservado possibilita que o indivíduo tenha acesso a ele e se aproprie de suas informações para sanar suas necessidades, sejam elas quais forem.

A preservação do patrimônio documental em ambiente digital deve ser planejada e implementada com seriedade e observando todos os seus aspectos, a fim de que tenhamos de fato um patrimônio documental digital, caso contrário o que nos restarão serão pequenos vestígios do que aconteceu na sociedade no auge dessa era digital. Daí a importância em conhecermos os conceitos de memória, patrimônio e preservação para sabermos como lidar com eles e utilizarmos de forma apropriada com vistas a resguardar nosso patrimônio documental, nossa memória e nossa identidade.

Assim, o texto busca apresentar, num primeiro momento os conceitos de patrimônio, identidade e memória, e como eles se

relacionam e são influenciados uns pelos outros. Trata também da definição de patrimônio documental e de como os documentos arquivísticos se situam nesse patrimônio.

Em seguida, como nosso universo se encontra no ambiente digital, buscamos analisar as tecnologias – técnicas – e sua relação com os documentos arquivísticos. Compreender o impacto das TICs nos registros documentais é condição *sine qua non* no tocante à sua preservação. Só podemos preservar aquilo que (re)conhecemos.

Por fim, chegamos à relação da preservação com o ambiente digital e como essa relação é primordial para que haja documentos arquivísticos digitais e a representatividade da comunicação e da informação da sociedade ocorrida no ambiente digital, em seu patrimônio documental.

Patrimônio, identidade e memória

A historiadora francesa Françoise Choay (2006) é responsável por nos entregar uma obra de importância fundamental à temática do patrimônio. O livro *A alegoria do patrimônio* (2006) apresenta um histórico bastante completo a respeito da presença e do lugar dos patrimônios ao longo de grande parte da trajetória da humanidade. Embora o foco da obra seja o patrimônio arquitetônico, atualmente também entendido como “patrimônio de pedra e cal”, o trabalho de Choay não se priva de compreender o patrimônio na amplitude que lhe cabe.

Ao analisar o percurso histórico das sociedades, a acumulação de bens culturais demonstra-se como prática comum, independentemente da localização geográfica e temporal do grupo. Assim, um dos pressupostos básicos para se compreender a ideia

de patrimônio encontra-se no processo de acumulação de bens culturais das sociedades. Ao buscar uma definição para o termo “patrimônio histórico”, a autora explora sua amplitude:

A expressão designa um bem deixado ao usufruto de uma comunidade que ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, ‘patrimônio histórico’ tornou-se a palavra-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p. 11, grifo do autor)

Com base na fala da historiadora francesa, podemos explorar a ideia de patrimônio a partir de algumas de suas principais características, que podem ser definidas como: a qualidade de acúmulo social e cultural; a finalidade de herança para futuras gerações; a condição de produto dos saberes dos seres humanos; a definição de seu passado comum; e seus valores como instituição e como mentalidade. Essas características do patrimônio são capazes de traçar linhas gerais que nos permitem entender o patrimônio como todos os produtos originados dos saberes dos seres humanos, acumulados ao longo do tempo e passados através de gerações com a finalidade, original ou investida, de testemunhar a respeito de um passado que seja coletiva e socialmente relevante para o grupo, cujos valores podem ser instituídos ou imaginados.

Quando falamos em produtos dos saberes humanos acumulados ao longo do tempo, temos aí uma percepção da amplitude que compete aos patrimônios. Não apenas obras arquitetônicas, como geralmente são conhecidos, os patrimônios podem se manifestar das mais variadas formas, tão variadas quanto é a ação humana.

Sejam materiais ou imateriais, os saberes humanos podem ser encontrados em artefatos e objetos artesanais ou industriais, em formas de organização e práticas sociais, músicas, danças, obras de arte, comidas, religiões e rituais, no trabalho e suas divisões, no comércio e no mercado, no desenvolvimento científico, nas administrações e organizações, nos modos de fazer e viver dos mais variados grupos sociais e em suas mais variadas expressões. E todas essas manifestações podem e devem ser compreendidas em qualquer período histórico, ou seja, em qualquer lugar no tempo.

Tais produtos dos saberes configuram-se como bens culturais das sociedades na medida em que são entendidos como manifestações de uma determinada forma de cultura pertencente àquela sociedade. O processo de produção desses bens culturais fundamenta-se na cultura do grupo, de modo que as marcas dessa cultura encontram-se nesses produtos. Não se trata aqui de pensarmos exclusivamente em marcas físicas, como estilos artísticos ou símbolos presentes em construções e objetos, embora essas manifestações também devam ser consideradas. Trata-se também de marcas simbólicas existentes nas formas de produção e manifestação desses bens, como, por exemplo, danças folclóricas, que têm seus cânticos e movimentos cuidadosamente elaborados para expressar traços da cultura popular que identificam aquela comunidade.

A ideia de bens culturais, portanto, carrega consigo a propriedade que um determinado grupo tem daquilo que é produto de sua própria cultura, seja passada, seja contemporânea. Por assumir tal configuração, os bens culturais mostram-se como importantes veículos da cultura no tempo, ou seja, podem apoiar as formas de comunicação entre gerações, transmitindo os saberes de antepassados do grupo para as suas futuras gerações. A acumulação para transmissão, nesse cenário, associa-se à ideia de herança e de memória. Todo o conhecimento e produtos desses saberes,

originados nas/das manifestações culturais de gerações passadas configuram-se como herança para os atuais e futuros membros desse grupo.

Ainda, tais bens podem ter a finalidade original de servir como forma de lembrar ou ter essa capacidade investida *a posteriori*. Significa dizer que determinados bens são criados com objetivos funcionais e, posteriormente, passam a ter o propósito de lembrança e testemunho, como, por exemplo, uma construção que, permanecendo no tempo, deixa de ter as suas funções originais e passa a ser reconhecida como um exemplo da arquitetura de outro período. Por outro lado, há aqueles bens que são criados com o propósito específico de lembrar acontecimentos passados, como estátuas ou monumentos encontrados em praças públicas.

Porém, todos esses movimentos não ocorrem de forma simples e harmônica. Tal qual a sociedade, que é movida por uma dinâmica constante de conflitos e acordos, seja em termos políticos como culturais, a preservação dos patrimônios ocorre em meio a um ambiente em constantes disputas. O cerne da questão, aqui, encontra-se na atribuição ou identificação dos critérios de valoração desses bens.

Para que um bem seja considerado como um patrimônio, é necessário um longo processo de construção simbólica e de legitimação sobre ele, pois, mais do que um produto da cultura, o patrimônio é um elemento simbólico no complexo de constituição da coletividade. E essa observação conduz os patrimônios aos seus sentidos de instituição e de mentalidade, que não podem ser distanciados de suas relações com a constituição da nação e do sentimento de nacionalismo.

Benedict Anderson (2008) compreende que a nação é uma comunidade imaginada. É comunidade, por congregar um grupo

limitado de pessoas que são consideradas e se consideram pertencentes àquela nação específica a partir de seu nascimento dentro do território geográfico delimitado para o grupo. É também imaginada pois, embora limitado, esse grupo de pessoas é imenso, o que torna impossível que todos os integrantes da comunidade se conheçam. Embora não se conheçam como indivíduos, são capazes de se reconhecerem como integrantes do mesmo grupo a partir dos elementos culturais imaginados como determinantes da coesão social dentro do grupo.

Vários são os elementos responsáveis por estabelecer essa coesão social da nação, inclusive os patrimônios. O antropólogo José Reginaldo Gonçalves (1988, p. 267) explica a relação entre nação e patrimônios da seguinte forma:

[...] a nação, enquanto coleção de indivíduos ou indivíduo coletivo, através da posse de seu patrimônio cultural ou sua cultura, define sua identidade. Nesse contexto, a cultura é pensada como uma coisa a ser possuída, preservada, restaurada etc. Assim, do mesmo modo que uma pessoa pode ter sua identidade definida pela posse de determinados bens, a nação define-se a partir da posse de seus bens culturais.

Do mesmo modo que os patrimônios interferem na constituição da identidade da nação, sua influência também se dá, evidentemente, no estabelecimento do sentimento de nacionalismo. Como destacado por Anderson, a nação deve ser entendida como uma comunidade imaginada, logo, é necessário que haja elementos imaginados que promovam o sentimento de pertencimento, integração e coesão social, de modo que os integrantes dos grupos possam se sentir pertencentes a ele e se reconhecerem como membros da mesma nação. O resultado desse movimento é o sentimento de nacionalismo.

Montserrat Guibernau (1997, p. 56), ao analisar os Estados nacionais e os nacionalismos no século XX, define este último da seguinte forma: “Por ‘nacionalismo’, refiro-me ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças, estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum”.

O nacionalismo como um sentimento, portanto, se fundamenta em elementos da cultura específica da nação, sobretudo seus símbolos e suas práticas culturais, com a finalidade de estabelecer a adesão e aderência de seus membros. A autora complementa que:

[...] os indivíduos que ingressam numa cultura carregam emocionalmente certos símbolos, valores, crenças e costumes, interiorizando-os e concebendo-os como parte deles próprios. A carga emocional que os indivíduos investem em sua terra, língua, símbolos e crenças, enquanto desenvolvem sua identidade, facilita a difusão do nacionalismo. (GUIBERNAU, 1997, p. 86)

Nacionalismo e identidade, portanto, encontram-se diretamente conectados, na medida em que se retroalimentam. Nesse sentido, muitos são os exemplos que podem ser dados para o entendimento desses elementos que constituem a identidade e o nacionalismo. A bandeira nacional, o hino nacional, feriados e comemorações, danças, comidas, prédios, cidades, expressões verbais, produções bibliográficas, museus, bibliotecas, arquivos, são apenas alguns exemplos de formas de ação da formação da identidade e do nacionalismo.

A identidade, por sua vez, contribui com a nação e com o nacionalismo no sentido em que distingue uma nação das demais. Nesse sentido, a alteridade é um elemento fundamental da identidade e a identidade se dá a partir da existência desse outro.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. (POLLAK, 1992, p. 5)

O sociólogo austríaco Michael Pollak (1992) entende que existem três elementos essenciais para a construção da identidade, que integram a representação da imagem. É necessário que exista uma unidade física que delimite o espaço do grupo, com o estabelecimento de fronteiras que o separe de demais grupos; podem ser concretas ou ideológicas, contanto que sustentem um sentimento de delimitação territorial. A identidade deve contar, também, com uma continuidade dentro do tempo, no sentido próprio de duração e localização temporal estabelecida; caso não conte com um lugar no tempo, o grupo corre o risco de ser mito. Por fim, é imprescindível que a identidade do grupo conte com sentimento de coerência, quer dizer que todos os elementos do coletivo devem ser unificados, formando um conjunto sólido, coeso e coerente.

O estabelecimento da identidade, porém, não se dá de modo aleatório, mas orienta-se pela memória do grupo. Para Halbwachs (1990), existem dois tipos de memórias, sendo uma de ordem individual e outra de ordem coletiva, que se inter-relacionam. A memória individual faz referência às lembranças mantidas por uma pessoa, preservadas em sua mente e que, em especial, lhe dizem respeito. A outra, memória coletiva, se configura na formação de memórias referentes aos diversos grupos sociais existentes, dizendo sobre seu passado, suas características, suas configurações, e é preservada na própria existência do grupo, enquanto uma entidade coletiva.

A memória coletiva desenvolve-se a partir da trajetória histórica do grupo, que retém aqueles acontecimentos considerados relevantes para a organização coletiva. O esquecimento, por sua vez,

aparece como contraponto essencial da memória. “*A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado*”. (POLLAK, 1992, p. 4, grifo do autor)

Lembrar e esquecer na coletividade são ações que estabelecem a memória coletiva e orientam/fundamentam o desenvolvimento da identidade. A identidade define a coesão e identifica o grupo internamente e em relação aos demais, apoiando o estabelecimento de territórios geográficos ou ideológicos, que são necessários à constituição da nação. O nacionalismo, enquanto sentimento, apoia-se nos símbolos da cultura para estabelecer o pertencimento dos integrantes do grupo. Os patrimônios são a expressão do elo que conecta todos esses elementos.

Os patrimônios podem ser entendidos como lugares de memória, no sentido dado por Pierre Nora (1993) ao termo. Por serem produtos dos saberes das sociedades e por serem acumulados na forma de herança para futuras gerações, os patrimônios têm em si a ação da lembrança e da memória coletiva. Em todas as manifestações do patrimônio, a memória está sempre presente, sejam aqueles herdados de outrora como aqueles criados e produzidos na nossa contemporaneidade.

Patrimônio documental

Dentre as possíveis formas do patrimônio, encontram-se os arquivos e documentos, que podemos chamar de patrimônio documental ou patrimônio arquivístico. Entendidos como forma de registro, de prova e de testemunho, os documentos de arquivo acompanham a trajetória da humanidade desde períodos remotos até a nossa atualidade. Com o surgimento das sociedades burocráticas,

sobretudo a partir do século XIX, a importância dada aos documentos e sua presença na organização social são ampliadas.

Na Antiguidade, documentos eram guardados em templos dedicados a divindades a fim de que, em função de sua importância, contassem com proteção divina. Na Modernidade, tornaram-se instrumentos essenciais para estruturação da sociedade e dos Estados. Os documentos de arquivo devem ser compreendidos, portanto, como produtos sociais ligados à cultura das sociedades.

O entendimento dos documentos como patrimônio encontra-se tanto em sua qualidade de produto da sociedade quanto em sua capacidade de testemunho. Os documentos registram os movimentos das sociedades e sua forma de pensar. Registram o conhecimento coletivo produzido ao longo da história e, preservados, transmitem – testemunham – esses conhecimentos para gerações futuras.

O conceito de Patrimônio Documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural – sendo no entanto mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento (unidade de informação), Informação (dados de conhecimento registrado) ou Fonte histórica (todo o dado precedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objectiva, relacionado com a actividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado). (LAGE, 2002, p. 15)

Maria Otília Pereira Lage (2002) compreende o sentido do patrimônio documental em duas vertentes: de recurso e de significado. Essas qualidades do documento estão vinculadas ao seu sentido social e interação com seu meio. O recurso, ou a função, diria respeito ao seu papel no contexto que integra, ou o *porquê*

ele existe. Já o significado é decorrente das interpretações realizadas sobre o documento, ou o *como* ele existe.

O entendimento do patrimônio documental, portanto, acompanha a noção de que os documentos, principalmente os de arquivo, representam a sociedade em sua cultura, sua organização, seus modos de fazer e viver e em seu conhecimento acumulado, ou seja, seu contexto. Transportar essas referências no tempo é uma qualidade intrínseca à ideia de documento, o que os configura como instrumentos de memória. Os arquivos, por sua vez, são considerados como lugares de memória, logo, associados aos patrimônios.

Na literatura arquivística, o tema do patrimônio documental é pouco abordado, embora o termo seja utilizado recorrentemente, mas comumente vinculado aos arquivos permanentes. Garcia Belsunce (1986, p. 30), analisando o patrimônio documental, considera:

Pode haver – já quase não existe - alguma hesitação quanto aos vários tipos documentais que o integram; mas é indubitável que, definindo-se o documento como aquilo que tem por finalidade imediata provar, testemunhar ou descrever algo e se reconhecendo que o valor permanente de um documento reside na sua qualidade informativa, não há qualquer dificuldade em se afirmar que o patrimônio documental é o conjunto de documentos de valor informativo produzido pelas pessoas públicas ou privadas, físicas ou morais de uma determinada jurisdição.

Garcia Belsunce (1986) destaca a qualidade informativa dos documentos como principal elemento definidor do patrimônio documental, independentemente de seu suporte ou origem de produção. O valor patrimonial do documento e dos arquivos encontra-se fundamentalmente na sua capacidade informativa e, evidentemente, na condição de sua duração no tempo.

Os arquivos permanentes, identificados como de valor informativo e testemunhal, têm a sua preservação garantida como forma de permanência dos documentos no tempo e para gerações futuras.

Schellenberg (2006) organiza os documentos de arquivo em dois grupos, a partir de seus valores, chamados de valor primário e valor secundário. O valor primário corresponde ao valor de produção do documento, valor jurídico, probatório e de ação. O valor secundário, por sua vez, corresponde ao valor informativo e testemunhal que emerge após a finalização das suas atividades originais. Tal distinção, porém, não determina que o valor informativo seja exclusivo dos documentos de valor secundário.

Apenas uma pequena parcela dos documentos é reconhecida como de valor secundário e atinge a idade permanente. Decorrente da identificação desse valor, a preservação dos documentos passa a ser obrigatória e permanente, ou seja, o documento não pode ser destruído. Nesse sentido, a preservação dos documentos é tão importante para a noção de patrimônio documental quando o seu valor informativo e testemunhal, pois, tem condição de testemunhar apenas aqueles documentos preservados, ou seja, com duração no tempo.

Entende-se, portanto, que a noção de patrimônio documental encontra-se apoiada mais na qualidade informativa e testemunhal do documento e na sua duração no tempo proporcionada pela preservação do que em seu suporte ou em seu período de produção. A capacidade dos documentos exercerem seu papel patrimonial, ou seja, agirem na construção das memórias e identidades coletivas, se tornarem símbolos ativos para o sentimento de nacionalismo e serem acumulados como herança para as gerações futuras, depende fundamentalmente de sua preservação.

Tecnologias (técnicas) e documentos de arquivo

A tecnologia é um conceito amplo e com diferentes acepções. No senso comum, tecnologia pode ser compreendida como as técnicas mais modernas e complexas, como acontece atualmente com o universo digital e todas as suas ferramentas, como internet, microcomputadores, *smartphones*, *softwares*, *hardwares* etc. Apesar de não ser o escopo deste capítulo, gostaríamos, porém, de chamar a atenção que o conceito de tecnologia é mais amplo e pode ser observado a partir de quatro conceitos, a saber: tecnologia como sinônima e técnica; tecnologia como desenvolvimento da técnica; tecnologia como ideologização da própria tecnologia; e tecnologia como epistemologia da técnica. (PINTO, 2005)

A noção de tecnologia tornou-se objeto, de grande relevância em muitas pesquisas, relacionando-se ao desenvolvimento do capitalismo, à Revolução Industrial, ao desenvolvimento da sociedade, entre outros, ademais se incorporou aos inúmeros aspectos da existência humana (lazer, trabalho, relações etc.). Uma das formas de compreender esse conceito é relacioná-lo às técnicas e às máquinas, aos computadores e aos aparatos eletrônicos. Nesse sentido, é associado ao chamado “ambiente digital” e às denominadas TICs –, sendo estas compostas por aparatos computacionais, *softwares*, *hardwares*, redes computacionais, mídias sociais digitais etc. As TICs viabilizam a produção e transmissão de informações de forma ágil, quebrando barreiras do tempo e do espaço.

As TICs exprimiram consideráveis mudanças no que concerne à comunicação entre os indivíduos e à produção documental, a exemplo da comunicação estabelecida entre pessoas e/ou instituições localizadas nos mais diversos países, ao espaço de um “clique”. Assim, tais tecnologias se apresentam com uma face sedutora aos sujeitos, provocando-lhes a sensação de otimismo e facilidades.

O conceito de ‘era tecnológica’ encobre, ao lado de um sentido razoável e sério, outro, tipicamente ideológico, graças aos quais os interessados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm a felicidade de viver nos melhores tempos jamais desfrutados pela humanidade. (PINTO, 2005, v. 1, p. 41, grifo do autor)

Esse fascínio pelas tecnologias, chamado por muitos pesquisadores de “fetichismo tecnológico”, leva os indivíduos a acreditarem que as TICs representam um mundo fantástico, em que se comunica rápido, se produz informações rápidas e que estas poderão ser “recuperadas” sempre quando delas necessitamos, apenas com um clique.

É fundamental, dentro desse universo das tecnologias, definirmos como os indivíduos, o Estado e a sociedade estão considerando-as e se apropriando delas. Nessa perspectiva, o primeiro ponto levantado por Pinto (2005) é a definição de técnica, que, segundo ele, é diferente de tecnologia, apesar de serem tratadas como sinônimos no senso comum. Um exemplo disso é o que se vivencia na atualidade ao chamar as técnicas binárias de tecnologias, como os computadores e as redes computacionais.

Geralmente, a técnica é compreendida como a forma de fazer algo ou alguma coisa. Porém, Pinto (2005) aponta que a técnica é criada pelo indivíduo como uma ação intencional, por meio de sua capacidade de apreensão das propriedades objetivas das coisas. Logo, a técnica é intrínseca à raça humana, dado que, frente às outras espécies vivas, somente ela é capaz de conceber meios artificiais de elucidar problemas e manter sua sobrevivência.

A técnica possibilita, portanto, a adequação do indivíduo e sua sobrevivência por meio de processos e produtos que ele próprio cria, com vistas a sanar problemas e melhorias em sua vida.

Atualmente as tecnologias/técnicas em destaque são justamente as digitais.

O uso das TICs propiciou a produção de patrimônio documental no ambiente digital, documentos passaram a ser produzidos exclusivamente em formato digital (ROCCO, 2013) e em diferentes recursos computacionais, incluindo os disponíveis na internet. Apesar de tais informações não parecerem, num primeiro momento, como patrimônio documental, em virtude de, muitas vezes, não ser possível identificar a autoria, a autenticidade, a proveniência, entre outras características, toda produção de conteúdo no ambiente digital passa a ser um retrato dos tempos atuais e requer atenção.

Os documentos arquivísticos digitais são documentos arquivísticos que possuem a especificidade de serem produzidos em dígitos binários, e tramitados e armazenados em meio computacional. A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) define documento arquivístico digital como o “[...] documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, p. 25), sendo o documento digital a “informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, p. 25) e, como tal, também fazem parte do patrimônio documental.

Voltar nossos olhares para o ambiente digital e suas particularidades no que diz respeito à produção, ao acesso, à disseminação e à preservação dos documentos arquivísticos mostra-se crucial para manutenção do patrimônio documental em ambiente digital, pois, não raras são as vezes que, seja pelo obscurantismo ou por não considerar os registros no ambiente digital, como composição de tal patrimônio, os documentos arquivísticos digitais

acabam sendo corrompidos, alterados ou eliminados sem nenhum critério.

Em decorrência das especificidades do ambiente digital, de sua brevidade, fragilidade, de sua velocidade e mutações constantes, muitos dos documentos produzidos nesse ambiente não são percebidos como tal, e muito menos como artefato de memória.

Preservação e ambiente digital

A arte de preservar é falada desde tempos primórdios em diversos aspectos e finalidades. Apresenta-se como um conceito amplo, que está direcionado para políticas de preservação, práticas de preservação, técnicas de preservação, entre outros. Silva (2008) trata o histórico da preservação apontando, historicamente, a intervenção ou a aplicação específica de tratamento em documentos ou monumentos, com o sentido de recuperação de suporte, surge nos museus como restauração e assume um sentido de intervenção estética, concentrado nas obras de arte e nos monumentos arquitetônicos.

Com o avançar dos tempos, assim como a própria evolução da sociedade, as técnicas e olhares da preservação também evoluíram. Apresenta-se, atualmente, grande cabedal de conhecimentos quanto às técnicas e aos procedimentos de preservação do patrimônio documental, que vai desde a manutenção do suporte, às questões climáticas, de espaço etc. “Hoje, há um sofisticado conjunto de conhecimento técnico, equipamentos e materiais específicos para aplicação nas intervenções de preservação, conservação e restauração”. (SILVA, 2008, p. 74)

O patrimônio documental arquivístico que se encontra no ambiente digital também deve ser contemplado pela preservação documental. Tal percepção não é automática e, tão pouco, simples. Muito se produz, mas pouco se preserva no ambiente digital. Todo mundo delega a preservação a todo mundo e, assim, ninguém o faz. O que é uma questão crítica. A quem cabe a preservação? Aos fornecedores do aparato tecnológico? Aos produtores? Ao estado? Aos centros de memória? Os indivíduos produzem documentos no ambiente digital “o tempo todo”, mas essa produção é percebida? A necessidade de preservação também?

Devemos, pois, reconhecer a dimensão que nos sensibilizará sobre a necessidade de preservação dos documentos para que a informação possa ser acessada sempre que for necessário, bem como a conscientização de que ela faz parte do nosso patrimônio documental. Ao tratarmos de acesso, estamos vislumbrando, ao que nos parece, vários condicionantes já satisfeitos, para que o acesso se constitua numa última e importante etapa do processo de produção de sentidos sobre ou a partir daquilo que se busca acessar.

Preservar os documentos arquivísticos em ambiente digital conjectura que o acesso ao que foi preservado permitirá a criação de algo diferente do que se tem naquilo que se preserva, isto é, a produção de diferentes percepções. Tal preservação se relaciona ao reconhecimento da importância que o patrimônio documental em ambiente digital representa, enquanto evidências de fatos e experiências vivenciadas pelos indivíduos e pela sociedade. Preservar o legado documental é manter também a possibilidade de (re)acessar e (re)utilizar as informações e memórias relacionadas a ele.

Logo, poder ter acesso ao patrimônio documental pelo tempo que se fizer necessário ou se desejar é o foco da preservação.

Ressaltamos que o conceito de preservação se apresenta como um conceito-chave, que se desenvolve e inclui desde a estabilidade física dos documentos, passando por quaisquer atividades relativas à ampliação do conhecimento sobre eles e as formas, até os requisitos e as condições mais adequados para protegê-los e possibilitar o acesso a quem deles necessitar, a qualquer tempo.

O ato de preservar deve, portanto, ser compreendido amplamente e aplicado na manutenção do documento que se deseja preservar. Não devemos focar apenas em um aspecto da preservação, pelo contrário, ampliar os aspectos e considerar as forças que incidem sobre ela, como, por exemplo, política, social, técnica etc.

Ressaltamos que a preservação deve ser pensada como um grande universo. O que vai variar é o objeto e o ambiente onde tal preservação será aplicada. No caso do ambiente digital e dos documentos digitais, a preservação terá que dar conta também de toda singularidade desses.

Quando se trata da preservação de documentos em ambiente digital, ela pode adquirir significados e compreensões distintas, para diversos profissionais e áreas de conhecimento. No tocante ao patrimônio documental arquivístico, a Arquivologia compreende que a preservação em ambiente digital está associada à manutenção da autenticidade, fidedignidade e acesso aos documentos arquivísticos.

Isso posto, alguns questionamentos são fundamentais de serem feitos para efetivar a preservação do patrimônio documental em ambiente digital: Por que preservar? O que preservar? Para quem preservar? Quem é responsável pela preservação? Existem recursos destinados à preservação? Quais políticas e procedimentos a norteiam?

Essas perguntas são importantes para programar a preservação, uma vez que ela não é algo que ocorre naturalmente, precisa ser raciocinada, planejada e implementada. Quando questionamos, nos munimos de informações que nos permitem observar o universo a ser preservado, o que não será contemplado pela preservação e será objeto de “esquecimento”, assim como os critérios de tais escolhas.

A preservação no ambiente digital também apresenta um custo financeiro que deve ser considerado para que ela possa ter continuidade. Outro aspecto fundamental é a designação de responsabilidade dos atores atuantes na preservação, que englobam desde os produtores aos preservadores, passando por todos os indivíduos que se relacionam com ela, como, por exemplo, no caso do ambiente digital os profissionais de TICs.

Por fim, salientamos que a preservação é seletiva, pois é humanamente impossível nos dias atuais preservar tudo que é produzido, e que ao arbitramos sobre o que preservaremos, deixarão de fora alguns documentos, e isso deve ser claro. Nossas escolhas acabam por promover o chamado “esquecimento”, pois sem esses artefatos de memória, o fato pode cair no esquecimento. Logo, ao escolhermos determinados documentos para compor o patrimônio documental, tiramos nosso olhar dos demais documentos, alimentando assim a dinâmica estabelecida entre memórias e esquecimentos.

Por isso, devemos ter o olhar mais amplo possível, para o que será preservado, e o apoio de políticas públicas para efetivação dessa preservação, com vistas a amenizar as perdas decorrentes desse processo. A ponderação apresentada acima pode, num primeiro momento, parecer contraditória, mas não o é. Preservar consiste em entender as dimensões socioculturais e políticas

sobre “o que lembrar e esquecer” numa construção que, embora não seja necessariamente nova, não pode ser considerada desprovida de identidade.

Considerações finais

Refletir a respeito dos documentos digitais, como parte do patrimônio documental contemporâneo, bem como sobre suas fragilidades, sobretudo no entendimento dos prejuízos sociais decorrentes das perdas definitivas desses documentos, caso não sejam feitas as intervenções políticas e técnicas necessárias, será o caminho que nos fará buscar por meios confiáveis para sua preservação. Diante desse cenário, não é mais possível furtar-se da realidade dos prejuízos sociais e pessoais de perdas informacionais decorrentes da destruição e de alterações dos e nos documentos em ambientes digitais e nos muitos dos usos que deles fazemos.

A preservação deve ser vislumbrada desde a produção do documento, mas para que isso aconteça, deve-se saber o que está sendo produzido e o que se deseja preservar. Sem diretrizes e um norte, o barco da preservação ficará à deriva, sem ser capaz de chegar ao destino que almeja.

Para que não haja um “apagão” na memória quanto ao momento em que vivenciamos do patrimônio documental em ambiente digital, devemos, o mais breve possível, criar políticas públicas de preservação, além de conscientizarmos a todos os atores, indivíduos, Estado, sociedade, academia, profissionais especializados, entre outros, da relevância de seu papel e se sua responsabilidade, tanto na produção, quanto na preservação dos documentos produzidos.

A preservação deve ser pensada em uma grande rede de colaborações e iniciativas, com vistas aos documentos e as inúmeras possibilidades de usos e reusos provenientes de seu acesso.

A memória de uma sociedade e sua identidade estão relacionadas também aos artefatos que viabilizam sua (re)construção e manutenção. E nesses aspectos o patrimônio documental é fundamental para que isso aconteça, incluindo o patrimônio documental em ambiente digital.

Não é mais possível uma visão míope e ingênua do ambiente digital, na qual se acredita que tudo é preservado o tempo todo por todos. É fundamental refletir e agir com seriedade no que diz respeito aos documentos arquivísticos em ambiente digital, sua relação com o patrimônio documental e sua preservação. A preservação não deve e não pode ser vista como algo natural e intuitivo. Ela deve ser pensada, raciocinada e implementada, seguindo as questões políticas, sociais, econômicas e técnicas, além de ter como foco principal a possibilidade de acesso aos documentos pelo tempo que se fizer necessário, seja esse tempo de um ano ou de um século.

Referências

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Glossário Documentos arquivísticos digitais*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: http://antigo.conarq.gov.br/imagens/ctde/Glossario/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.
- CONWAY, P. *Preservação no universo digital*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997.
- GARCIA BELSUNCE, C. A. Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29-40, 1986.
- GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163#:~:text=Este%20artigo%20trata%20do%20problema,a%20no%C3%A7%C3%A3o%20moderna%20de%20indiv%C3%ADduo.&text=Nesse%20processo%2C%20as%20categorias%20da,aautenticidade%20desempenham%20um%20papel%20crucial>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- GUIBERNAU, M. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- LAGE, M. O. P. *Abordar o Patrimônio Documental: territórios, práticas e desafios*. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS, v. 4).
- LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- PINTO, Á.V. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- ROCCO, B. C. B. *Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência

e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/711/1/rocco2013.pdf>.
Acesso em: 12 mar. 2021.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed.
Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SILVA, S. C. A. *A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: AAB: FAPERJ, 2008.

A frente de pesquisa sobre preservação digital no Brasil

Aureliana Lopes de Lacerda Tavares
Isa Maria Freire

Introdução

A preservação e conservação de documentos sempre foi papel determinante para as instituições de guarda da memória coletiva. Entretanto, com o advento da tecnologia digital, o conceito de preservação alterou-se, trazendo novos desafios a essas instituições. Nesse sentido, é necessária uma adaptação à evolução das tecnologias, buscando facilitar o acesso aos novos documentos bem como a preservação dos mesmos. (TAVARES, A. L. L., 2014)

Nesse contexto, surge a preservação digital, como resposta aos riscos comuns ao ambiente digital. Trata-se de um conjunto de práticas aplicadas ao documento digital como forma de manter o acesso

continuado a esse documento. Tavares, Siebra e Lima (2019) dizem que a preservação digital se preocupa com o acesso e uso dos objetos digitais ao longo do tempo. Os autores sublinham que, ao longo dos anos, muitas pesquisas foram publicadas sobre a temática, buscando apresentar formas e estratégias com foco na mitigação dos fatores causais e/ou no acompanhamento permanente dos sistemas de armazenamento da informação digital.

De acordo com Thomaz (2004), o marco inicial das discussões sobre os desafios do documento eletrônico nos arquivos foi a publicação do relatório escrito por Robert Henri Bautier para o International Congress Council on Archives, apresentado em 1971 na Alemanha. No entanto, como coloca a autora, os anos de 1990 começaram a definir a gestão de documentos e a preservação digital como campo de estudo voltado a levantar questões relacionadas à natureza dos documentos eletrônicos, confiabilidade e autenticidade aplicados aos princípios arquivísticos.

É nessa mesma época que surgem no Brasil as primeiras publicações sobre tecnologia da informação voltadas para os arquivos, mas, segundo Thomaz (2004), no II Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, organizado pelo Arquivo Nacional do Brasil em 2002, foram apresentadas as primeiras pesquisas sobre gestão e preservação de documentos eletrônicos no contexto da Ciência da Informação.

Para além das preocupações com as iniciativas e projetos que se debruçaram sobre os estudos da preservação digital no Brasil, as pesquisas que contemplam a produção científica sobre o tema ainda são escassas, mesmo que necessárias, e conhecer essas pesquisas e todas as relações que se formam nesse cenário se faz importante para a construção da memória científica da temática, e como contribuição às atividades científicas da área.

Em 2011, Bahia, Santos e Blattmann realizaram um estudo bibliométrico sobre o tema nos artigos científicos indexados na base de dados Library and Information Science Abstracts (LISA), no período de 1975 a 2009. Os autores destacaram a importância de se desenvolver estudos nessa área, como forma de refletir e alertar os atores da cadeia de produção e evidenciar o crescimento da temática no contexto científico e tecnológico.

Em 2012, Silva e demais autores fizeram um mapeamento da produção científica sobre preservação digital no Brasil, na Plataforma Lattes, nos currículos dos pesquisadores que trabalhavam com a referida temática. Dessa forma, identificaram 122 pesquisadores que produziram artigos científicos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros e resumos publicados em anais entre os anos de 2001 e 2010. Os autores evidenciaram que embora a produção sobre o tema tenha crescido a partir do ano de 2003, houve bastante oscilação nesse crescimento, demonstrando que não havia uma produção contínua sobre o tema e que esta necessitava de mais investimentos para crescer e fortalecer sua “massa crítica”.

Formenton e Gracioso, em 2017, apresentaram um panorama das fontes de pesquisa na área de preservação digital para pesquisadores e instituições interessados em trabalhar sobre o tema. As buscas foram realizadas em bases de dados e repositórios nacionais e internacionais, no contexto geral das ciências e especificamente na área de Ciências Sociais e Humanidades. Apesar da grande quantidade de resultados recuperados, os autores destacam que o tema ainda é “carente de iniciativas” no contexto científico nacional, pois foram encontrados poucos resultados nas Bibliotecas de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Em 2019, Mello e Vianna realizaram um levantamento bibliográfico buscando identificar a produção científica internacional sobre preservação digital na área da Saúde. As buscas foram realizadas nas bases de dados multidisciplinares Web Of Science e Scopus, e ainda na base Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Foram recuperados, na busca, 13 artigos que trataram da temática no período de 2006 a 2016, e com isso os autores perceberam que, mesmo sendo um número pequeno de publicações, a área da Saúde vem trabalhando e reconhecendo a preservação digital através de projetos e iniciativas já consolidados em vários países.

Tavares e Freire, em pesquisas publicadas em 2019 e 2020, também destacam a importância dos estudos sobre preservação digital no contexto da Ciência da Informação. As autoras buscam através da produção científica demonstrar a consolidação da temática na área, apresentando a rede de colaboração científica que se formou ao longo de 20 anos de publicações.

Essas pesquisas assinalam que a produção sobre preservação digital ainda não é satisfatória, considerando a importância do tema e o período em que vem sendo pesquisado. Nesse sentido, percebe-se que os estudos precisam ser aprofundados, identificando toda a conjuntura e cronologia dessa produção, de modo a contribuir e subsidiar o progresso científico e tecnológico da área.

Preservação e memória

A formação do ser humano origina-se nas práticas sociais que marcam o percurso da evolução da humanidade. Os conhecimentos transmitidos e acumulados, as técnicas desenvolvidas, são elementos que contribuem com a visão de mundo atribuída

pelos grupos à realidade, por meio de percepções que objetivam colocar o indivíduo no meio social e apoiar o desenvolvimento de suas ações.

Logo, os elementos culturais transmitidos por gerações passadas interferem na percepção que o indivíduo constrói o mundo, nas relações pessoais e nas regras que o regem e o afetam. A constituição da natureza humana perpassa pelo convívio social, e sua definição envolve uma construção histórica através da memória e dos registros transmitidos. Pois, como coloca Ortega y Gasset (2006, p. 29),

[...] o homem de hoje não começa sendo um homem, mas, ao contrário, herda as formas de existência, as ideias, as experiências vitais de seus ancestrais e parte, portanto, do nível representado pelo passado humano acumulado sob seus pés.

Em outras palavras, o ser humano herda as formas de existência, as ideias, as experiências de seus ancestrais, e essas heranças impulsionam o progresso, ou seja, são os registros de memória, passados de geração a geração, que condicionam o crescimento e desenvolvimento em sociedade. Assim, a memória se coloca como objeto de investigação científica que permite o acesso a esses registros, buscando atingir formas de preservar as experiências do conhecimento científico, político, social e cultural dessa sociedade. (TAVARES, A. L. L., 2014)

Nessa perspectiva, o conceito de memória modifica-se mediante à área em que é estudado, mas, comumente, a área está relacionada a recordações do passado, muito embora a memória, como destaca Nora (1993, p. 9 apud TAVARES, A. L. L., 2014, p. 40) seja “[...] um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. Preservar essa memória é fundamental na formação da

identidade cultural individual e coletiva, bem como no registro de experiências significativas, e, portanto, essa deve ser valorizada e preservada. Nesse sentido, preservar a memória não significa atrelá-la ao passado para impedir o seu desenvolvimento, mas, sim, conservar seus alicerces constituintes a fim de não perder conhecimentos e identidades, contribuindo, desse modo, para o processo evolutivo da humanidade.

Nessa conformidade, coloca-se a memória como uma construção social, como advoga Halbwachs (2006), quando diz que a memória coletiva é formada por um grupo social que articula suas lembranças em quadros sociais comuns que são compartilhados por todos. Esse autor considera que não há lembranças que existam sem conexões com outras, pois as lembranças de um indivíduo não são só suas, fazem parte de um contexto social em que este esteve envolvido. As memórias são, pois, construções dos grupos sociais, que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada,

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências, que são todas, de natureza social. (HALBWACHS, 2006, p. 55)

A memória coletiva é, assim, “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (NORA, 1993 apud TAVARES, A. L. L., 2014, p. 43), ou seja, como os grupos constituíram sua memória coletiva e como esta memória lhes permite fazer face a acontecimentos muito diferentes

daqueles que fundam a sua memória e, ainda, encontrar no presente a sua identidade.

Nesse sentido é que a desmedida aceleração do tempo em que vivemos parece vir causando o medo de uma “amnésia coletiva”, o que vem levando as sociedades a uma busca febril dos “vestígios” do seu passado. Para Bauman (2001), a sociedade contemporânea tem como característica a “vida líquida”, em que a fluidez e efemeridade dos acontecimentos e a velocidade com que ocorrem trazem a sensação que as experiências passadas são irrelevantes. O autor enfatiza que, na sociedade líquida-moderna, nada podemos reivindicar como condição de perenidade, tudo é descartável e rapidamente substituído: objetos, objetivos, relações, identidade.

É justamente essa condição que eleva a importância da memória na construção e transmissão dos conhecimentos, e é essa perspectiva social da memória que está associada à preservação, uma vez que esta possibilita a construção ou reconstrução da memória coletiva, através da recuperação dos registros da informação.

Nesse sentido, a preservação da memória é associada, também, a espaços físicos socialmente instituídos e legitimados para sua custódia, tais como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, como postulam Oliveira e Rodrigues (2011, p. 320). As autoras lembram que foram as limitações da memória humana que levaram o homem a buscar formas de materializar suas memórias e, assim, constituíram as instituições cujo objetivo é preservar os registros do conhecimento humano e possibilitar o acesso a estes.

A esse respeito, Monteiro, Carelli e Pickler (2006, p. 115) destacam que a memória na Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia está associada

[...] ao conjunto das informações registradas, isto é, aos documentos e representações que podem ser consultados, servindo de memória social ou memória de longo prazo. Com efeito, essas três áreas valem-se da memória no sentido de armazenagem e preservação dos saberes (conservação), para a posterior recordação por parte da sociedade.

Percebe-se, desse modo, de acordo com as autoras, a estreita conexão entre memória e preservação, pois essa preservação é a garantia de guarda e recuperação da memória. “A própria noção de memória consiste em uma analogia da memória humana, responsável por reter informações na mente e recuperá-las quando necessário”, como afirma Borba (2009, p. 15). No entanto, a memória à qual a Ciência da Informação faz referência é aquela utilizada como recurso social e econômico para crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Para a Ciência da Informação a memória não diz respeito ao passado, mas a construção do presente, desde que seja vista como recurso social e econômico. É um processo de poder, uma conquista que permite salvaguardar o passado, e servir como matéria prima para construção do presente e do futuro. (BORBA, 2009, p. 15)

Essa ideia também é discutida por Le Goff (2004), quando fala do valor da memória. O autor destaca que a memória faz parte das questões que permeiam as sociedades em via de desenvolvimento e que são essas sociedades que, ao compreender e lutar pela dominação da recordação e da tradição, melhor conseguem constituir uma memória coletiva. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. (LE GOFF, 2004)

Nesse entendimento, o papel da Ciência da Informação, no tocante à memória, seria o de entender e buscar formas de preservar

e fazer circular a informação registrada que eterniza a memória humana, simbolizando o seu processo evolutivo. A informação registrada tem no documento sua importância para a memória coletiva, seja na reconstituição da memória ou na formação de identidades através desses registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação. (TAVARES, A. L. L., 2014)

Acrescenta-se aqui uma categoria – a memória digital – chamada por Le Goff (2004) de “memória eletrônica”. Esta, nas palavras do autor, constitui a “verdadeira revolução da memória”, pois não se encontra mais em papel, ou outro registro tangível no qual a memória é eternizada, mas, sim, em uma máquina de armazenamento de dados eletrônicos. (LE GOFF, 2004) Contudo, ainda de acordo com Le Goff (2004), essa memória traz em sua essência as mesmas indagações no que diz respeito à preservação e à recuperação do saber humano registrado.

Para Maria de Fátima Duarte Tavares (2012), as futuras gerações precisam do compromisso da sociedade atual com a preservação do documento digital. Segundo a autora, os conteúdos informacionais digitais dependerão de saberes específicos para sua interpretação e decodificação no futuro, bem como da adoção de estratégias continuadas que irão garantir a autenticidade e integridade dos dados perante o caráter de obsolescência acelerada das tecnologias. É nesse cenário que emerge o problema da preservação digital e sua relação com a memória.

Abordagens da preservação digital

Com o uso intensivo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, as Instituições de Memória se viram frente ao desafio de preservar documentos em formatos digitais, o que

ocasionou o enfrentamento de diversas quebras de paradigmas mediante os processos que envolvem essa atividade, tão fundamental para a manutenção do documento acessível.

Diferente do documento analógico, ou em papel, no qual é possível observar a ação de agentes de degradação e logo aplicar medidas preventivas de conservação e/ou restauro, no documento digital, essas ações não são aparentes e sofrem o risco de perda iminente por motivos diversos e em um período de tempo menor do que o esperado.

Para Conway (2001), o universo digital transforma o conceito da preservação tradicional, que buscava garantir a integridade física do objeto. Nesse novo ambiente, a preservação digital passa a especificar a geração e manutenção do objeto cuja integridade intelectual é sua característica principal, ou seja, o foco é preservar o conteúdo. Para esse autor, a preservação diz respeito “a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletor grupo de materiais”. (CONWAY, 2001, p. 14) Dessa forma, preservar significa conceber ações ou medidas para proteger, cuidar e manter os documentos e objetos em condições de serem acessados. Agregando essa definição às particularidades do documento digital, pode-se definir preservação digital como “planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável, [ao longo do tempo]”. (HEDSTROM, 1998 apud TAVARES, A. L. L., 2014, p. 56)

Sayão (2005, p. 118) destaca que a preocupação com a preservação da informação eletrônica se inicia nos anos 1970, na comunidade arquivística, que avançou bastante seus conhecimentos sobre tecnologia da informação e incorporou-os na sua prática. Dessa

forma, contribuiu para superar um velho dilema da área “que é o quase antagonismo entre a preservação e o acesso”, pois no contexto da informação digital, o acesso torna-se um subproduto do processo de preservação: sem preservação não existirá acesso. Como confirmam Abrams, Cruses e Kunze (2008 apud TAVARES, A. L. L., 2014, p. 57), quando dizem que a preservação e o acesso sempre foram considerados funções diferentes, mas na atualidade um complementa o outro: “a preservação objetiva proporcionar o acesso ao longo do tempo, enquanto o acesso depende da preservação em um ponto no tempo”.

Para Ferreira (2006, p. 20), a preservação digital, designa um conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo-prazo à informação e ao patrimônio cultural existente em formatos digitais. Essa seria, então, a responsável por garantir que a comunicação entre um emissor e um receptor seja possível, não só através do espaço como também através do tempo, permanecendo acessível e com qualidade de autenticidade para ser interpretada no futuro.

De acordo com Sayão (2005, p. 122, grifo do autor), a preservação digital vai além da preservação do artefato físico e deve levar em conta outras dimensões do problema:

- A preservação *física* das mídias e sua renovação quando se fizer necessário;
- A preservação *lógica*, com foco nos formatos e dependência de *hardware* e *software* que mantenham legíveis e interpretáveis as cadeias de *bits*;
- A preservação *intelectual*, que tem como foco o conteúdo intelectual sua autenticidade e integridade.

Nesse sentido, condiciona-se a preservação de objetos digitais à adoção de métodos e tecnologias que integrem essas três dimensões:

(i) a preservação física, que engloba as mídias magnéticas e discos óticos; (ii) a preservação lógica, que diz respeito às tecnologias usadas para gerar conteúdos, como formatos atualizados, novos *hardwares* e *softwares*; e a (iii) preservação intelectual, que se refere à integridade e à autenticidade dos conteúdos a serem preservados.

Complementarmente, as estratégias de preservação digital também se fazem necessárias, uma vez que foram criadas buscando garantir que a informação possa ser acessível e processada por outras tecnologias no futuro, muito embora ainda não seja garantido que o uso dessas estratégias deem conta de todos os aspectos e problemas que envolvem o objeto digital. Como sublinha Márdero Arellano (2004), a aplicação de estratégias de preservação para documentos digitais é uma prioridade, pois sem essas não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade e integridade desses documentos em longo prazo. Para Sayão (2005), ainda não existe uma estratégia única capaz de dar conta de toda a gama de problemas relacionados à preservação digital. De acordo com o autor,

Nenhuma dessas estratégias tomada isoladamente, é capaz de solucionar o espectro amplo de problemas decorrentes da fragilidade dos materiais digitais e de suas inúmeras dependências. Além do mais, a escolha das estratégias é somente uma das facetas do problema de preservação do acesso aos documentos digitais. (SAYÃO, 2005, p. 118)

Entretanto, como confirma Márdero Arellano (2008), essas estratégias se constituem em um meio fundamental para garantir a longevidade dos documentos digitais, sendo necessário estudar cada uma delas e compreender seus pressupostos, objetivos e resultados esperados. A execução dessas estratégias, de acordo com o autor, está “[...] condicionada aos conhecimentos do alcance

das tecnologias e às limitações orçamentárias nas instituições”. (MÁRDERO ARELLANO, 2008, p. 54)

Thomaz e Soares (2004) ressaltam que as estratégias de preservação digital podem ser agrupadas em dois conjuntos: as “estratégias estruturais” que representam os investimentos iniciais por parte da instituição, e as “estratégias operacionais”, que são as atividades concretas de preservação. Como representado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Estratégias estruturais e operacionais de preservação digital

Estratégias estruturais	
Adoção de padrões	Essa estratégia propõe a adoção de padrões e formatos de arquivos preferencialmente de dados abertos.
Elaboração de manuais	Indica-se o registro das práticas e requisitos utilizados em manuais ou guias que abordam as questões sobre preservação e gerenciamento [...] com orientações gerais quanto ao tratamento de objetos digitais e o gerenciamento dos riscos envolvidos na preservação digital.
Metadados de preservação	O uso de metadados se faz necessário em um programa de preservação digital, pois estes buscam: (i) facilitar a pesquisa e a identificação de suas fontes de informação; (ii) gerenciar seu fluxo dentro de processos; e (iii) representar suas estruturas para possibilitar o acesso. Assim, as instituições precisam adaptar ou criar algum modelo de esquema de metadados compatível à sua realidade.
Montagem de infraestrutura	Para que seja concretizado um plano de preservação, é preciso que a instituição invista em uma infraestrutura de <i>hardware</i> , <i>software</i> e pessoas.

(continua)

Estratégias estruturais	
Formação de consórcios	Para ser efetivo, um ambiente voltado para preservação digital por longo tempo deverá, certamente, organizar-se de diversas formas e, provavelmente, envolver corporações, federais, consórcios com uma rede distribuída de relações.
Estratégias operacionais	
Conservação de <i>software</i>/ <i>hardware</i>	Para uma boa preservação digital, o primeiro passo é a escolha adequada do meio de armazenamento da informação.
Migração de suporte	Consiste em copiar a informação digital de um suporte que está tornando-se obsoleto ou fisicamente deteriorado para um suporte mais novo.
Emulação	É a criação de novo <i>software</i> que imita o funcionamento do antigo <i>hardware</i> e <i>software</i> para reproduzir seu comportamento.
Conversão de formatos	É a produção de cópias impressas de um arquivo digital é uma solução <i>low tech</i> que pode resultar em um produto bem padronizado com uma expectativa de vida de centenas de anos. Certamente, esta estratégia poderia fixar o objeto como um todo, preservar o conteúdo e, de certa forma, o leiaute.
Preservação de conteúdo	Esse método garantiria o acesso continuado aos objetos digitais seria simplesmente manter a tecnologia, que criou os objetos, disponível para uso.

Fonte: adaptado de Thomaz e Soares (2004). (conclusão)

Sayão (2010, p. 9-10, grifo do autor) apresenta quatro estratégias de preservação digital como sendo as mais utilizadas por pesquisadores que visam a resolução de problemas relacionados a acesso a longo prazo:

- *Preservação da tecnologia*, que consiste em uma solução de curto prazo, baseada na criação de ‘museus tecnológicos que mantêm equipamentos e *software* obsoletos, de forma que os documentos digitais possam ser processados no seu ambiente original’;

- *Emulação*, que é uma estratégia que tem tido bastante controvérsias nas pesquisas publicadas, pois está ‘fundamentada na premissa de que o melhor meio de preservar as funcionalidades e a aparência de um objeto informacional digital é preservá-lo junto ao seu *software* original’;
- *Migração*, que é uma das estratégias mais utilizada pelas organizações e tem como fundamento a migração periódica de um patamar tecnológico em vias de se tornar obsoleto e/ou de se degradar fisicamente para outro mais atualizado e íntegro; e, por fim, a estratégia de
- *Encapsulamento*, que se fundamenta na ideia de que ‘os objetos preservados devem ser descritos e encapsulados em estruturas físicas ou lógicas com todas as informações necessárias para que seja decifrado e compreendido no futuro’.

Nesse contexto, a Gestão de Risco tem sido apontada como uma área que traz boas contribuições para o problema da preservação digital, uma vez que oferece ferramentas capazes de definir mecanismos de controle para proteger recursos humanos, financeiros e materiais das consequências de possíveis ameaças. Como afirmam Tavares, Siebra e Galindo (2019), o corpo de conhecimento apresentado na área de Gestão de Risco pode ser visto como um fortalecimento para as ações do ciclo de vida do objeto digital.

Com relação à preservação digital, são muitos os riscos que envolvem o objeto digital, sendo o mais citado na literatura a obsolescência de *hardware* e *software*. No entanto, as ameaças vão desde a fragilidade dos suportes a não capacitação de pessoas para o trato com esse objeto. Pinto (2009) ressalta que a pluridimensionalidade e vulnerabilidade do ambiente digital, e ainda o risco de perda da autenticidade, fidedignidade, integridade e usabilidade/inteligibilidade da informação produzida

e armazenada em suportes digitais, são ameaças à informação digital e a tornam vulnerável.

Já Lima e Galindo (2011) dividem essas ameaças em: (i) físicas, que são os agentes externos que podem danificar esses suportes e se subdividem em: “físicos” (temperatura e umidade relativa do ar), “químicos” (poeira) e “físicos mecânicos” (armazenamento, manuseio e desastres); (ii) humanas, que podem ser percebidas devido à ausência de políticas de preservação e à falta de pessoal especializado em preservação digital; e (iii) tecnológicas, causadas por problemas no *hardware* ou *software*.

As reflexões adquiridas com os estudos sobre preservação digital envolvem, ainda, a Curadoria Digital que, de acordo com Aureliana Lopes de Lacerda Tavares (2014, p. 23), surge nesse cenário como “uma área de pesquisa e prática interdisciplinar [...] voltada para o gerenciamento do objeto digital que inclui atividades que abrangem todo o ciclo de vida desse objeto”, tornando-se uma etapa no âmbito desse ciclo. Para Tavares, Siebra e Galindo (2019), a Curadoria Digital vem contribuindo para os processos de manutenção da informação digital tendo como foco sua preservação, podendo ser vista como uma etapa do ciclo da curadoria, cujo objetivo é proteger os objetos digitais contra as ameaças que podem interferir no seu uso futuro.

Frente de pesquisa sobre preservação digital no Brasil

Os estudos que englobam o tema preservação digital buscam compreender seus objetivos, estratégias, ferramentas, função, políticas, conceito e suas implicações na sociedade contemporânea. Essas pesquisas, como destacado por Sayão (2005), se

iniciam na Arquivologia e, de acordo com Thomaz (2004), foram impulsionadas pelos desafios do documento eletrônico nos arquivos, na década de 1970, embora apenas na década de 1990 as discussões sobre gestão de documentos eletrônicos e preservação digital tenham se aprofundado, nos eventos da área e na literatura mundial. Segundo a autora, no Brasil, foi também nessa década que surgiram as primeiras publicações sobre tecnologia da informação e documentos eletrônicos, mas só a partir do ano 2000 pode-se perceber publicações que abordavam uma conscientização da comunidade científica nacional com relação ao tema preservação digital.

Tavares e Freire (2019, 2020), em pesquisas que levantam as publicações sobre preservação digital na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), destacam que o ano de 2004 é o marco das pesquisas sobre o tema “preservação digital” registrado em periódicos científicos brasileiros. As autoras assinalam que essas publicações, ainda que tenham se destacado nos últimos 20 anos, são incipientes mediante a importância da temática no contexto atual, de modo que “o cenário científico nacional necessita ainda de engajamento de pesquisadores que se envolvam nessa rede de colaboração sobre a temática”. (TAVARES; FREIRE, 2020, p. 796)

Dessa forma, a produção científica dos pesquisadores/autores é o melhor indicador para mostrar a evolução de uma temática dentro de um determinado contexto. É essa produção que extrapola as paredes das instituições onde são produzidas e, uma vez divulgadas através de periódicos e eventos científicos, chegam à sociedade e às organizações, propiciando o desenvolvimento da ciência.

Nessa conformidade, apresentamos, a seguir, o levantamento e análise de um conjunto de registros obtidos sobre preservação digital na Brapci e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa

em Ciência da Informação (Enancib), buscando identificar uma frente de pesquisa de autores, periódicos e instituições que estão produzindo sobre a temática “preservação digital” no Brasil.

Resultados na Brapci

A Brapci é uma base de dados que indexa artigos de 57 periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação desde 1972, constituindo um importante veículo de divulgação e fonte de pesquisas na área, pois facilita a visão de conjunto da produção científica, ao mesmo tempo em que revela especificidades do domínio científico da Ciência da Informação.

A busca realizada nessa base levou em conta o período de 2000 a 2019, considerando o início das publicações sobre o tema no Brasil. Na pesquisa, foi utilizado o termo “preservação digital” entre aspas duplas, evitando a recuperação dos termos separados, e o campo de pesquisa foi delimitado ao título, para evitar artigos que fugissem da temática. Desse modo, recuperou-se um total de 61 artigos para análise e demonstração.

Esses artigos foram publicados em 24 periódicos e dentre estes a revista *Ciência da Informação*, publicada pelo IBICT, e a *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, da Unicamp se destacaram, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Periódicos científicos: ano de publicação, número de artigos

Periódicos	Ano de publicação	Qtde. artigos publicados
Acervo	2016	1
AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento	2012	1
Biblionline	2015	1
BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	2010	1
Brazilian Journal of Information Science	2017	1
Ciência da Informação	2012	10
Ciência da Informação em Revista	2018	1
DataGramaZero	2004; 2006	2
Em Questão	2019	1
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2010; 2011; 2012	3
InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	2012	1
Informação@Profissões	2013; 2015	2
Informação & Sociedade: Estudos	2014; 2016	2
Informação & Informação	2018	1
Informação em Pauta	2019	1
Informação & Tecnologia	2015; 2017; 2018 (2)	4
Liinc em revista	2015	1
Perspectivas em Ciência da Informação	2013; 2015; 2018 (2)	4

(continua)

Periódicos	Ano de publicação	Qtde. artigos publicados
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	2017; 2019	2
Ponto de Acesso	2017	1
Revista Ágora	2014	1
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	2017 (2)	2
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2011; 2015; 2016 (7); 2017	10
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	2015; 2016 (2); 2018 (4)	7

Fonte: adaptado de Tavares e Freire (2020). (conclusão)

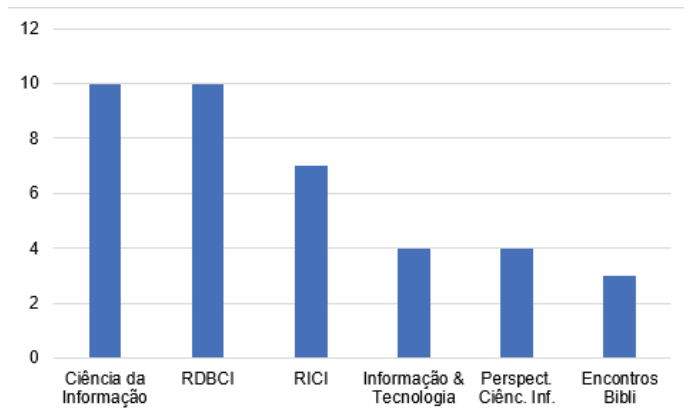
Essas publicações foram resultado de números especiais que propuseram a discussão sobre o tema, buscando reflexões e fortalecimento das discussões sobre preservação digital na Ciência da Informação. Depreende-se que esses números especiais foram responsáveis por 1/3 das publicações sobre o tema em relação aos outros periódicos, no período pesquisado. (TAVARES; FREIRE, 2020)

A revista do IBICT publicou, em 2012, um número especial com dez artigos. Esse número fez parte da divulgação das ações promovidas pela Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital (Rede Cariniana), que se configura em uma rede de serviços de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros, com o objetivo de garantir seu acesso contínuo a longo prazo. Já a revista da Unicamp publicou, também, dez artigos ao longo de quatro anos, sendo que sete desses artigos compunham um número especial publicado em 2016 com o tema “Preservação digital e sua prática nos diversos campos dos saberes”, como forma

de divulgar e enriquecer as iniciativas e práticas de preservação digital no Brasil.

Para uma melhor visualização, apresentamos os dados na forma da Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Número de artigos por periódicos científicos



Fonte: elaborada pelas autoras.

O Quadro 3 apresenta os autores que mais se destacaram nas análises realizadas. Para essa demonstração, levou-se em consideração apenas os autores que publicaram artigo individualmente ou no mínimo dois artigos em coautoria, no período analisado. Nesse contexto, dos 110 autores identificados, destacam-se 23, entre autorias individuais e coautorias, e destes, destacam-se: Daniel Flores com seis artigos publicados em coautoria, e Miguel Márdero Arellano, com cinco artigos publicados, sendo um destes de autoria individual; outro autor que se destaca é Henrique Santos, com três artigos escritos em coautoria. Na categoria de publicação individual, destacam-se dez autores, e destes apenas Humberto Innarelli publicou dois artigos, os outros oito foram escritos por autores diferentes.

Evidenciou-se, ainda, quatro duplas de coautores que publicaram juntos mais de um artigo, demonstrando que existe uma parceria consolidada: Daniela Manfré e Cibele Santos, publicaram dois artigos em 2017; Henrique Santos e Daniel Flores publicaram três artigos em 2014, 2015 e 2018, sendo o primeiro com outros autores; Charley Luz e, Isabel Cristina Maringeli desenvolveram dois artigos em 2012 e 2018, assim como Danilo Formenton e Luciana Gracioso que publicaram juntos dois artigos em 2015 e 2017.

Quadro 3 – Autores que mais se destacam na Brapci

Autor	Tipo de autoria	Número de artigos	Ano de publicação
MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel	Individual	1	2012
	Coautoria	4	2006; 2012; 2016; 2018
FLORES, Daniel	Coautoria	6	2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019
BODÊ, Ernesto Carlos	Individual	1	2016
	Coautoria	1	2015
BOERES, Sonia Araújo de Assis	Individual	1	2016
	Coautoria	1	2012
FORMENTON, Danilo	Coautoria	2	2015; 2017
YAMAOKA, Eloi Juniti	Individual	1	2012
	Coautoria	1	2012
INNARELLI, Humberto Celeste	Individual	2	2011; 2012
CASTRO, Jetur Lima de	Coautoria	2	2016; 2018
CASTRO, Fabiano Ferreira de	Coautoria	2	2015; 2018
LIMA, Marcos Galindo	Coautoria	2	2015; 2017
GRACIOSO, Luciana de Souza	Coautoria	2	2015; 2017 (continua)

Autor	Tipo de autoria	Número de artigos	Ano de publicação
SANTOS, Thayse Natália Cantanhede	Individual	1	2016
ANDRADE, Ricardo Sodré	Coautoria	2	2006; 2016
SANTOS, Henrique Machado dos	Coautoria	3	2014; 2015; 2018
SANTOS, Vanderlei Batista dos	Individual	1	2012
SAYÃO, Luiz Fernando	Individual	1	2010
TAVARES, Maria de Fátima Duarte	Individual	1	2012
LUZ, Charlley dos Santos	Coautoria	2	2012; 2018
MARINGELI, Isabel Cristina Ayres da Silva	Coautoria	2	2012; 2018
MANFRÉ, Daniela Pereira de Sousa	Coautoria	2	2017
SANTOS, Cibele Araújo C. Marques dos	Coautoria	2	2017
SILVA, Fabiola Rubim	Individual	1	2015
OLIVEIRA, Alexandre Faria	Coautoria	2	2012; 2018

Fonte: elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa. (conclusão)

No Quadro 4, destacamos as instituições brasileiras às quais os autores identificados na Brapci estavam vinculados, no período da pesquisa. Foi considerada a afiliação dos autores no período das publicações conforme informações contidas nos artigos ou nos metadados da base de dados.

Foram identificadas, nesse contexto, 25 instituições e dessas apenas uma é instituição privada e outra não é instituição de ensino superior, o que demonstra a importância do fomento e incentivo adquirido no núcleo de instituições públicas. Ressalte-se a participação das universidades federais de onde vem a maioria

dos vínculos, pois são essas instituições que fomentam as pesquisas sobre preservação digital, e dali são disseminados os resultados para a sociedade através das publicações em periódicos e comunicações em eventos científicos.

Quadro 4 – Quantidade de publicações por instituição

Instituição	Qtde. de Autores	Qtde. de Publicações
IBICT	12	9
UFMS	12	8
Unesp	8	3
UFSC	8	4
UFRGS	7	3
UnB	7	6
UFPE	7	3
UFScar	6	4
UFPB	6	3
UFBA	5	2
Unirio	4	2
UFPA	4	3
Unicamp	4	3
UFG	3	1
USP	3	3
FURG	2	1
FESP	2	1
UFC	2	2
UFMG	2	1
UFJF	1	1
UFF	1	1

(continua)

Instituição	Qtde. de Autores	Qtde. de Publicações
UFPR	1	1
UFES	1	1
CNEN	1	1
Câmara dos Deputados	1	1

Fonte: adaptado de Tavares e Freire (2020). (conclusão)

Nesse contexto, destacam-se o IBICT e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tanto em número de filiação de autores, com 12 cada, quanto em número de publicações, nove e oito, respectivamente. No contexto do IBICT, pode-se inferir que essas publicações são resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito da Rede Cariniana, que se configura como uma rede de serviços de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros, com o objetivo de garantir seu acesso contínuo a longo prazo, além de ter, desde 2002, a preservação digital como missão institucional. Na UFSM, foram a criação dos cursos de Arquivologia e um Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural que impulsionaram essas publicações, através de pesquisas vinculadas à Linha de Pesquisa Patrimônio Documental Arquivístico que desenvolve projetos e pesquisas na área de Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos.

Resultados no Enancib

O Enancib é um encontro anual organizado desde 1994 pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib), e tem por finalidade acompanhar e estimular as atividades de ensino e pesquisa na pós-graduação

em Ciência da Informação no Brasil, sendo um dos principais espaços de diálogo e reflexão para os pesquisadores dessa área.

O evento recebe trabalhos de comunicação de estudos e pesquisas em desenvolvimento ou concluídos nos programas de pós-graduação, com foco em 11 Grupos de Trabalho (GT), quais sejam:

- GT 01 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação;
- GT 02 – Organização e Representação do Conhecimento;
- GT 03 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação;
- GT 04 – Gestão da Informação e do Conhecimento;
- GT 05 – Política e Economia da Informação;
- GT 06 – Informação, Educação e Trabalho;
- GT 07 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação;
- GT 08 – Informação e Tecnologia;
- GT 09 – Museu, Patrimônio e Informação;
- GT 10 – Informação e Memória; e
- GT 11 – Informação e Saúde.

Para alcançar resultados precisos na busca pelos artigos publicados nos Anais do Enancib sobre a temática preservação digital, realizamos uma busca na coleção Benancib no repositório do Projeto de Pesquisa Questões em Redes, no qual é possível recuperar os trabalhos e palestras que foram apresentados no Enancib desde 1994. Esse repositório foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa Informação, Discurso e Memória, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e foi lançado em 2013 nas comemorações dos 25 anos da Ancib.

Na recuperação dos documentos, foram considerados critérios para delimitar as buscas no repositório: o termo “preservação digital” deveria constar no título, resumo ou nas palavras-chave

dos artigos, e o período de busca foi restrito entre os anos de 2000 a 2019, sendo a busca dos últimos três anos realizadas nas páginas dos Anais do evento, pois o último ano de indexação dos Anais na Benancib foi em 2016. Dessa forma, chegou-se a um total de 47 artigos indexados com o termo “preservação digital”. Esses estavam distribuídos em sete dos 11 onze GTs, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 5 – A temática “preservação digital” nos GTs do Enancib

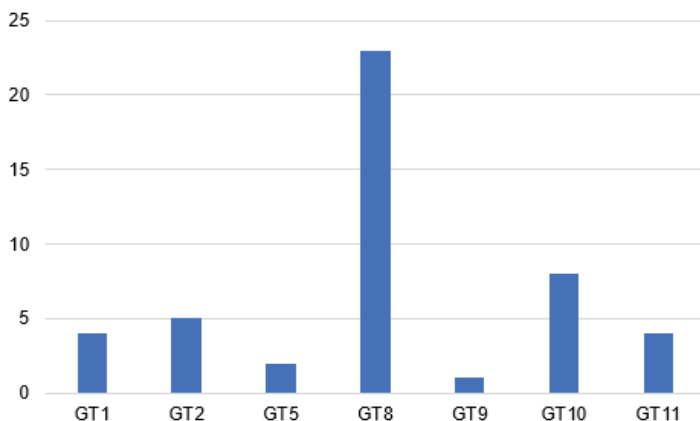
Grupos de Trabalho	Ano de publicação	Qtde. de artigos
GT1	2016(1); 2017(1); 2018(1); 2019(1)	4
GT2	2005(1); 2006(1); 2007(1); 2011(2)	5
GT5	2007(1); 2016(1)	2
GT8	2008(1); 2009(1); 2011(1); 2012(2); 2013(4); 2014(1); 2015(4); 2016(5); 2017(1); 2018(2); 2019(1)	23
GT9	2016(1)	1
GT10	2010(4); 2011(1); 2015(1); 2016(1); 2019(1)	8
GT11	2012(1); 2014(1); 2015(1); 2016(1)	4
Total		47

Fonte: elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa.

Observou-se, com esses resultados, que a temática “preservação digital” foi estudada em diferentes vertentes dentro dos grupos de pesquisadores da Ciência da Informação, sendo a abordagem tecnológica a mais observada. Esses estudos demonstram a importância e crescimento da temática discutida e apresentada pelos profissionais da informação no Enancib, muito embora essa contribuição, como colocou Formenton e Gracioso (2017, p. 110), ainda seja “singela [...] no que diz respeito [...] à realização de estudos científicos sobre preservação digital”.

Observa-se, nas análises, que o Grupo de Informação e Tecnologia (GT8) foi o que mais publicou sobre o tema no período especificado, sendo apresentadas 23 pesquisas voltadas para os processos que envolvem a informação em ambientes digitais, com enfoque nas tecnologias de informação e comunicação. De modo que os artigos submetidos nesse GT trazem uma abordagem mais tecnológica do tema “preservação digital”: desenvolvimento de estratégias e ferramentas; padrões e formatos de arquivos; metadados e *web* semântica; curadoria digital; repositórios e gestão de risco.

Figura 2 – Quantidade de artigos por GTs do Enacib



Fonte: elaborada pelas autoras.

Destaca-se que o GT8 foi criado em 2008 no IX Enacib, após se perceber a necessidade de um espaço em que se pudesse discutir tecnologias com uma perspectiva mais ampla, na Ciência da Informação. Para Santos e demais autores (2016 p. 4), foram as reações e movimentações resultantes do uso, desenvolvimento e análise das tecnologias de informação e comunicação, no contexto da Ciência da Informação, que impulsionaram a criação

desse grupo. Para os autores, foi diante da nova demanda, que surgia com o crescimento tecnológico, que se pensou a criação do GT sobre tecnologia como espaço para possibilitar a discussão das pesquisas e evolução da temática, suprimindo uma necessidade que vinha sendo discutida, ao longo dos anos, em outros GTs.

Outro GT que se destacou na pesquisa foi o GT10, com oito artigos apresentados sobre a temática “preservação digital”. Esse GT estuda as relações entre a Ciência da Informação e a Memória Social, se constituindo em espaço de discussão de pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas sobre informação e memória. Assim, observou-se que a temática da preservação digital, nesse grupo, é tratada dentro de uma abordagem social: gestão informatizada de acervos memoriais, políticas para repositórios institucionais, preservação da memória social.

No GT2, foram apresentados cinco artigos. Nesse grupo, se discute as temáticas que envolvem práticas relacionadas à organização e à preservação de documentos e da informação registrada e socializada, também compreendendo processos, produtos e instrumentos da representação do conhecimento, além de políticas de organização e preservação da memória institucional. Percebeu-se que, nesse GT, as abordagens se voltam mais para questão social envolvida na temática da preservação digital: preocupações com a preservação de acervos memoriais, bibliotecas digitais, ensino a distância. Também traz aspectos interdisciplinares com a Arquivologia e a teoria da memória.

O GT11 estuda as estruturas e processos informacionais nos contextos da área da Saúde, e foram apresentados nesse grupo quatro artigos, demonstrando um aspecto interdisciplinar do campo da Saúde com temáticas que abordavam preocupações relacionadas

à produção científica e políticas para periódicos científicos, no que concerne à prática de preservação para esses veículos.

Outros GTs que também tiveram artigos apresentados no contexto da pesquisa foram o GT5, com dois artigos, e o GT1, com quatro artigos. O GT5 diz respeito aos estudos que envolvem Políticas de Informação, logo, os artigos trataram dessa temática, sendo voltados mais especificamente para repositórios e acesso à informação, o que demonstra uma abordagem social dirigida às preocupações e desenvolvimento de políticas públicas que possam garantir a preservação e acesso aos acervos digitais. Já o GT1 trata dos aspectos epistemológicos e históricos da Ciência da Informação, e os artigos apresentados tratam de aspectos conceituais e interdisciplinares da preservação digital além do estudo da produção científica na área.

Na análise de autoria dos artigos foram identificados, ao todo, 75 autores que discorreram sobre a temática “preservação digital” nas 47 publicações apresentadas no Enancib. Desses autores, os que mais publicaram, no contexto dos grupos, foram: Marcos Lima, com 11 publicações; Vildeane Borba, com sete; Sandra Siebra, com seis; Májory Miranda e Aureliana Tavares, com cinco artigos cada, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 6 – Autores que publicaram no Enancib

Autor	Número de artigos	Ano de publicação	Grupo de Trabalho
LIMA, Marcos G.	8	2009; 2011; 2012(2); 2013(2); 2014; 2016	GT8
	3	2010; 2011; 2015	GT10
BORBA, Vildeane	7	2009; 2011; 2012; 2013(2); 2014; 2016	GT8

(continua)

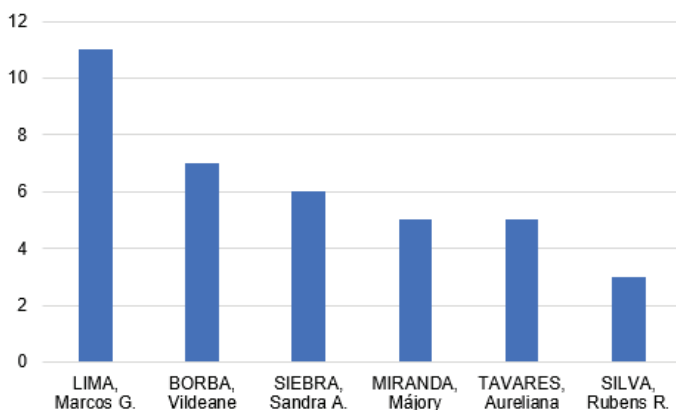
Autor	Número de artigos	Ano de publicação	Grupo de Trabalho
SIEBRA, Sandra A.	6	2012; 2013(2); 2014; 2015; 2016	GT8
MIRANDA, Májory	4	2011; 2012; 2013; 2016	GT8
	1	2011	GT10
TAVARES, Aureliana	4	2013(3); 2016(1);	GT8
	1	2019	GT1
SILVA, Rubens R.	2	2017; 2018	GT1
	1	2016	GT5
ALVES, Flávia F.	1	2017	GT1
	1	2016	GT5
CASTRO, Fabiano	2	2018(2)	GT8
LIMA, Fanny Couto	2	2012; 2011	GT8
OLIVEIRA, Júccia	2	2013; 2015	GT8
SANTOS, Plácida	1	2016	GT9
	1	2019	GT8

Fonte: elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa. (conclusão)

Vale destacar que o grupo de autores mais produtivo está ligado ao grupo de pesquisa Memória e Sociedade e ao Núcleo de Curadoria Digital da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que vem pesquisando sobre o tema no contexto do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação dessa universidade. O grupo de pesquisa vem, desde 2008, desenvolvendo conhecimento científico no campo da preservação da memória digital através do projeto “Patrimônio Digital Ameaçado”, que se consolidou através de pesquisas realizadas no âmbito da iniciação científica e da pós-graduação. O Núcleo de Curadoria Digital vem trabalhando a temática da preservação digital como etapa do ciclo da curadoria digital, que é uma área de pesquisa

e prática interdisciplinar que reflete uma abordagem holística para o gerenciamento do objeto digital.

Figura 3 – Quantidade de artigos por autores



Fonte: elaborada pelas autoras.

Dos artigos analisados, oito foram de autoria individual, escritos por diferentes autores. Observa-se que os artigos escritos em colaboração são a maioria no Enancib, e depreende-se que esse fato acontece por se tratar de pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação, resultados de pesquisas realizadas por orientandos e seus orientadores, e nos núcleos de pesquisa desses programas, que têm como prática a pesquisa colaborativa.

Quadro 7 – Instituição e autores vinculados

Instituição	Qtde. de autores	Número de artigos
UFPE	17	16
IBICT – UFRJ	6	3
UFSCAR	6	2
UNB	6	3
Unesp	5	3
UFBA	5	4

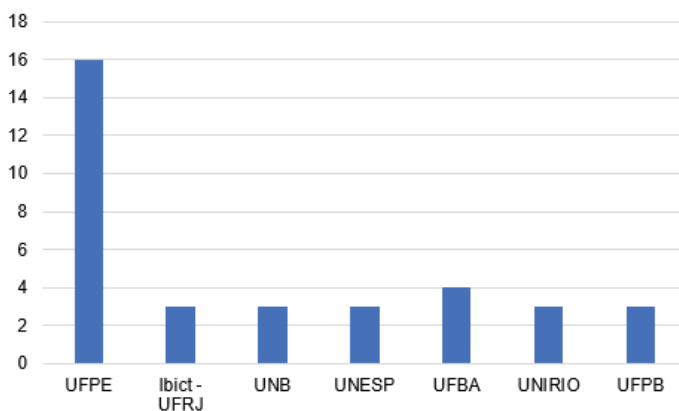
(continua)

Instituição	Qtde. de autores	Número de artigos
Fiocruz/ICICT	4	2
UFSC	4	2
UEL	4	2
UFES	4	1
UECO/Leipzig	4	1
Unirio	3	3
UFPB	4	3
UFMG	3	2

Fonte: elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa. (conclusão)

Observou-se que a importância para consolidar e fundamentar as pesquisas não depende só dos autores, mas das instituições com as quais possuem vínculo, pois são elas que dão respaldo e condições para o avanço e desenvolvimento das pesquisas. Assim, foi possível identificar que esse conjunto de autores (75) possuem vínculo com 14 instituições brasileiras, sendo a UFPE a instituição que mais se destaca, com 17 autores.

Figura 4 – Instituições com mais de três artigos publicados



Fonte: elaborada pelas autoras.

Outrossim, coloca-se que o vínculo foi estipulado considerando o autor principal e o programa de pós-graduação ao qual este estava associado, no período das publicações. Assim, destaca-se que apenas oito autores que apresentaram dois artigos não estavam vinculados a um programa de pós-graduação na área de Ciência da Informação.

A pesquisa, realizada em fontes de dados amplamente reconhecidas na área da Ciência da Informação no Brasil, destacou os fortes vínculos dos autores com programas de pós-graduação, bem como as lideranças do IBICT, coordenador da Rede Cariniana, e da UFPE, com grupo e núcleo de pesquisa na área. Esses vínculos certamente evidenciam que as pesquisas sobre preservação digital encontraram seu espaço na comunidade da Ciência da Informação e que, certamente, a produção sobre essa relevante área do conhecimento científico terá continuidade nos próximos anos.

Projeções futuras

É indiscutível a importância da preservação digital no contexto da Ciência da Informação, e os desafios enfrentados, nas instituições de memória e pelos profissionais que trabalham com essa temática, na constituição de um arcabouço teórico que pudesse subsidiar projetos, iniciativas e estratégias para reduzir ou mitigar os riscos de perda dos documentos digitais. Nesse contexto, nota-se que as pesquisas ao longo desses quase 20 anos vêm se consolidando gradativamente, conduzindo a um maior aprofundamento da temática e constituindo um aporte de conhecimentos para cientistas e profissionais da informação.

Contudo, destacamos que os resultados aqui obtidos fazem parte de pesquisa-tese em andamento, no Programa de Pós-Graduação

em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que pretende ampliar esse cabedal de informações acerca da produção científica sobre preservação digital no Brasil.

Nesse sentido, o intuito deste capítulo foi apresentar a frente de pesquisa, ou seja, quem são os autores que publicam sobre o tema, quais as instituições a que estão vinculados esses autores e quais os canais de comunicação científica estão utilizando para divulgar suas pesquisas neste momento histórico. Aqui, especificamente, trabalhamos com os periódicos científicos indexados na Brapci e com as comunicações de pesquisa apresentadas no Enancib, no período de 2000 a 2019.

Isso posto, destacamos que ainda não foi possível realizar um cruzamento de dados que possibilite uma discussão final, mas, no entanto, foi possível observar alguns aspectos que chamam a atenção, como, por exemplo:

- ✓ o grupo de autores que se destacou no Enancib é diferente do grupo que mais publicou nos periódicos científicos indexados na Brapci;
- ✓ a grande maioria dos autores que publicou nos dois canais está vinculada a uma instituição de ensino superior ou a um programa de pós-graduação em Ciência da Informação; e
- ✓ os anos em que foram publicados mais artigos, tanto na base de dados quanto no evento, foram 2016 (21), 2012 (16), 2018 e 2015 (13) e 2017 (9).

Diante do exposto, os dados apontam para uma temática com produção em crescimento, embora ainda carente de atenção, considerando a sua relevância e necessidade na sociedade atual. Nesse sentido, apesar de percebermos sua disseminação nos canais de comunicação da área, observamos que a temática “preservação digital” ainda necessita de aprofundamento no cenário científico, em busca de um espaço, na pesquisa nacional

em Ciência da Informação, à altura de sua relevância científica, política e profissional.

A partir desse olhar primeiro sobre a temática “preservação digital”, pretendemos dar continuidade ao mapeamento dessas publicações, aprofundando a pesquisa das relações entre autores e instituições, de modo a contribuir, sobretudo, para a democratização dessa produção e para a construção de novos saberes.

Referências

- BAHIA, E. M. S.; SANTOS, R.N. M.; BLATTMANN, U. Estudo Bibliométrico sobre Preservação Digital: Library and Information Science Abstracts–LISA. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, p. 91-105, 2011. Número especial. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nsp1p91>. Acesso em: 22 out. 2020
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORBA, V. R. *Modelo orientador para construção de estratégias de Preservação digital: estudo de caso do banco de teses e dissertações da UFPE*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- CONWAY, P. *Preservação no Universo Digital*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos.
- FERREIRA, M. *Introdução à Preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos*. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.
- FORMENTON, D.; GRACIOSO, L. S. A Produção Científica Sobre Preservação Digital: levantamento bibliográfico e documental em bases de dados e repositórios institucionais. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 109-132, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/10093/15414>. Acesso em: 4 fev. 2018.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p. 419-476.
- LIMA, A. K. A.; GALINDO, M. Núcleo de Curadoria Digital da UFPE: modelo de preservação da memória digital. In: CONGRESSO NACIONAL

- DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 19.; CONITI, 3.; JOIC, 7., 2011, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE, 2011. 1 CD-ROM.
- MÁRDERO ARELLANO, M. A. *Crítérios para a preservação digital da informação científica*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://eprints.rclis.org/15412/1/Tese_Miguel_%C3%81ngel_M%C3%A1rdero_Arellano.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.
- MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 15-27, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02vn2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- MELLO, J.; VIANNA, W.B. Preservação digital da informação em saúde: panorama quali-quantitativo da produção científica internacional. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 15-35, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/issue/view/2301/showToc>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- MONTEIRO, S.; CARELLI, A.; PICKLER, M. E. Representação e memória no ciberespaço. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 115-123, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a11.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.
- OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. *Liinc em Revista*, [Paraíba], v. 7, n. 1, p. 311-328, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>. Acesso em: 20 out. 2020.
- ORTEGA Y GASSET, J. *Missão do bibliotecário*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.
- PINTO, M. M. *Preservmap: um roteiro da preservação na era digital*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.
- SANTOS, P. A. C.; ARAKAKI, F. A.; GONÇALEZ, P. R. V. A. *et al.* Informação e Tecnologia no ENANCIB: percurso do GT 08 no período de 2008-2015. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3597/2016_GT8-CO_13.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 out. 2020.
- SAYÃO, L. F. Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução. In: MARCONDES, C. H.; KURAMOTO, H.; TOUTAIN, L. B. *et al.* (org.). *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. Salvador: UFBA, 2005. p. 115-145.

SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cb/article/view/1518-2924.2010v15n30p1/19527>. Acesso em: 9 jul. 2018.

SILVA, F. M.; FERREIRA, M. H. W.; SANTANA, G. A. *et al.* Preservação Digital: mapeamento da produção científica brasileira de uma década (2001-2010). In: LIMA, M. G. (org.). *Cultura, Tecnologia e Memória*. Recife: Néctar, 2012. p. 82-95.

TAVARES, A. L. L. *Análise de Risco e Preservação Digital: uma abordagem sistêmica na Rede Memorial Pernambuco*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

TAVARES, A. L. L.; SIEBRA, S. A.; LIMA, M. G. O gerenciamento de risco no ciclo da curadoria digital. *Archeion Online*, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 83-104, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/43862>. Acesso em: 15 out. 2020.

TAVARES, A. L. L.; FREIRE, I. M. Pesquisa sobre preservação digital no Brasil: reflexões preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. p. 1-19. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123370>. Acesso em: 30 out. 2020.

TAVARES, A. L. L.; FREIRE, I. M. Preservação digital: estudo exploratório sobre a literatura científica e as redes sociais colaborativas no Brasil. *RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 782-97, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2108>. Acesso em: 30 out. 2020.

TAVARES, M. F. D. Preservação digital: entre a memória e a história. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 9-21, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1348>. Acesso em: 24 jul. 2019.

THOMAZ, K. P. *A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas*. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J. A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). *Data GramZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6608>. Acesso em: 30 out. 2020.

Teoria e a prática na preservação digital e perpetuação de documentos

Herbet Menezes Dorea Filho
Lídia Maria Batista Brandao Toutain

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico trouxe novos desafios para os profissionais da informação e, dentre eles, o documento digital desde final do século passado. Iniciativas e projetos surgiram referentes a normas e práticas no trato da informação e documentação. Um desses projetos é o InterPARES, iniciado na Universidade de British Columbia (UBC)¹ no qual tinha como participantes diversos países e áreas do conhecimento com intuito de desenvolver o conhecimento teórico-metodológico essencial para a preservação de documentos digitais arquivísticos autênticos.

Nesse sentido, no Brasil, a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Arquivo Nacional, instalada em 23 de agosto de 1995, por meio da Portaria nº 8, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), define documento digital como um “[...] documento codificado em dígitos binários, interpretável por meio de sistema computacional”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 19)

Considerando a experiência prática da área de documentos digitais no cotidiano das organizações na sociedade brasileira, questionamentos são suscitados: o que é produzido na teoria é o que vem sendo realizado na prática?; oficinas e empresas de desenvolvimento de *software* optam por respeitar normas, leis e metodologias arquivísticas em seu desenvolvimento?; a interoperabilidade dos *softwares* é um processo que está sendo concebido?; o que deve ser estabelecido como método de gerenciamento eletrônico/digital de arquivos para a identificação do que deve ser indexado, recuperado e preservado nas instituições?

Fundamentando-se em bibliografias referentes à área e fontes documentais do tema, o foco é verificar se instituições públicas e privadas exercem na prática o que determina a teoria das normas de preservação, do acervo patrimonial, artístico, documental e cultural que tenham significação na memória institucional e da coletividade, na área da Arquivologia.

Arquivologia, Ciência da Informação, documento digital e o projeto interPARES

O documento para a Arquivologia é visto como uma materialização de um processo gerado no decorrer das atividades ou funções de uma entidade pública ou privada. Os documentos

são únicos e intransferíveis por conta da sua organicidade. Para Bellotto (2006, p. 37),

Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos as relações orgânicas entre si. [...] Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte.

Nesse sentido, os documentos, sejam eles tradicionais ou digitais, carregam em si a função de preservar as informações e o conhecimento produzido ao longo do tempo pela sociedade, ou seja, a Arquivologia conta com bases teóricas e metodológicas tradicionais com foco na organização, preservação e disponibilização dos documentos.

O documento digital, em conjunto com os processos de informatização/digitalização das instituições públicas e privadas, é uma realidade cada vez mais eminente, seja pela necessidade da dinâmica e atualização dos processos organizacionais. A tendência do documento digital é perpetua-se progressivamente como um produto e ferramenta social imprescindível para o desenvolvimento humano. No entanto, da mesma forma que os documentos tradicionais, os documentos digitais possuem diversos formatos e necessidades próprias assim como os *softwares* que são os operadores/leitores/meio deste último.

Para o Conselho Nacional de Arquivos (2004, p. 1):

As organizações públicas e privadas e os cidadãos vêm cada vez mais transformando ou produzindo documentos

arquivístico exclusivamente em formato digital, como textos, bases de dados, planilhas, mensagens eletrônicas, imagens fixas ou em movimento, gravações sonoras, material gráfico, sítios da internet, dentre muitos outros formatos e apresentações possíveis de um vasto repertório de diversidade crescente.

A Ciência da Informação e a Arquivologia priorizam a discussão em torno do documento, principalmente no aspecto da sua preservação e autenticidade, como trazido pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2012, p. 1):

A autenticidade dos documentos arquivísticos digitais é ameaçada sempre que eles são transmitidos através do espaço (entre pessoas e sistemas ou aplicativos) ou do tempo (armazenagem contínua ou atualização/substituição de hardware/software usados para armazenar, processar e comunicar os documentos).

A realização de um estudo sobre autenticidade de documentos digitais é um processo complexo já que se trata da reflexão de paradigmas anteriores para a construção de reformulados conceitos que acompanhem as transformações da área arquivística e da própria Ciência da Informação. Um dos maiores estudos de documentos digitais com foco em sua preservação é o projeto InterPARES.

O projeto surgiu de uma pesquisa realizada em 1994 e 1997 na Universidade de British Columbia (UBC) cujo resultado foi a publicação da norma DoD Standard 5015.2. O objetivo da pesquisa foi abordar a produção, manutenção e preservação dos documentos arquivísticos digitais frente à efervescência da evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O processo InterPARES inicia na seleção do documento a ser preservado até o relatório final, que abrange políticas, conceitos, princípios, critérios/indicadores, e normas das práticas arquivísticas e da diplomacia.

Assim, a principal proposta do InterPARES foi verificar a “[...] qualidade de um documento ser o que diz ser, independente de se tratar de minuta, original ou cópia, e que é livre de adulterações ou qualquer outro tipo de corrupção”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006)

Segundo o InterPARES, o que pode atestar que um documento é verdadeiro, ou que é uma cópia fiel do original, de acordo com as normas legais de validação, é a autenticação. Desta forma, identificar a autenticidade dos documentos digitais preservados, inclusive evidenciar métodos, procedimentos e regras favorece também a preservação e a perpetuação digital dos objetos de memória institucional, e possibilita um possível diálogo para construção de *softwares* arquivísticos por meio de requisitos normativos.

Uma conexão em busca do entrelaçamento entre as atividades de rotinas das organizações, os documentos gerados, as teorias arquivísticas e os *softwares* é a ideia de sistema trazida por Robredo (2003, p. 110), no qual “[...] é de fato um sistema humano, que inclui provavelmente recursos computacionais para automatizar determinados elementos do sistema”. Ou seja, sistemas de informação são uma espécie de entidade complexa e organizada que possui diversas funções organizadas por seres humanos.

No Brasil, o principal normativo para *softwares* de gestão de informação é o e-ARQ Brasil, no qual instituiu uma série de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivísticas de Documentos (Sigad). No entanto, cabe ressaltar que o Sigad é uma coleção de requisitos, sem a definição de como esses requisitos serão ou não aplicados nos diferentes arquivos.

É nesse ponto, da crítica ao modelo trazido pelo e-ARQ, e a discussão da preservação trazida pelo projeto InterPARES, que surge a temática da interoperabilidade dos sistemas em busca de uma preservação e uma possível perpetuação das informações/

documentos. A interoperabilidade é a estratégia e método que diferentes plataformas de *softwares* possuem em trocar/registrar/preservar e dar acesso a dados com a mínima perda de conteúdo. (SAYÃO; MARCONDES, 2001)

Para Santos (2019), os instrumentos de representação da informação, no qual se incluem as ontologias, surgem como mecanismos de registro e compartilhamento de informação que podem ser usados nesse relacionamento entre *softwares*. Segundo esse autor, ontologia de fundamentação é:

[...] uma ontologia formal, visando reconhecer as categorias gerais de certos aspectos da realidade que não está restrita a um campo científico, apresentando o conhecimento independentemente de linguagem, de um estado particular das coisas ou ainda do estado da agente. (SANTOS, 2019, p. 7)

Nesse sentido, o aporte ontológico trazido pelo autor nos mostra um possível diálogo em busca de uma resolução na modelagem de *software* com vistas na interoperabilidade, inclusive, na perspectiva trazida pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) nas questões relacionadas à arquivística.

Considerações finais

A realização desta pesquisa propicia reflexão sobre os processos arquivísticos de criação, armazenagem, recuperação e preservação de documentos em formato digitais, visando um possível caminho em busca da interoperabilidade na construção de *softwares* de gestão da informação na área de arquivo que garanta a preservação e autenticidade dos documentos/das informações, observando, principalmente, os princípios da ontologia com vistas a pesquisas futuras.

O que deve ser estabelecido como método de gerenciamento eletrônico/digital de arquivos para a identificação do que deve ser indexado, recuperado e preservado nas instituições?

Quando se examina a questão, um exemplo seria o passo inicial do processo de preservação e perpetuação de bens patrimoniais, nos moldes do reconhecido no Projeto InterPARES, apontamos o inventário de acervos em unidades arquivísticas de uma instituição, que possibilitaria identificar com precisão tipologias, as estratégias e as prioridades no âmbito da seleção do que preservar, visando compor uma base de dados eletrônica, atualizada, de acesso simples e democrático, bem como verificar o surgimento de processos institucionais próprios do saber e do fazer. Podendo ser selecionados coleções especiais de arquivos, e registros documentais similares, coleções das artes visuais, e, tão relevantes quanto os bens materiais, os de natureza imaterial. A autenticidade do patrimônio imaterial poderia ser identificada, tomando por base e/ou indicador a legislação vigente, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, no Brasil. O decreto rege o processo de reconhecimento dos bens culturais imateriais, institui o registro e, com ele, o compromisso do Estado brasileiro em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais. O registro é um instrumento legal que garante o reconhecimento e a valorização desses bens. Registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2006)

Na visão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (2006, p. 22), o registro:

[...] corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural. Isso significa documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais, passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público – mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação.

Esse exemplo de bens imateriais mostra a necessidade de estabelecer parâmetros para seguir o processo teórico-metodológico de preservação de documentos digitais autênticos. O inventário, de caráter quantitativo e qualitativo, seria a referência principal para a elaboração do Plano ou Política Institucional, dimensionado para normatizar práticas no trato da informação/documentação.

Notas

- ¹ Coordenado por Luciana Duranti, auxiliada por Terry Eastwood e Heither MacNeil.

Referências

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documento*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 151-E, p. 2, 7 ago. 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Glossário: documentos arquivísticos digitais*. Rio de Janeiro: CONARQ: CTDE, 2014. Versão 6. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica->

de-documentos-eletronicos-ctde/2014_ctdeglossario_v6.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Glossário: documentos arquivísticos digitais*. Rio de Janeiro: CONARQ: CTDE, 2016. Versão 7. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/2016_CTDE_Glossario_V7.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2004. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele/download/CartaPreservPatrimArqDigital-Conarq-2004.PDF. Acesso em: 19 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos: e-ARQ*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, DF: MinC: PHAN, 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimoniolMaterial_1E dicao_m.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

INTERPARES PROJECT. *Projeto Interpares*. Columbia: The University of British, [2020]. Disponível em: <http://www.interpares.org>. Acesso em: 5 out. 2020.

INTERPARES 2 PROJECT. *Terminology Database*. Columbia: The University of British, 2006. Disponível em: http://www.interpares.org/ip2/ip2_terminology_db.cfm. Acesso em: 29 maio 2021.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO L. F. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 24-33, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/LSxTfhK6NfX54t4ypBK87kM/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2021.

ROBREDO, J. *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília, DF: Thesaurus: SSRR Informações, 2003.

SANTOS, W. L. *Análise do modelo conceitual do SIGAD a partir de princípios da ontologia de fundamentação UFO*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência

da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2005. Disponível em: http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 7 maio 2021.

PARTE 4
PRÁTICAS BRASILEIRAS E INTERNACIONAIS
RELACIONADAS COM A PRESERVAÇÃO
E A MEMÓRIA

Contexto histórico da organização e produção de imagens e as características da cultura imagética nas redes sociais¹

Elmira L. M. S. Simeão
Ricardo Crisafulli Rodrigues

Introdução

Em todas as épocas e em todas as culturas, a imagem foi, de alguma forma, responsável por grande parte da transmissão do conhecimento e por registros de memória, contribuindo para a comunicação de doutrinas, políticas, acontecimentos sociais, fatos culturais e a vida diária etc. De maneira geral, era vista, senão como o principal mecanismo de transmissão de informações, como um poderoso aliado para o entendimento da comunicação oral e seus instrumentos. Definir memória não é uma tarefa

fácil, principalmente se falamos de uma memória imagética. A memória depende do que fica registrado no tempo e na história, e muitas vezes essa configuração tem variáveis que se impõe aos registros e os modelam na medida em que a situação demonstra conformidade e aceitação.

O homem sempre desenvolveu habilidades para captar conhecimentos, memorizá-los e transmiti-los. Embora essas habilidades não sejam exclusivas do ser humano – outros animais as possuem em escalas inferiores e diferenciadas –, foram aprimoradas como requisito para sua própria sobrevivência e evolução. A memória imagética é um recurso de sobrevivência e segurança. Memorizar situações com imagens é uma técnica de resolvê-las e, mais importante, de resolver habilmente problemas similares. Não só as questões terrenas são memorizadas e transmitidas, mas também fenômenos da natureza, para os quais procura-se explicações e significados nem sempre adequados e inteligíveis. Panofsky (2007, p. 23-24) observa que

O homem é, na verdade, o único animal que deixa registros atrás de si, pois é o único cujos produtos ‘chamam à mente’ uma ideia que se distingue da existência material destes. Outros animais empregam signos e ideias em estruturas, mas usam signos sem ‘perceber a relação de significação’ e sem perceber a relação de construção [...]. Um cachorro anuncia a aproximação de um estranho por um latido diferente daquele que emite para dar a entender que deseja sair. Mas não utilizará este latido particular para veicular a ideia de que um estranho apareceu durante a ausência do dono da casa.

Ao buscar significados para situações e fenômenos, o homem primitivo começou a criar signos – inicialmente gestuais e sonoros e, mais adiante, imagéticos – que permitissem uma memória coletiva e sua transmissão para outras gerações. Todavia,

qual teriam sido os reais motivos que o levaram a querer dar significado às situações e aos fenômenos e a representá-los por meio de signos? Provavelmente, num primeiro momento, por sobrevivência, pois, ao entender e comunicar os acontecimentos, poderia lidar com eles. Posteriormente, numa manifestação de seu caráter emotivo e sentimental, para transmitir aos seus descendentes os conhecimentos adquiridos e perpetuar-se junto a eles. Por fim, talvez, para dominar outros seres humanos usando principalmente signos relacionados a fenômenos desconhecidos.

Todas essas motivações persistem e com o desenvolvimento de aparatos técnicos e da capacidade mental do ser humano para gerar, memorizar (armazenar) e transmitir conhecimentos, o homem primitivo pôde melhorar seu padrão de vida e iniciar ações de convivência comunitária e social. Os signos passaram a ser, então, fundamentais, e os signos imagéticos² forneceram mais informações e deram maior visibilidade aos estudos sobre a civilização, posto que os signos gestuais e sonoros não foram, por questões óbvias, documentados satisfatoriamente para a posteridade. Os signos imagéticos são os sinais mais representativos de uma unidade e de uma representação social marcadas “pela imagem como elemento de linguagem, como ato sêmico, como signo dotado de intencionalidade, com capacidade evocatória de objetos, pessoas e eventos”. (RAMOS 2007) Signos imagéticos provavelmente utilizados como fontes de informação e comunicação foram encontrados em sítios arqueológicos e cavernas primitivas,³ principalmente na forma de desenhos ou pinturas rupestres,⁴ propiciando importantes fontes para estudos antropológicos, culturais, sociológicos, artísticos, políticos etc.

A definição de imagem varia conforme a visão que lhe é dada, ou por sua inserção numa determinada ciência ou matéria. Etimologicamente, a palavra vem do latim *imago*, significando

uma “representação visual”, construída pelo homem, ao reproduzir os mais diversos tipos de objetos, seres e conceitos. Pode estar no campo do concreto, quando se manifesta por meio de suportes físicos palpáveis e visíveis, ou no campo do abstrato, através das imagens mentais dos indivíduos. E agora, na internet, mesclando o espaço imaginário, imagens estão nos suportes que permitem sua virtualidade e transformação.

Além do aspecto de representação, a imagem promove comunicação,⁵ principalmente nos dias atuais. De acordo com Kossoy (2007, p. 32), “O papel cultural das imagens é decisivo, assim como o das palavras. Mas as imagens estão diretamente relacionadas ao universo das mentalidades e sua importância cultural e histórica reside nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória”. Quando fala em usos e trajetória, Kossoy (2007) indiretamente está se referindo à função de comunicação da imagem. Ainda de acordo com Kossoy (2007, p. 105),

A imagem tem papel preponderante na documentação dos acontecimentos. Ninguém duvida disso. No entanto fatos corriqueiros, situações que poderiam passar despercebidas por sua monotonia, podem se transformar em imagens de impacto, acontecimentos da maior importância, dependendo de como são elaborados antes, durante e após a produção do registro [...]. O contrário também é verdadeiro; fatos que denunciam toda uma situação dramática de sofrimento, miséria, dor e crueldade podem ser captados de forma harmoniosa, de acordo com o ângulo de tomada, descontextualizados de seu entorno, amenizados em seus detalhes e, finalmente, esvaziados nas manchetes, legendas e textos que os acompanham.

Além do aspecto polissêmico, a imagem desempenhou – e ainda desempenha – funções distintas entre as várias comunidades e civilizações nas diversas épocas – da pré-história aos tempos atuais.

Todavia, seu papel como transmissora de conhecimento deve ser estudado de forma mais aprofundada, visto que sua manipulação pode significar uma distorção de fatos históricos importantes. A tecnologia atual tem mostrado que a permanente edição e multiplicação de imagens pode estar evidenciando uma nova forma de expressão na comunicação e disseminação desses registros.

A tematização da imagem na história

Ao criar suas imagens, o homem primitivo elaborou os primeiros discursos da “tematização” imagética, amplamente utilizados posteriormente em todo o decorrer da história, até os dias atuais. Ainda que os objetivos de criação das imagens “primitivas”⁶ fossem apenas registrar fatos, acontecimentos ou eventos da natureza com o intuito de entendê-los, foi possível repassar esse conhecimento aos descendentes, ou criar mecanismos de dominação, pois as imagens traziam consigo não só seu aspecto denotativo – homens armados, flechas, animais –, mas também aspectos conotativos concretos e/ou abstratos – sorte, proteção, fartura, vida, alimento, progresso, sobrevivência, perigo, medo, morte, violência etc. A imagem, de certa maneira, foi tematizada conforme a orientação que deveria ser dada por algum costume tribal.

As pinturas de caça encontradas em muitas cavernas dão a entender que essas imagens retratam a busca por alimentos, e todas as suas nuances (técnicas, instrumentos de caça, perigos, espírito coletivo, luta etc.). O uso das flechas produzia, portanto, discursos e ao produzir tais discursos revela a polissemia da imagem, deixando de fora outros discursos possíveis. Via de regra, as imagens primitivas tinham como principal temática o cotidiano e a sobrevivência,

eventos da natureza, caça, fertilidade etc. foram, desde cedo, manipuladas. Referindo-se a isso, Baumgart (2007, p. 6) comenta:

Visto que, certamente, nem todo homem pré-histórico possuía esta capacidade de representação, os assim dotados poderiam ter desempenhado um papel importante, por exemplo, o de um mago ou invocador. Existem alguns indícios de que possuíam algo como uma oficina onde produziam as tintas a partir de carvão e ocre e as armazenavam em forma de bastonetes de giz, e até mesmo gozavam de certa reputação e eram solicitados em outras cavernas que não as de seu grupo.

Na sua evolução, a humanidade trouxe consigo essa dominação primitiva de uns homens sobre os outros e a imagem exerce importante papel nesse domínio. Em todas as épocas, aqueles que governam⁷ sempre a utilizaram, nas suas mais diversas formas – pintura, escultura, desenho, fotografia, cinema, tv, redes sociais etc. –, para influenciar as pessoas, para criar sentimentos e propagar ideologias. Cada imagem produzida ou utilizada com o intuito de dominação traz consigo um discurso e, de certa maneira, determina e direciona a sua característica polissêmica.

Grande parte dos objetos construídos e/ou manipulados pelo homem constituíram-se – e ainda se constituem – em imagens com algum significado. Determinados tipos de pedras, espécies de animais e plantas, objetos diversos ligados ao cotidiano e, até o próprio homem, ganharam, no decorrer da história, significados místicos, passando a representar fenômenos religiosos e transmitindo informações e conhecimentos de uma geração a outra. Também os acontecimentos naturais – arco-íris, pôr do sol, trovões, relâmpagos, eclipses, enchentes, tremores de terra etc. –, por não terem à época explicações, ganharam significados diversos. Era a imagem de uma “mensagem” dos deuses com os homens. A reprodução de imagens nas redes sociais é um fenômeno recente que indica a força desse

registro na comunicação social, pois tal qual os “sacerdotes” ou “magos”, muitos dos atuais governantes tematizam e manipulam imagens para promoverem acontecimentos. A interpretação de “homens comuns” das tribos se transforma numa forte ação influenciando a chamada “aldeia global”. (MCLUHAN, 1969)

Ao determinarem significados, criam-se nas redes sociais os discursos que podem propagar o ódio, a violência ou a popularização de manifestações políticas e ideológicas. A cultura da imagem ganha o componente editável e instrumentalmente delimita e/ou direciona temas que se quer representar, eliminando os demais temas que não são objeto da representação ou dos interesses de quem a manipula. Um objeto como uma pedra, por exemplo, podia transformar-se, entre outras coisas, numa representação de êxito nas colheitas, ou de fertilidade feminina, se assim fosse tematizada pelo “sacerdote”.

As imagens por levarem consigo aspectos subjetivos e muitas vezes significarem algo místico potencializam as temáticas. Culturalmente, a informação imagética é vista como prova e, mais do que aspectos estéticos e decorativos, é o registro do fato informado que potencializa o imaginário das pessoas. Desde a antiguidade, por exemplo, os grandes monumentos e esculturas em locais públicos permitiam às populações assimilarem sua temática mística e religiosa, mas também cultural e informativa, com a veneração de ídolos, heróis e seus feitos. Nas catedrais da Idade Média, por meio de esculturas e pinturas, as imagens exerciam muito mais que uma função “decorativa”. Eram destinadas a transmitir conhecimentos e discursos determinados pela Igreja. No conjunto imagético apresentado nas grandes catedrais, a imagem era como uma *Bíblia dos pobres* com discursos tematizados e dirigidos aos padres de pouca cultura e, principalmente, aos milhares de fiéis analfabetos.

Figura 1 – *Bíblia dos pobres* – Museu Medieval, Paris



Fotógrafo: Ricardo Rodrigues.

A *Bíblia dos pobres* (Figura 1) basicamente compunha-se de ricas imagens de cenas bíblicas com um ou mais textos explicativos que descreviam cada imagem e como as pessoas deveriam interpretá-la. Essas bíblias ficavam inicialmente disponíveis nas catedrais e igrejas para serem “lidas” pelos clérigos que as “explicavam” para os fiéis de acordo com os discursos tematizados pelo interesse da Igreja. Somente no século XV a *Bíblia dos pobres* tornou-se mais popular, podendo ser adquirida por famílias de posses. Segundo afirma Fischer (2006, p. 181), os

[...] leitores não tinham o real significado dos desenhos e muitas vezes precisavam de mediação dos padres que, na qualidade de ‘intérpretes’, reafirmavam a hegemonia da igreja. [...] ao homem comum não se admitia ler a bíblia em latim. Somente as autoridades religiosas podiam lê-las. [...] A igreja, desviando a leitura para a bíblia dos pobres, equivalente à ‘leitura’ dos vitrais, manteve congregações inteiras confinadas nas fronteiras do analfabetismo e da subserviência por um longo tempo, permitindo que apenas um seletor grupo tivesse acesso à leitura e à escrita, com aprovação e apoio da igreja.

A invenção da imprensa, por volta de 1450, apesar de ter ocasionado a popularização da educação, das ciências, da escola, da leitura e das imagens, trouxe consigo, na maior parte dos países e culturas, um rígido e violento controle com censura prévia, principalmente pela Igreja e por governos autoritários, sobre o que era produzido e divulgado. Alegava-se que os novos livros profanos poderiam pôr em risco a fé e os ensinamentos sagrados. Todavia, a leitura silenciosa⁸ já vinha permitindo, bem antes da invenção da imprensa, o uso de textos – especialmente xilográficos – com temática não religiosa e, inclusive, a erótica, que se popularizasse também a crítica e a contestação aos regimes e posições autoritárias e contrárias à liberdade de expressão. “Iluminuras de textos franceses e flamengos retratam cenas de luxúria em bordéis com realismo explícito e sedutor”. (CHARTIER; CAVALLO, 1998, v. 1, p. 169)

Assim, apesar da censura, muitos livros continuaram a ser lidos e muitos outros foram produzidos clandestinamente confrontando os discursos e interesses de governantes. A Igreja chegou a publicar, por volta de 1559, o *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos livros proibidos),⁹ no qual listava-se os livros e autores proibidos. No bojo desses livros, inseriam-se as ilustrações e imagens com discursos temáticos considerados profanos e/ou obscenos. No Renascimento italiano, os tipos de imagens relacionados a esculturas, relevos, joalheria etc. permaneceram praticamente os mesmos. As pinturas, desenhos e ilustrações, todavia, ganharam novas formas de divulgação decorrentes da invenção da imprensa. Ampliaram-se, com isso, de modo considerável, as temáticas até então vigentes, que passaram a incluir, além dos temas religiosos, discursos ligados a assuntos “profanos” e a estudos “técnicos” e “científicos”, como aqueles de Leonardo da Vinci e de Michelângelo, ilustrados como verdadeiras obras de arte.

O uso também se expandiu dos locais públicos para os privados e a imagem, principalmente retratada na pintura, começou a ganhar uma dimensão temática ligada ao estético e ao decorativo. Muitas obras passaram a ser encomendadas aos grandes mestres para decorar salas em palácios de famílias ricas. Com o decorrer dos séculos, muitas dessas imagens, que anteriormente serviram apenas para decoração, ganharam função informativa, incorporando discursos temáticos ligados à cultura e à história dos locais onde foram produzidas. Revelam hoje curiosidades de seus autores e personagens.

No período da chamada Revolução Industrial, a imagem passa por uma profunda alteração em sua tipologia e aplicação, tal qual registramos nas mudanças que hoje são notadas no uso excessivo de imagens na comunicação das redes sociais. Com a popularização, ilustrações ganham um significado especial – destacando-se das demais formas – passando a fazer parte integral de livros, revistas, jornais, cartazes etc. E, por sua vez, durante a migração para as tecnologias em rede, são recursos abusivamente explorados e manipulados. Nas temáticas dessas ilustrações, em forma de desenhos e *gifs* animados, atendem diferentes públicos, com diferentes discursos que incluem, na sua maioria, fatos, acontecimentos e ações do cotidiano. É a comunicação do homem primitivo atualizada para a aldeia global, anunciada por McLuhan.

O uso de “legendas” e a integração de imagem e texto ganham força na internet com a popularização dos chamados *memes*. O biólogo britânico Richard Dawkins, um dos principais estudiosos da evolução das espécies, explica (como autor) a origem do termo, cunhado em seu *best-seller* *O gene egoísta* (1976). Segundo Dawkins, a cultura também se espalha como os genes. O *meme*, portanto, é o equivalente cultural do gene, a unidade básica de transmissão cultural, que se dá por meio da imitação excessiva.

(O QUE... 2015) É assim que o principal recurso imagético de comunicação é concebido:

‘Mimeme provém de uma raiz grega adequada [mimesis, ou seja, imitação], mas quero um monossílabo que soe um pouco como ‘gene’. Espero que meus amigos heleenistas me perdoem se eu abreviar mimeme para meme. Sotaques, moda, slogans... Tudo isso são memes que se propagam. Quando alguém assovia uma melodia na rua e outra pessoa ouve, começa a assoviá-la e isso se espalha como uma epidemia pela cidade’. (O QUE..., 2015)

Nas redes sociais, um *meme* quase sempre é associado a uma imagem excessivamente repetida nas redes ou mídias sociais que tematiza de maneira clara as opiniões sobre um fato ou pessoas (preferencialmente autoridades públicas e artistas). As imagens podem vir com frases ou não e são repassadas rapidamente, na maior parte das vezes, sem a identificação das fontes ou autores. Muitas são *gifs* – imagens ou ilustrações em movimento – e vídeos e são editadas. Também se propagam pelas redes sociais, nos *sites*, *e-mails* e aplicativos de mensagens. Os famosos *memes* da internet expressam – positivamente ou não – as reações das pessoas em relação aos fatos do cotidiano.

Figura 2 – Imagens das redes sociais transformadas em *memes* sobre cotidiano e comportamento



Fonte: imagens manipuladas em circulação nas mídias sociais.
Autor não identificado.

Como no passado – das cavernas –, os memes atuais revelam também comportamentos primitivos. Essas ilustrações e fotografias disseminam a reação acentuada de coletivos e grupos a partir de formulações simples, humoradas e capazes de criar algum reconhecimento. As mensagens, de certa forma, direcionam e delimitam as possíveis polissemias. Esse recurso é a base para a compreensão da maioria das informações publicadas e produzidas nas redes sociais de hoje. Se no bojo da Revolução Industrial a fotografia modernizou a técnica de ilustração e reprodução, revolucionando também o conceito de “uso da imagem” para fins de informação e transmissão de conhecimento, agora na internet há uma grande ampliação e popularização na produção e criação de discursos imagéticos. Os *memes* (DAWKINS, 1976) são o gene que garantem a permanência “efêmera” da cultura imagética digital. Expressam rapidamente, como é próprio da técnica visual, as emoções e sentimentos, técnica dotada também de humor e uso de metáforas e piadas ou trocadilhos.

Figura 3 – *Memes* com pessoas que retratam reações dos internautas e comportamentos



Fonte: imagens manipuladas em circulação nas mídias sociais.
Autor não identificado.

Inicialmente utilizada com a finalidade de informar, pelas revistas, jornais, livros, cartazes, folhetos, *outdoors* etc., a fotografia ganhou grande projeção como registro com o advento das redes sociais. A produção e repercussão de *memes*, por meio dos quais

é possível atingir milhões de acessos no mundo, quase instantaneamente, produz inúmeros discursos temáticos, criando seguidores e repetidores. É uma audiência global de territorialidade demarcada por interesses e afinidades, e que leva a reboque os veículos e recursos da chamada “comunicação de massa”, agora conhecida como mídia social ou comunicação midiática.

Ao serem representados na forma de *memes*, “fatos” e “personagens”, passam a significar situações e/ou conceitos, por meio dos quais é possível a criação ou fabricação de discursos imagéticos potencialmente propagáveis e manipuláveis. Tal qual a arte imagética dos povos bárbaros, criada numa determinada época e local, que produziu discursos com significados diferentes quando foi incorporada ao Cristianismo – durante a Idade Média –, as imagens nos *memes* são igualmente manipuláveis, modificando, inclusive, o modo como seus próprios criadores a reconheciam inicialmente. Não há controle, e nem limites para as possibilidades de edição.

No passado, pinturas religiosas nas catedrais tinham seus discursos temáticos alterados em épocas distintas, conforme as necessidades momentâneas dos governantes e da Igreja, de acordo com as condições culturais, políticas e sociais da população. Atualmente, por meio da tecnologia, pode-se alterar uma matriz imagética com mais facilidade e com a mesma intensão. As edições agora são uma técnica mais popularizada, ou seja, o que numa dada época era ação de poucos, agora é uma técnica popular, e muito utilizada. No geral, entretanto, há um conjunto de possibilidades para produzir, manipular ou organizar as imagens – e as motivações são as mesmas: desejo de domínio ou notoriedade, variando pouco entre as diferentes culturas. Tanto as motivações de “sacerdotes” e “magos” da idade média, quanto a de agentes públicos e os atuais *influencers*, o objetivo

é convencer as pessoas e, na maioria das vezes, determinar ou dominar comportamentos. Alguns fatores econômicos, mais que outros, permitiram a criação de novos significados para o uso das imagens na comunicação, levando ao extremo diferentes discursos imagéticos, mais exacerbados em conteúdo e forma, como é o caso da propaganda e de imagens usadas nas campanhas de *marketing* político.

Imagens estão ligadas à dominação, à brutalidade, ao poder etc. e, ao mesmo tempo, podem indicar medo, perigo ou pavor. A imagem do “leão”, por exemplo, significou na Antiguidade a força e o poder de determinados reinados, como o de Salomão. Posteriormente, para os cristãos, significou o discurso da morte nas arenas. Como estátua, representa a proteção para palácios e moradias. Ilustra também no contexto popular brasileiro o “medo” da multa por fraude na declaração do “imposto de renda”, representada pela “mordida” do leão. A figura da águia, embora signifique sabedoria e esperteza, também foi utilizada como uma marca de propaganda e um dos símbolos do nazismo e também é a representação do sofrimento e dor no discurso imagético de *Prometeu acorrentado* (Figuras 4 e 5), obra atribuída a Ésquilo.¹⁰

As imagens primitivas das cavernas retratando cenas do cotidiano agora são os *memes* reproduzidos nas redes sociais com diferentes motivações, mas igualmente reproduzindo fatos corriqueiros, principalmente aqueles que têm ressonância nos grupos, tematizando fatos pitorescos e situações cômicas do cotidiano. Podem ilustrar situações agradáveis ou desagradáveis, e muitos são montagens preconceituosas e racistas. Imagens produzidas ao longo da história com o objetivo de representar situações místicas e divinas, além daquelas que representavam cenas de batalhas, caçadas e atividades do cotidiano, tinham um caráter

antropomórfico, ou seja, atribuíam aos deuses, aos elementos da natureza, aos animais e aos objetos em geral características humanas. Os *memes* também revelam essa característica.

Figura 4 – Prometeu acorrentado, de Rubens e Snyders –
Museu de Arte da Filadélfia



Fonte: Rubens [1610].

Figura 5 – Prometeu acorrentado, de Sébastien Adam –
Museu do Louvre



Fotógrafo: Ricardo Rodrigues.

Figura 6 – Memes de animais com características antropomórficas



Fonte: imagens manipuladas em circulação nas mídias sociais.
Autor não identificado.

Essa técnica de “animação” das imagens permanece como forte expressão de vontade e sentimentos, e algumas características humanas são mescladas com os animais nos *memes* que circulam na internet para demonstrar o que pensam os indivíduos. Os animais domésticos são personagens conhecidos por suas habilidades e comportamentos semelhantes ao da espécie humana, e particularmente são personagens bem-sucedidos na prática de comunicação nas redes sociais.

Tematização

A palavra “tematização” não consta em nenhum dicionário, seja na língua portuguesa, seja no inglês, espanhol, francês, italiano, alemão etc. Apesar disso, por analogia com outras situações encontradas em outros verbetes, o termo pode ser associado à palavra “tema” cujo significado é: “Proposição que vai ser tratada ou demonstrada. Assunto”. (TEMA, 1988) Em pesquisa recente sobre organização de acervos imagéticos, Rodrigues

e Simeão adotaram o termo para definir o caminho traçado pela fotografia, quando inserida nos acervos de instituições. Nesse caso, os autores adotaram a palavra “tematizar” (um neologismo) no sentido de criar ou propor tema (assunto) a alguma coisa, como substantivo, “tematização”, significando o ato ou efeito de tematizar. Apesar da inexistência “oficial” da palavra, com base nos significados decorrentes do verbete “tema”, pode-se compreender conceitualmente a tematização como a ação ou ato de propor significados específicos a um objeto ou coisa. (RODRIGUES, 2011)

De uma forma geral, inúmeras coisas que podem ser tematizadas, ainda que não tenham sido produzidas inicialmente com o objetivo específico da tematização à qual são submetidas em determinados momentos e/ou lugares. Em muitos casos, os registros imagéticos são criados para atender a uma finalidade e, embora pareçam estar “fechadas” dentro desse propósito, podem vir, mais tarde, vinculados a outros temas, às vezes bem distintos, como acontece nos *memes*. A foto de um prédio pode ser um documento de sua arquitetura e, anos mais tarde, ser referência de uma edificação que invadiu o espaço público ou a lembrança de algo que foi demolido e não existe mais.

Na fotografia, a técnica de tematização permite mostrar coisas invisíveis existentes nas coisas visíveis. É um triunfo para a mídia atual, notadamente nas práticas das pessoas ao se comunicarem nas redes sociais, pois trata-se de uma peça de expressão de sentimentos primitivos e de reação a fatos importantes que acontecem na sociedade. Como importante prova documental, perde credibilidade nos processos de manipulação, mas tem aceitação na audiência e vem com validade demarcada pela fantasia ou piada que sugere. Expõe publicamente uma impressão coletiva acerca do tema que propõe.

Figura 7 – *Meme* famoso com fundo musical, reproduzido milhões de vezes e utilizado em diferentes versões nas redes sociais do mundo inteiro, para ilustrar o fim de alguma coisa ou anunciar esse fim



Fonte: imagem manipulada em circulação nas mídias sociais.
Autor não identificado.

De maneira geral, uma imagem qualquer, desprovida de um contexto no qual se encaixe e se compartilhe, não possui nenhum discurso que lhe dê um significado prático. Nas redes sociais, esse significado pode ser criado também por meio da “tematização” que, além de permitir a visualização dos discursos explicitamente pertinentes ao registro, pode alterá-lo em parte ou modificá-lo totalmente, influenciando na forma como as pessoas percebem e assimilam a imagem e os fatos na comunicação em rede.

Uma mesma imagem (objeto) pode aparecer em discursos temáticos diferentes, acarretando sentidos diversos, influenciados pelas características de quem produziu ou de quem a manipulou. Os discursos produzidos pela tematização, principalmente nas redes sociais, permitem a interação entre os indivíduos que os produziram e aqueles que convivem ou concordam com a tematização proposta. Ao produzir o discurso em um *meme*, por exemplo, o indivíduo cria significados que são influenciados em parte pela sua cultura, suas ideologias, sua posição social, sua cognição e sua imagem mental. Essas características devem estar de acordo com àquelas vinculadas ao discurso e ao público que se destina,

caso contrário não haverá a possibilidade de comunicação entre produtor e usuário e a tematização resultará inócua. Aquele que cria o discurso da tematização (emissor) procura persuadir aquele que absorve esse discurso (receptor), daí a compatibilidade e a importância de observar as estatísticas de reprodução de mensagens na internet e sua capacidade de “viralizar” com diferentes públicos. É um índice que revela muitas vezes as preferências e apelos sociais e audiências.

O discurso da tematização dá-se no nível da produção, ou seja, na mente de quem o produziu, situando-se na condição de um “pré-discurso” que possivelmente induzirá a tematização de seus detalhes. No momento em que o emissor prepara as informações a serem comunicadas, já possui prévias impressões de efeitos. Todavia, o discurso só se realizará na sua plenitude quando absorvido por alguém (receptor) que “fecha” a primeira parte do ciclo da comunicação.

Imagem e memória

A imagem, nos seus mais variados suportes e técnicas, sempre foi um dos principais instrumentos utilizados na comunicação na história da humanidade. Não só como elemento de prova e resgate de memórias e sentidos, mas como um registro que demonstra a capacidade de criação e inovação técnica. Nos dias atuais – graças à tecnologia, tornou-se facilmente manipulável – ganhou grande destaque, em especial com a disseminação de informações nas redes sociais. A comunicação é global, e carrega as técnicas de hipermediação (MIRANDA; SIMEÃO, 2014) que consiste na combinação da informação em suas múltiplas dimensões: texto, imagem e áudio. Nas redes sociais, as operações técnicas hipermediáticas

são descritas por Miranda e Simeão (2014, p. 50) como AV3, ou seja, “animaverbivocovisualidade”

O (a) AV3 é, finalmente, um tipo de linguagem que se apresenta por meio da convergência tecnológica complementada pelo hibridismo de formatos e registros e que desperta uma ação criativa integradora de sentidos. Essa linguagem vem potencializando a composição das estruturas de informação tornando-as mais complexas e ecléticas em termos de conteúdo e ao mesmo tempo cada vez mais ‘encantadoras’ e sedutoras não somente ao ‘olhar’, mas a uma percepção integrada de todos os sentidos. A linguagem combinatória do AV3 aciona assim a organização de compostos derivados das estruturas convencionais de texto, imagem e som para transformá-las em novas estruturas, conciliando suas diferenças em possibilidades concretas de informação e sentido.

A invenção da fotografia, ocorrida no período da Revolução Industrial, permitiu, desde o seu surgimento, uma expansão gradativa de tecnologias tanto para a produção e também para o uso e edição de imagens, primeiramente de forma mais seletiva e quase individual e, posteriormente, de maneira mais massificada, ilustrando jornais, revistas, mídias publicitárias, documentos técnico-científicos etc. A imagem registrada deixou de ser apenas arte e memória individual, tornando-se informação e conhecimento dos coletivos, nesse sentido, é produzida e divulgada pelas diversas mídias, principalmente como suporte às informações textuais, transformando-se em memória social:

Blogs e portais de depoimentos como o Museu da Pessoa oferecem essa oportunidade de registrar as memórias individuais, de transformar o privado em público, de autorizar a reformatação das memórias, e acima de tudo, de dividir a autoria. O coletivo parece ser o atributo principal que faz do ciberespaço um grande centro virtual da memória do mundo. (DOBEBEI; GOUVEIA, 2008)

Imagens expressam com mais intensidade momentos e sentimentos, sendo cada vez mais utilizadas como registro de “expressão”. A memória social é um registro e a tecnologia trás o “ânimo” e alcança audiência ainda que de forma efêmera e transitória. Os registros de imagem – combinados todos os outros – são uma tática de comunicação e expressão que realizam a memória da sociedade atual. Dobebei e Gouveia (2008) destacaram no contexto das configurações da pesquisa sobre memória a importância do tema “Como se configuraria a memória nessa época de quebra de fronteiras espaciais, de crise de identidades e de ubiquidade? Como enfrentar o desafio de selecionar memórias?”. De fato, um problema que permanece atual com soluções inconclusivas, principalmente se nos referimos ao contexto de organização da imagem. Ostrower (1987) afirmou que a memória é um exercício contínuo de ligação de passado e futuro, e que ao atravessar o presente, compreendemos a ligação que determinado fato ou situação teve com o passado. E ao aguardar o futuro, incerto, reformulamos as intenções e nos precavemos ou preparamos:

[...] As intenções se estruturam junto com a memória. São importantes para o criar. Nem sempre serão conscientes nem, necessariamente, precisam equacionar-se com objetivos imediatos, Fazem-se conhecer, no curso das ações, como uma espécie de guia aceitando ou rejeitando certas opções e sugestões contidas no ambiente. (OSTROWER, 1987, p. 18)

Se a intenção da memória é dar sentido para a existência atual e projetar o futuro por essa experiência, devemos concluir que a tecnologia poderá moldar o ritmo mais acelerado das práticas comunicacionais e de produção de registros. Particularmente, sobre a produção de imagens, uma multiplicidade de combinações deverá conduzir sua apresentação estética e combinatória. Desde os tempos das cavernas, a partir do desenvolvimento mental e da capacidade de gerar, memorizar (armazenar) e transmitir

conhecimentos, o homem primitivo pôde melhorar seu padrão de vida e iniciar ações de convivência comunitária e social.

Embora tenhamos avanços científicos e tecnológicos e uma sociedade globalizada, a natureza primitiva permanece e se mostra da mesma forma com a tecnologia utilizada como um motor para acelerar e enfatizar a comunicação, tornando o papel cultural das imagens e todas as combinações possíveis dos signos imagéticos decisivos para convencer e dominar. As imagens estão diretamente relacionadas às mentalidades e às intenções de seus criadores e sua importância cultural e histórica reside nos usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória como registro mais impactante e sensível na comunicação.

Notas

- ¹ As imagens deste capítulo foram retiradas de WhatsApp e redes sociais, e quase sempre não tem qualidade técnica ou resolução e são de autoria desconhecida.
- ² Os signos imagéticos envolvem inúmeros tipos de imagens e uma grande quantidade de técnicas e materiais que são utilizados para a sua produção, incluindo madeira, pedra, argila, osso, couro, materiais orgânicos em geral, metais, papéis, acetatos, suportes digitais, desenho, pintura, escultura, fotografia, cinema, televisão, *web*.
- ³ Os sítios mais conhecidos e estudados encontram-se na Europa, sobretudo França e no norte da Espanha, Portugal, Itália, Sicília, Alemanha, Balcãs e Romênia. No norte da África, na Austrália, na Sibéria e Brasil também existem sítios, porém menos estudados que os europeus. Os mais famosos são Lascaux, na França, e Altamira, na Espanha.
- ⁴ Embora tenham sido encontrados também colares, estatuetas e esculturas, amuletos e outros tipos de imagens representando principalmente rituais e motivos religiosos, as pinturas rupestres são o tipo de imagem mais comum nessas cavernas. Segundo muitos historiadores e arqueólogos, a arte rupestre, juntamente com os outros tipos de imagens, foram as primeiras manifestações de arte produzidas pelo homem.
- ⁵ Comunicação na sua acepção mais simples de emitir, transmitir e receber mensagens.

- ⁶ Muitas das chamadas imagens “primitivas” tinham qualidades técnicas e estéticas comparadas a imagens de séculos recentes, principalmente algumas pinturas rupestres que se assemelham a imagens impressionistas.
- ⁷ Reis, igrejas, governos, intelectuais, professores, mídias de comunicação e de publicidade etc.
- ⁸ Desde a Antiguidade, uma vez que poucas pessoas sabiam ler e escrever, a leitura era feita em voz alta, principalmente em locais públicos, pelos escribas e por uns poucos “letrados”. Embora haja registros que mostram alguma leitura silenciosa na Antiguidade e início da Idade Média, era raro que uma pessoa lesse em voz baixa ou em silêncio. Nos mosteiros, até a Renascença Carolíngia, os copistas faziam as cópias a partir dos textos que liam em voz alta ou que eram ditados por outros copistas. Com a proliferação de textos, no decorrer dos séculos seguintes, a leitura pode ser feita por um número maior de pessoas que adquiriram o hábito de ler em silêncio para si mesmas. A leitura coletiva em voz alta, todavia permaneceu – e ainda permanece – em muitas culturas.
- ⁹ O Índice dos livros proibidos só foi abolido em 1966, pelo Papa Paulo VI.
- ¹⁰ Algumas versões em texto da obra de Ésquilo e algumas pinturas sobre o tema trazem a figura de um abutre em lugar da águia.

Referências

- BATE-PAPO com Richard Dawkins (ENG). [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (82 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CDIt8IKSA0Q>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- BAUMGART, F. *Breve história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CHARTIER, R.; CAVALLO, G. *História da Leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998. v. 1.
- DAWKINS, R. *O gene egoísta*. [S. l.: s. n.], 1976.
- DOBEBEI, V.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6345>. Acesso em: 4 jul. 2021.
- FISCHER, S. R. *História da leitura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 2007.
- KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia*. São Paulo: Ateliê, 2007.
- MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. Da comunicação extensiva ao hibridismo da animaverbivocovisualidade (AV3). *Informação e Sociedade: Estudos – Periódicos*

- João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 49-62, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ics/article/view/19075>. Acesso em: 4 jul. 2021.
- MCLUHAN, H.; FIORE, Q. *O meio são as massa-gens*: inventário de efeitos. Rio de Janeiro: Record, 1969.
- OSTROWER, F. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- (O) QUE é um meme. *Blog Tecnologia na Educação*, [São Paulo], 2 jun. 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4629/o-que-e-um-meme>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- RAMOS, M. Um breve ensaio sobre a fotografia e a leitura crítica do discurso fotográfico. *Revista Studium – Unicamp*, Campinas, [201-]. Disponível em: www.studium.iar.unicamp.br/23/menandro/index.html. Acesso em: 3 fev. 2021.
- RUBENS, P. P. *Prometeu*. [1610]. Pintura, óleo sobre tela, 242,6 x 209,5 cm. Disponível em: <https://virusdaarte.net/rubens-prometeu-acorrentado/>. Acesso em: 4 jul. 2021.
- TEMA. In: DICIONÁRIO Aurélio da língua *portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- RODRIGUES, R. C. *Análise e tematização da imagem fotográfica*: determinação, delimitação e direcionamento dos discursos da imagem fotográfica. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

Memórias e testemunhos documentais no contexto das coleções especiais e arquivos do Lugares de Memória da UFBA

Maria Alice Santos Ribeiro
Joseane Oliveira da Cruz

INTRODUÇÃO

O homem da Antiguidade, ao sentir a necessidade de se comunicar, realizou esse ato através de desenhos em pedras, evoluindo para a escrita em papiro, couro e papel. Com o passar dos séculos, a importância da comunicação foi se tornando cada vez maior e com isso começaram a surgir os aparelhos de comunicação como rádio TV, gravadores etc. e as mídias sociais, que nos dias atuais permitem a comunicação através da internet.

Essas transições dos suportes da escrita possibilitaram a evolução social e cultural na civilização. E o armazenamento desses registros escritos deu origem às bibliotecas, aos arquivos e aos centros de documentação, que não só representavam *status*, mas também, a consolidação de memórias que podiam ser perdidas de uma geração a outra, caso não se pensasse na sua preservação. A linguagem da escrita, portanto, possibilitou registrar e passar adiante a cultura por diversas gerações subsequentes. E os documentos nos seus variados suportes materiais, como fontes e registro de informação possibilitaram a representação, o testemunho e contextualização da memória da humanidade.

Este texto, utilizando-se das experiências e informações condizentes com os acervos arquivísticos e bibliográficos do espaço informacional Lugares de Memória da Universidade Federal da Bahia (UFBA), propõe abordar questões sobre patrimônio bibliográfico, custódia de acervos e arquivos privados em ambiente universitário e, a importância da preservação para a história e a memória cultural de uma sociedade. Por conseguinte, este texto está composto pelas seguintes seções: “Lugares de Memória: um cenário de informação”; “Arquivos: fios de memórias e testemunhos de vida”; “Documentos de memória e a preservação digital para o não esquecimento”; e “Considerações”.

Lugares de memória: um cenário de informação

Para demarcar o contexto, iniciamos esta seção refletindo a propósito da palavra “lugares”, como um determinado espaço no qual o indivíduo encontra condições que o estimule a desenvolver uma relação de identidade e afetividade com o ambiente,

resultando em lembranças e memórias, sejam elas em parte sejam ao todo.

Alusivo à consciência, para Nora (1993, p. 9), “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]” cuja essencialidade conduz a evocação do pretérito. Igualmente é passível de consideração que as memórias individual e coletiva, podem advir em algum lugar que lhes imprimem uma referência e, as mudanças empreendidas nesses lugares consecutivamente acarretam mudanças na percepção da realidade e de vidas na qual permanecerão registradas.

Nesse ponto de vista, a memória é reconstituída no presente, a partir do resgate de vivências do passado sobre o qual se deseja refletir e entender e, mesmo sabendo que conceitos como memória e identidade estejam, intrinsecamente, ligados vale aqui considerar que os processos memorialísticos remetem a uma dimensão social e, por extensão, institucional. Busca-se, contudo, ressaltar e perceber que o valor simbólico atribuído aos saberes, documentos, artefatos entre outros custodiados pelas instituições de memória, parte de sua significância como patrimônio, estando os mesmos, portanto, vinculados à história e a memória individual e/ou coletiva. (RIBEIRO; CORREA, 2020)

No âmbito do patrimônio, vale destacar que a concepção antropológica de cultura provocou a ampliação do conceito de patrimônio, ultrapassando a ideia de bens materiais, imateriais, naturais ou construídos por uma pessoa ou um povo. Na Declaração do México, apresentada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1985, a noção de cultura como patrimônio adquiriu maior dimensão. A cultura, inserida no contexto de patrimônio, passa a ser entendida como modelos de organização simbólica do gênero humano,

construída historicamente de forma dinâmica e ininterrupta, ampliando seu construto a partir dos saberes de grupos, de uma sociedade ou sobre outras sociedades. Engloba maneiras de o ser humano viver, pensar e se expressar, reconhece como sistemas de valores e tradições as manifestações simbólicas dos seus cerimoniais, saberes e práticas.

Em razão da finalidade e das condições, lugares especiais e de memória intermediam e contribuem para preservação do patrimônio, da memória e da produção da história. Para Pierre Nora (1993), esses “lugares de memória” são instituições produtoras, detentoras ou custodiadoras de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos de valor. Nesses espaços possíveis de estudos e pesquisas, encontram-se memórias reproduzidas através de elementos, sejam eles pessoais ou institucionais, que investem no simbolismo e na lembrança.

Conquanto inaugurado em 2015, o Lugares de Memória retrata, por meio do seu acervo especial, o passado e o presente da primeira universidade baiana. E, no que se refere ao futuro, tem a missão de preservar não só a memória institucional da UFBA, mas, também, contribuir para resguardar a história política, social e cultural da Bahia, uma vez que a Universidade está associada com a história deste Estado desde a vinda da Família Real ao Brasil e a institucionalização do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, ocorridos simultaneamente entre os anos de 1807 e 1808.

Com a compreensão das multifaces que a biblioteca ao longo do tempo tem se apresentado, o espaço resguarda em distintos ambientes um patrimônio bibliográfico, arquivístico, museológico e artístico de inigualável riqueza histórico-cultural, que na sua maioria procedem da incorporação de bibliotecas institucionais, da doação e da compra de bibliotecas privadas, de objetos e arquivos institucionais e privados. Este perfil de agregar diversos

“objetos de memória” em seu espaço condiz com ponto de vista de Cataldo e Loureiro (2019, p. 17) ao considerar que “objetos contam sua própria história e a história das instituições ou pessoas que os possuem ou possuíram”, devendo ainda considerar as relações que se estabelecem entre a memória e questões que envolvem os lugares, identidades, tempos e poderes.

Dividido em representativos espaços informacionais: Estudos Baianos, Arquivo Histórico e Memorial UFBA, nesses setores, encontram-se acervos de coleções especiais de diversificadas procedências, sejam privados ou institucionais e, variadas tipologias documentais publicadas nos séculos XVIII e XIX. “As coleções são representações de memória, e trazem em si valores atribuídos por seus colecionadores”. (RIBEIRO, 2010) Em muitas obras, tem-se a possibilidade de identificar, inclusive, seus proprietários por apresentar as marcas de propriedade dos pesquisadores, professores e ex-alunos.

Dentre os mais antigos acervos a ser incorporados, estão os das escolas e unidades de ensino superior, constituídas quando da criação da Universidade da Bahia (UBA), estabelecida em 8 de abril de 1946, através do Decreto-Lei nº 9.155. (TOUTAIN; SILVA, 2010) O longo conjunto de obras, provenientes das bibliotecas da UBA, atualmente compõe a especial Coleção de obras valiosas, impregnada de elementos referenciais e marcas de proveniência, onde cada objeto de informação carrega evidências “[...] como suporte de memórias que guardam em si falas e trajetórias [como testemunhos documentais]”. (CATALDO; LOUREIRO, 2019, p. 17) O material bibliográfico utilizado para o ensino e os documentos normativos de instalação e gestão da Universidade da Bahia (UBA), em formato de publicação impressa, contam a história da gestão e são fontes de informação essenciais para testemunho e interpretação das disciplinas

e dos currículos do ensino superior da época. Agregados a esse grupo, igualmente, acha-se as publicações seriadas – periódicos, boletins, jornais etc. – cujo valor de patrimônio bibliográfico e documental desperta na comunidade acadêmica um sentimento coletivo de preservação de memória, identidade e pertencimento.

A UBA, em 1968, foi reestruturada como autarquia federal e passa a denominar-se Universidade Federal de Bahia (UFBA) nos termos da lei e do seu estatuto, o que possibilitou a ampliação de cursos de graduação e a implantação de cursos de mestrados e doutorados. Naturalmente, essa nova formação institucional também instigou uma mudança na política de formação das coleções bibliográficas.

Dentre as coleções especiais, a Coleção de teses e dissertações, representa a principal memória institucional da universidade no que condiz ao perfil das pesquisas desenvolvidas na UFBA. Imbuído pelo atributo de patrimônio documental, uma vez que são produzidas com base acadêmico-científica, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFBA, essa relevante coleção de depósito obrigatório retrata a historiografia e a trajetória da UBA (1946-1950) e da UFBA (1950-), nos aspectos científicos, culturais e políticos.

Para Oliveira (1985, p. 3) citado por Nardino e Caregnato (2005, p. 384), obras raras podem ser conceituadas em duas “[...] categorias: obras comprovadamente raras e obras circunstancialmente raras”. A Coleção de obras raras do Lugares de Memória (séculos XVI ao XVIII), inserida na primeira categoria, enquadra-se nas obras impressas até o final do século XVIII, cuja produção e esforço nas etapas de fabricação eram todas artesanais.

A riqueza de informação nessas obras raras resultou no projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) 2017/2018 “Estudo das representações sociais dos séculos XVI a XVIII nas obras raras do Lugares de Memória do SIBI/UFBA”

(2018). O projeto teve como proposta a análise de conteúdo, cujo estudo de determinados termos, construções e referências nos “discursos” podem revelar ao investigador, a perspectiva social, religiosa, econômica e política do Brasil Colônia, descritas nas obras raras dos séculos XVI a XVIII. (BARDIN, 2011)

No que se referem aos incunábulo, impressos no Brasil no início do século XIX pela Imprensa Real, e aos exemplares da Tipografia Silva Serva, primeira tipografia particular autorizada em 1811, pelo Príncipe Regente, a funcionar na Província da Bahia essas obras possibilitam estudos e pesquisas que permitem compreender e interpretar os atos dos poderes constituídos no período sobre autorização e controle da informação no Brasil Império.

Concernente aos aspectos da preservação de patrimônio bibliográfico e documental universitário, a gestão de coleções raras e especiais requer uma visão crítica utilizando-se de critérios na definição e na avaliação, oferecendo de forma clara e embasada os principais elementos técnicos e legais no tratamento desse tipo de acervo. Nesse sentido, as práticas de descrição e organização, tanto no que se refere ao tratamento do material quanto aos expedientes, anexação e normalizações concernentes à formação e à estruturação de coleções de livros raros ou especiais em bibliotecas universitárias, devem estar ajustadas à política de acervo da instituição. (VIEIRA; ALVES, 2015)

Nessa lógica, com base em instrumentos normativos e técnicos, a coordenação do Lugares de Memória atua na gestão documental nos aspectos da aquisição, seleção, representação descritiva e preservação do patrimônio documental da UFBA por ele custodiado. Em 20 de agosto de 1984, a Portaria de Depósito Legal estabeleceu o cumprimento do “depósito obrigatório de toda documentação publicada, coeditada ou produzida pela UFBA”. Este instrumento legal permitiu a formação da Coleção da Editora

da UFBA (Edufba) cuja proposição além de salvaguardar o conjunto bibliográfico da editora universitária e suas antecessoras do mesmo modo garantiu a preservação da história e da memória intelectual e cultural da comunidade acadêmica da UFBA. Igualmente, destaca a importância das noções de memória e patrimônio na representatividade das 20 bibliotecas particulares de personalidades baianas de ex-professores e ex-reitores da universidade que configuram a Coleção de bibliotecas privadas de acadêmicos da UFBA,

Com prevalência das ciências humanas e sociais, pesquisadores, ex-reitores, ex-professores e intelectuais acumularam ao longo de anos de estudos, leituras e pesquisas riquíssimo material a respeito da nossa história e cuja trajetória pessoal e profissional também possibilita compreender como a memória biográfica de determinadas personalidades, vinculadas ou não à UFBA, se mescla, nas suas devidas proporções, à história da nossa Universidade, da nossa cidade e do nosso estado. (RIBEIRO; CORREA, 2020, v. 1, p. 86)

Constituída com variadas obras para uso exclusivo de estudos ou prazer pessoal, segundo Costa e Napoleone (2017, p. 1), “uma biblioteca particular é resultado da trajetória de vida de uma pessoa: através dela pode-se penetrar, conhecer e refletir sobre o mundo do colecionador”, portanto, tudo o que se insere ou se inscreve no interior e exterior desses livros é significativo e deve merecer tratamento especial.

Em princípio, todo tipo de intromissão e particularidades como dedicatórias, anotações marginais, marcações de página, materiais anexados às obras carregam marcas pessoais dos ilustres leitores/colecionadores. Para Cataldo e Loureiro (2019, p. 6),

[...] livros provenientes de bibliotecas privadas e que em determinado momento foram institucionalizados, [...] trazem consigo o lastro de seus donos e estão impregnados

de memória que em muitos casos conferem aos livros uma identidade.

Por conseguinte, fornecem elementos norteadores que podem ser utilizados na definição de acervos especiais custodiados, assim como oferece preciosos subsídios para o trabalho técnico organização dos acervos.

Nesse sentido, espera-se que a gestão de coleções raras e especiais esteja correlacionada à política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias, a fim de compatibilizar as ações de desbastamento do acervo – remanejado ou descartado – com os critérios vigentes para a classificação de uma obra especial ou de um livro raro. Diante dessa constatação, é fundamental refletir sobre a definição e o sentido das coleções especiais, já que no atual momento estão sendo cada vez mais incorporadas às bibliotecas universitárias.

Arquivos: fios de memórias e testemunhos de vida

Surgido nos palácios do Oriente e do Ocidente para fins administrativos, durante a Idade Média (séculos XII a XVI), os arquivos se recompõem, criando instituições separadas das *bibliothecas*. Do século XVI ao século XVIII, institui serviços com o objetivo de recolher documentos de autoridade, constituído de valor jurídico, para finalmente “no século XIX ser atribuído ao documento valor de prova, contestação e testemunho, sendo que esse último valor com sentido de reconstituir a história [e memória de atos do passado]”. (ELIAS; PINTO, 2016, p. 18)

No Brasil, no ano de 1937, surgem atos legais¹ elaborados no intuito de guardar e preservar a memória nacional. Posteriormente,

a Lei de Arquivos² brasileira, instituída em 1991 também para atender a essa finalidade, define em seu artigo 12 a importância dos arquivos privados, quando afirma que eles “poderão ser identificados pelo Poder Público, como de interesse público e social, se considerados como fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional”. Naturalmente, a universidade imbuída de sua missão não poderia deixar de atender a esse compromisso social.

Desse modo, no desempenho de sua finalidade institucional, o Lugares de Memória da UFBA, como ambiente informacional multidisciplinar, mantém em seu espaço, não só as bibliotecas particulares, mas os arquivos pessoais de ex-professores e arquivos institucionais recebidos por transferência de instituições e de grupos de pesquisas, referidos no Quadro 1. Recolhidos e custodiados, esses arquivos privados apresentam o escopo condizente com a definição de Schellenberg (1974, p. 19), que afirma:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito num arquivo de custódia permanente.

Diante do valor simbólico e informacional, imprescindível aplicar recursos e técnicas que possam dar garantias para conservação preventiva, preservação³ e acesso aos arquivos privados, até que atinjam o *status* de patrimônio histórico documental quando estes documentos se constituem como prova ou memória, conforme se observa na literatura arquivística. (ELIAS; PINTO, 2016)

Quadro 1 – Arquivos Privados do Lugares de Memória do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) da UFBA

Arquivo	Arquivos Pessoais	
		Carlos Ott (Karl Borromaeus Ott) – 1908-1997
		Consuelo Pondé de Sena – 1934-2015
		Frederico Grandchamp Edelweiss – 1892- 1976
		Godofredo Rebelo de Figueiredo Filho – 1904-1992
		Ildásio Marques Tavares – 1940-2010
		José Calasans Brandão da Silva – 1915-2001
		Judith Grossman Telles – 1931-2015
		Luís Henrique Dias Tavares – 1926-2020
		Manoel Pinto de Aguiar – 1910-1991
	Arquivos Institucionais	
		Os Manuscritos da Coleção Santo Amaro-Manuscritos Baianos (AMB) – Séculos XVIII ao XX
		Diretoria da Instrução Pública da Bahia – Século XVIII
		Antigo Consulado Alemão da Bahia – 1905-1941.
		Assessoria de Segurança e Informação – Arquivo da Ditadura e Lutas Políticas – 1964-1985

Fonte: elaborado pelas autoras através de dados obtidos do acervo Lugares de Memória, no SIBI da UFBA.

No livro *Arquivos modernos*, traduzido para a língua portuguesa, no ano de 1974, Schellenberg (1974, p. 18) já recomendava que o “arquivista moderno” precisava de uma “nova definição para o termo arquivo”, pois, segundo o autor, selecionar da massa de documentos, organicamente acumulado por instituições públicas ou privadas, os que devem ser preservados permanentemente seria um problema para o arquivista. Ao se debruçar sobre a história

dos arquivos se constata que no decorrer dos tempos, a constituição e usos dos arquivos foram se modificando, diferenciando e, conseqüentemente, ampliando sua finalidade.

Na atualidade, ao refletir sobre a produção de informação na sociedade do conhecimento, observa-se que a profusão de documentos textuais e “documento não textual” tem-se ampliado em consequência da evolução técnica, científica e cultural ocorrida entre os séculos XX e XXI. Nesse sentido, o conceito de arquivo já amplamente debatido nos últimos dois séculos continua a passar por modificações conceituais, cuja intenção visa atender aos desafios de uma sociedade que cada vez mais produz, processa e disponibiliza informação e conhecimento.

No que compete aos arquivos institucionais, os documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais decorrem de suas atividades específicas e possuem uma relação e um processo de “[...] acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo” (COOK, 1998, p. 131-132), daí ser fundamental atuar a partir do estudo das atividades que geraram a documentação: sua organicidade.

Quanto aos arquivos pessoais, resultantes de atividade literária, administrativa, política, científica e cultural de um cidadão, embasam algumas reflexões sobre o ponto de vista da falta de unidade orgânica, sendo considerados “mais artificiais, antinaturais, arbitrários” por Cook (1998, p. 132), pois “[...] não possuem qualquer estrutura indicando que certos documentos foram ou deveriam ter sido criados/preservados [...]” (EASTWOOD; MACNEIL, 2017, p. 303), mesmo assim, pela relevância e o caráter permanente eles são conservados e preservados em definitivo, devido ao seu valor histórico.

Por conseguinte, esse tipo de documentação tem sido muito utilizado na pesquisa social e historiográfica, aprofundando diversas reflexões sobre o lugar que histórias de vida têm ocupado na pesquisa das Ciências Humanas. Porquanto reunidos em espólio, a acumulação de datiloscritos, tiposcritos e “documentos não textuais” igualmente tem sido fontes essenciais para subsidiar a escrita sobre a vida do produtor dos documentos arquivísticos em contextos de memórias e testemunhos de resgate contra o esquecimento.

Nesse contexto, podemos exemplificar dois arquivos pessoais custodiados no espaço. O primeiro, o Arquivo José Calasans, medindo aproximadamente 4,4 metros lineares que foi mapeado e identificado em planilha Excel. Esse instrumento de pesquisa além da identificação dos documentos textuais e iconográficos facilitou o acesso e a disseminação do acervo. Considerando o notório valor histórico, científico e cultural da documentação sobre a Guerra de Canudos (1896-1897), o espólio de José Calasans também foi objeto de pesquisa e projetos entre 2017 e 2018. (OLIVEIRA; SILVA, 2018)

O segundo exemplo, o Arquivo Godofredo Filho, é constituído de 14.550 itens documentais acumulados durante seus 88 anos de vida. Esse acervo sobre a vida, obra e pensamento do escritor-poeta encontra-se disponibilizado no Catálogo *on-line* resultado do Projeto “A metainformação em arquivos pessoais: ACESS para o Wikimedia (2016)” aprovado pelo Pibic na UFBA entre 2015 e 2016.

No tocante ao “documento não textual”, vale levar em consideração que a expressão “[...] ‘documento não textual’ se refere ao “documento cuja informação é constituída de sons, imagens, etc. [...]”. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 288) Portanto,

custodia em seu espaço discos de vinil, cds, *slides*, plantas arquitetônicas, filmes HVS, pinturas e arquivo fotográfico com mais de três mil imagens de eventos acadêmicos, cerimônias de prêmios e posses, inaugurações de construções, manifestações políticas etc., do período de 1946 a 2012.

No que se refere ao acervo fotográfico, pela importância e para preservação da memória institucional da UFBA, foi aprovado pelo Pibic da UFBA (2018-2019) o Projeto “A documentação fotográfica nos reitorados da UFBA (1946-2010) – memória e informação (2019)”, cujo objetivo principal foi o mapeamento de informação, tratamento técnico, digitalização do acervo fotográfico do período 1946-2010.

O diagnóstico da documentação fotográfica do antigo Departamento Cultural da UFBA teve início em 17 de julho de 2018, por uma equipe composta de profissionais e estudantes de áreas interdisciplinares. Durante esse projeto, buscou-se especialmente compreender o contexto histórico em que foram produzidas as fotografias.

Para tanto, fez-se necessário realizar pesquisas para atribuir significados às imagens fotográficas, observando que os sentidos não deveriam ser representados tão somente por sua identificação temática, mas, similarmente pelo contexto funcional e simbólico e, assim, evitar uma abordagem metodológica empobrecedora. No que condiz ao mapeamento descritivo, foi composto a partir de anotações encontradas no verso de algumas fotografias, por depoimentos e testemunhos sobre os registros fotográficos, possibilitando a delimitação dos códigos exemplificados no Quadro 2 para o Plano de Classificação dos Documentos Fotográficos.

Quadro 2 – Códigos de registros das fotografias

RES-1_1-0001v / RES-1_1-0001r			
Código	Siglas	Numeração em ordem cronológica	Siglas
RES-1_1	R - REITORADO	0001v	v- verso
	E- EDGAR	0001r	r- reverso
	S- SANTOS		

Fonte: adaptado de Toutain, Oliveira e Barbosa (2019).

Para facilitar a pesquisa dos itens (fotográficos) identificados, é utilizada uma planilha Excel, como instrumento de pesquisa, cujo acesso ocorre após cumprir os procedimentos legais, em atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Paralelo ao mapeamento, foi realizado a digitalização da documentação fotográfica. Essa migração do registro analógico para o digitalizado possibilita a disseminação do acervo, o acesso à informação com mais agilidade, além de contribuir para a preservação dos originais.

Por conseguinte, os resultados desse trabalho de pesquisa foram a preservação, a publicização e o acesso a esta significativa fonte de informação para a história e para a memória institucional da UFBA. Ao utilizar-se de informações de arquivo fotográfico como testemunhos simbólicos e visuais, surgem possibilidades de se compreender e reconstituir eventos e ações de personagens fotografados, além de se buscar uma compreensão dos fatos ocorridos, nos contextos e nos períodos registrados.

Figura 1 – Comemoração dos 20 Anos da UFBA



Fonte: arquivo fotográfico do Lugares de Memória, no SIBI da UFBA.

Ao contato com a fotografia ou com um arquivo privado, tem-se a princípio uma percepção de ser a memória um fenômeno individual. Entretanto, Halbwachs (1990) e Pollak (1992) contrapõem-se a ideia de existir meramente a memória individual uma vez que a memória também deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social já que ao rememorar fatos passados esta resgata e se forma de elementos constitutivos e de acontecimentos vividos, vinculados a lembranças de grupos aos quais pertencemos. A fotografia como recurso informacional, portanto, ao complementar, confirmar ou aprofundar as informações relacionadas ao fato que esta sendo lido ou estudado, nos dá subsídios para entender o mundo em diversas óticas.

Documentos de memória e a preservação digital para o não esquecimento

A importância da preservação dos documentos de memória passa pela compreensão do termo “documento”, uma vez que para Valente (1978, p. 177) nada impede o uso dos “termos testemunho, fonte, vestígio, marca, sinal” como sinônimos de documento, porquanto todos estão relacionados ao conceito de “prova”. No mesmo entendimento, Vicente Cortes Alonso (1989, p. 57) afirma que documento representa o “testemunho da atividade do homem, fixado em um suporte perdurável”, complementado por Otlet ([19--] apud ARAÚJO, 2014, p. 102), no sentido de que abarca fontes de informação e registros que possibilitam o testemunho nos mais diversos suportes, sejam textuais – impressos, manuscritos, digitais – ou não textuais – fotografia, escultura, pintura, imagem em movimento, registros fonográficos etc. – compondo acervos de representação da memória da humanidade.

As noções de patrimônio cultural naturalmente mantêm-se associadas às de memória, uma vez que os bens culturais são preservados em função da representação de sentidos e das conexões que mantêm com as identidades culturais. De acordo com Oriá (2004, p. 139), “a memória é, pois, imprescindível” visto que elucida o vínculo entre as gerações humanas “e o tempo histórico que as acompanha”. Sendo ícones de repositórios da memória, os bens culturais, seja materiais ou imateriais, constituem os elementos formadores do patrimônio, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade cultural de um povo, de um grupo, de uma instituição. Sob esse ponto de vista, a identidade cultural, composta pelo conjunto de elementos híbrido e maleável cria um aspecto identitário para as culturas de determinadas sociedades.

Esse conjunto tende a seguir certos padrões que permitem a identificação essencial da cultura de um povo em distinção a outros, enquanto agrupamento cultural.

O Lugares de Memória da UFBA, como espaço que agrega bens portadores de memória: individual (coleções bibliográficas e arquivos pessoais de pesquisadores e personalidades baianas); institucional (publicações, documentos, produção científica da UFBA e arquivos institucionais); e coletiva (publicações, documentos e iconografias da Guerra de Canudos), coloca como meta de gestão, o cumprimento de práticas brasileiras e internacionais objetivando prioritariamente a preservação da memória e do acervo. Nessa perspectiva, participa mediante convênio da Rede Cariniana⁵ e aplica em suas atividades as normas instituídas pelo Arquivo Nacional, assim como aplica a política de proteção e de preservação do patrimônio cultural da Unesco com vista a salvarguardar suas coleções. (GHIRARDELLO, 2008)

Para tanto, surgem estudos e práticas voltadas para a preservação dos documentos não digitais (analógicos) no contexto dos arquivos e das coleções de obras raras e especiais com o objetivo a liberar o acesso democrático, ao tempo em que propõe estratégias e recursos tecnológicos compatíveis a garantir um legado para as próximas gerações, conforme a Declaração Universal Sobre os Arquivos (2010, p. 1):

Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.

Logo, ao se pensar em preservação, faz-se necessário compreender a indispensabilidade de políticas voltadas aos cuidados dos

acervos sejam públicos ou privados cujos recursos de preservação são essenciais, principalmente quando se verifica riscos de perda ao patrimônio documental da instituição. E foi pensando neste tipo de circunstância que

O desafio proposto para a realização do ‘Plano Diretor Institucional - PDI Inventário Patrimônio Artístico da UFBA Política de Preservação, Conservação e Restauração’ (2014) provocou uma reflexão quanto ao procedimento a ser adotado para a realização do mapeamento do patrimônio artístico e literário [...]. (TOUTAIN; LIMA; RIBEIRO 2016, p. 376)

Estabelecido 11 em etapas, o mapeamento do patrimônio artístico da UFBA, iniciado em 2015, contou com 11 bolsistas que realizaram o levantamento e o registro oficial da quantidade e diversidade dos acervos patrimoniais que possui a instituição.

Entretanto, vale considerar que as tecnologias de informação estão em constante mudança, impactando as práticas sociais de produção, uso e disponibilização de documentos, sejam analógicos ou digitais. Nesse sentido, compreende-se ser imprescindível estar atento aos acervos mistos, conforme Santos e Flores (2017, p. 29), quando afirmam que “[...] os acervos se tornaram mistos, compostos por documentos em suportes analógicos e digitais, sendo que a preservação digital surge em virtude das peculiaridades dos suportes eletrônicos”.

No indicativo aos documentos analógicos, a digitalização de acervos é uma das ferramentas essenciais para a preservação. O processo de conversão de um documento para o formato digital, por meio de dispositivo apropriado, proporciona a preservação de documentos originais, uma vez que reduz o manuseio do documento em suporte papel. Quanto aos documentos digitais produzidos no contexto tecnológico digital – objetos nato-digitais – ou obtidos a

partir de suportes analógicos – objetos digitalizados –, a preservação se constitui como uma estratégia para garantir a longevidade dos documentos digitais. Para Márdero Arellano (2008, p. 23),

O tema da preservação dos documentos digitais está cada vez mais presente entre os criadores e gerenciadores de coleções digitais. Para aqueles que começam a enfrentar a possibilidade de não poder recuperar informações produzidas há 5 ou 10 anos, é vital contar com estratégias que garantam a persistência desses dados.

No atual contexto de crescente produção de informação e documentos em formato digital, em função da praticidade que as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) proporcionam para a sociedade, surgem novos paradigmas convergentes sobre a importância vital da preservação digital para memória e o não esquecimento.

Considerações

Coleções especiais de registros, de documentos, de objetos entre outros propiciam interações entre história, memória e identidade. Este capítulo buscou verticalizar acerca das coleções especiais e dos arquivos custodiados em universidades, que servem para contar a história e resguardar a memória de uma sociedade. Nesse aspecto, o texto aborda sobre as coleções especiais e os arquivos históricos do Lugares de Memória da UFBA e apresenta um panorama das ações e processos de gestão com finalidade de possibilitar a pesquisa e o acesso democrático.

No que diz respeito às bibliotecas pessoais, ainda são escassas as políticas de aquisição desses acervos especiais nas bibliotecas universitárias, mesmo a despeito de já se ter noção da importância

desses acervos para reforçar a missão de suporte às atividades de pesquisa acadêmica. Vale ressaltar que são acervos que se originaram não pelo acúmulo aleatório, mas narram a vida afetiva – leitura do prazer –, intelectual – leitura de formação – e profissional – leitura de capacitação – de seus proprietários/doadores.

Nesse viés, para a representação descritiva de uma obra especial, além da experiência profissional, é indispensável o conhecimento dos aspectos históricos dos registros bibliográficos, pelo viés da Bibliografia Material e da História do Livro, com vistas a atender as especificidades e particularidades dessas obras nos espaços de memória.

Na mesma linha de abordagem, enfocou sobre a importância das tecnologias de informação e de comunicação para preservação dos documentos analógicos e digitais, no atual momento. Além disso, cita os impactos dos projetos realizados para as práticas documentais e arquivísticas no que concerne à produção, ao acesso e à publicização de coleções especiais e documentos históricos.

Por fim, foi imprescindível ratificar que a presença de coleções especiais é uma realidade de suma importância para a universidade, uma vez que enriquece e diversifica o acervo acadêmico e, nesse contexto, as produções científicas e culturais do espaço Lugares de Memória da UFBA demandam ainda serem exploradas e pesquisadas.

Notas

¹ Ver: Brasil (1937).

² Ver: Brasil (1937).

³ Conservação – medidas políticas, administrativas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos

e dos espaços que os abrigam. Preservação trata-se de toda a ação que se destina à salvaguarda dos registros documentais.

⁴ Ver: <http://www.webgodofredofilho.ufba.br/>.

⁵ Convênio entre UFBA e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ver em: <https://cariniana.ibict.br/index.php/institucional/cariniana>.

Referências

ARAÚJO, C. A. Á. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação*. Brasília, DF: Brinquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO, 2014.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Ed. 70, 2011.

BRASIL Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 129, n. 6, p. 453-455, 9 jan. 1991.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 24056, 6 dez. 1937.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221-A, p. 1-4, 18 nov. 2011. Edição extra.

CATALDO, F.; LOUREIRO, M. L.N. M. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-20. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/951>. Acesso em: 20 dez. 2020.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 5 jan. 2021.

CORTES ALONSO, V. *Manual de archivos municipales*. Madrid: Anabad, 1989.

COSTA, I.D. G.; NAPOLEONE, L. M. Bibliotecas particulares e coleções especiais: diferentes perspectivas. In: ENCUESTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES CON FONDOS ANTIGUOS Y RAROS, 4., 2017, Buenos Aires. *Actas eletrônicas [...]*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional

- Mariano Moreno, 2017. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/2-Costa%20y%20Napoleone%20-%20ponencia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.
- ELIAS, E. D.; PINTO, A. L. *Métricas em arquivos universitários*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2016.
- GHIRARDELLO, N.; SPISSO, B.; FARIA, G. G. M. *Patrimônio histórico: como e por que preservar*. Bauru: Canal 6, 2008.
- HALBWACHS, M. A. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, J. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 139.
- MÁRDERO ARELLANO, M. Á. *Crítérios para a preservação digital da informação científica*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547. Acesso em: 13 set. 2020.
- MIRANDA, Z. D.; BRANCO, D.; LIMA, V. L. et al. *A metainformação em arquivos pessoais*: ACESS para o Wikimedia: Projeto PIBIC /UFBA – 2015-2016. Salvador, 2016.
- NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S. E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, 2005. Disponível em: <https://soparararas.files.wordpress.com/2019/01/nardino-em-questao-2005.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- OLIVEIRA, J.; SILVA, C. *Identificação dos documentos do Arquivo Pessoal de José Calasans sobre a Guerra de Canudos*: Projeto Permanecer nº 13100. Salvador, 2018.
- ORÍÁ, R. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 128-148. (Repensando o Ensino).
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- RIBEIRO, L. B. Manias, trechos, objetos e coleção – memória, descarte e velhice nas narrativas quadrinísticas de urbano, o aposentado. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUHRIO, 14., 2010, Rio de Janeiro.

Anais [...]. Rio de Janeiro: Unirio, 2010. Disponível em: www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276700719_ARQUIVO_anpuh2010textocompleto.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

RIBEIRO, M. A. S.; CORREIA, T. S. “Lugares de Memória” da UFBA: espaço de cultura história e pesquisa acadêmica. In: LOSE, A. D.; MAGALHÃES, L. B. S.; QUERINO, C. C. F. G.; LUZ, E. C. *et al.* (org.). *Pesquisando acervos*. Salvador: Memória & Arte, 2020. v. 1, p. 83-102.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 28-37, 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/394/showToc>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

TOUTAIN, L. B.; LIMA, A. M. C.; RIBEIRO, M. A. S. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 14, n. 3, p. 368-386, 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/394/showToc>. Acesso em: 5 dez. 2020.

TOUTAIN, L. M. B.; OLIVEIRA, J.; BARBOSA, J. A. S. *A documentação fotográfica nos reitorados da UFBA (1946-2010): Projeto PIBIC /UFBA – 2018-2019*. Salvador, 2019.

TOUTAIN, L. M. B.; RIBEIRO, M. A. S.; BARBOSA, J. A. S. *Estudo das representações sociais dos séculos XVI a XVIII nas obras raras de Lugares de Memória do SIBI/UFBA: Projeto PIBIC 2017/2018*. Salvador, 2018.

TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. (org.). *UFBA: do século XIX ao século XXI*. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção Memorial, v. 1).

UNESCO; INTERNATIONAL COUNCIL NA ARCHIVES. *Declaração Universal sobre os Arquivos*. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

VALENTE, J. A. V. Acerca de Documento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n. 3-4, p. 177-198, 1978. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/394/showToc>. Acesso em: 5 dez. 2020.

VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção Memória da FCL, n. 3).

PARTE 5

**O COMPROMISSO DO PROFISSIONAL DA
INFORMAÇÃO COM A MEMÓRIA SOCIAL E
CIENTÍFICA DA HUMANIDADE E COM A
PRESERVAÇÃO DIGITAL**

O papel dos profissionais da informação na preservação digital

Miguel Angel Márdero Arellano
Sonia Araújo de Assis Boeres

O profissional da informação

Historicamente, a profissionalização na área de Documentação e Informação surgiu nos anos de 1800, especificamente nas áreas de Biblioteconomia e Arquivologia. As bibliotecas e os arquivos nacionais eram, então, as unidades que auxiliavam os pesquisadores – especialmente os historiadores – na identificação das fontes necessárias aos seus estudos. Assim surgiu o paradigma historicista e de custódia do conhecimento, baseado no progressivo desenvolvimento da vertente tecnicista dessas profissões.

No Brasil, em 2001, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou o parecer do Conselho

Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) nº 492, de 3 de abril de 2001, no qual se aprovaram as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Ciência da Informação (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e outros). Segundo essas diretrizes, tais profissionais devem saber processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação. Também precisam saber realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação. Definiu-se que dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia, enumeram-se as típicas desse nível de formação como desenvolver e utilizar novas tecnologias; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; e responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo. Outras, mais específicas, seriam interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação e trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza.

Para Miranda (2007), o Profissional da Informação (PI) é o que faz a mediação entre o criador, o provedor, o usuário e a pessoa da tecnologia da informação, considerando o ciclo documental, desde a geração ao uso, pela sociedade, da informação, facilitando o acesso a ela, assim também são importantes a compreensão, a organização e a recuperação da informação. Para Miranda (2007), são PI os que trabalham com arquiteturas e conteúdos informacionais, ou seja, a informação é seu instrumento de trabalho.

O desempenho das unidades de documentação mostra o papel do bibliotecário na ajuda à pesquisa e à tomada de decisão nas organizações, efetivando o tratamento documentário dos materiais e da pesquisa. Iyer (2009) destaca que dentre as atribuições deste profissional, no contexto digital, estão a digitalização, a gestão e a catalogação dos metadados. Especialmente no que se refere à digitalização, se a tarefa não é exercida por alguém já do quadro funcional da unidade de informação, mas por pessoa, geralmente com formação escolar de nível médio, e cuja tarefa é especificamente esta, ele não é muito lembrado na literatura como um profissional ligado à Preservação Digital (PD). Também passa como pouco citado o profissional que trata do direito autoral ligado às obras a serem disponibilizadas nos acervos digitais, muitas vezes um advogado ou um especialista na área.

A sociedade contemporânea vem produzindo documentos de valor pessoal, histórico, social, informativo, cultural e científico, dos quais pode-se não ter perspectiva de longevidade sem a PD. O resultado deve estar logicamente ordenado e fisicamente armazenado, envolvendo a organização da informação, responsabilidade que cabe aos profissionais da Ciência da Informação. (BOERES, 2017) Em suma, o PI é aquele capaz de atuar em espaços onde o ciclo da informação acontece, tendo vindo de múltiplas formações, porém com o cerne na pós-graduação em Ciência da Informação. É o profissional ao mesmo tempo mediador e facilitador das formações para os usuários, físicos ou virtuais.

Competência profissional

Identificado quem é o profissional e seu perfil, todos, em cada área, têm a intercessão em um ponto: competência profissional.

Para Cruz (2005), competências não são restritas à determinada área do conhecimento, uma vez que seu conceito abrange atitudes e valores e que as habilidades são destinadas a expressar as competências, tornando claros os valores e atitudes desejados.

Os conceitos fundamentais em torno da competência, o que Durand (1998) e Brandão (2009, p. 11) chamam de “Componentes ou as Três Dimensões da competência” são: conhecimento, habilidade e atitude. Para Durand, conhecimento é o saber o quê e o porquê fazer (*know what e know why*) que são as informações assimiladas e estruturadas pelos indivíduos, é o saber acumulado ao longo da vida. A habilidade é o conhecer como fazer uso produtivo do saber adquirido. (SILVA, 2009) As habilidades provêm das competências adquiridas e aludem ao plano imediato do “saber fazer”. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, permitindo nova reorganização das competências. As habilidades referem-se a variações na forma de como os indivíduos podem desenvolver um conjunto de tarefas, em condições que são favoráveis para realizá-las. Zarifian (1996) chama a atenção para uma das características da competência, a atitude. Para ela, ser competente é assumir responsabilidade diante de situações complexas e desenvolver uma atitude reflexiva sobre situações de trabalho, que permita ao profissional lidar com situações inéditas, surpreendentes e singulares.

Na tese de Gama (2013), ela examina três possibilidades coerentes com o estudo de capacitação e competência profissional, um dos alicerces da aprendizagem ao longo do tempo:

1. esforço pessoal;
2. trabalho ou com especialistas;
3. cursos e treinamentos.

Os diferentes modos de aprendizagem na sociedade do conhecimento são um desafio a ser reconhecido nos diversos espaços, o PI que intenciona buscar e aprimorar sua competência profissional no mundo digital deve procurar uma forma de dar sentido às novas formas de apresentação dos conteúdos digitais com que tem que lidar no processo de PD, cada vez mais diversificado em meio aos suportes em forma de texto, imagens e sons.

Memória e preservação digital

Falar de memória é lembrar da “Estratégia preliminar de médio prazo da Unesco para 2002-2003”, parágrafos 208, 209, 210 e 211 do documento C/4 (UNESCO, 2003), que incluiu o lançamento de uma campanha internacional para salvaguardar a memória digital, para a preservação do património digital e para a preservação de materiais sob a forma digital. De acordo com seu projeto “Preservando o nosso património digital”, deveria se promover uma estrutura para a “identificação, proteção, conservação e transmissão às gerações futuras do património digital, o que é, no fundo, a definição de memória”.

Memória e preservação andam juntas, uma questão importante ligada à PD é a perda da informação digital. Um marco internacional no contexto da PD foi a carta submetida à 32ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, que ocorreu em Paris em 2003. Lá, a Unesco destacou na conclusão que ficou conhecida como a “Carta sobre a Preservação Digital” (2003) a importância de estabelecer princípios para a preservação e contínua acessibilidade ao património digital mundial.

Não atentar para a PD nas organizações é vislumbrar um cenário de perda de dinheiro e de dados importantes, como os de pesquisa, memória técnica entre vários outros. Preservar, digitalmente,

é conservar os instrumentos comprobatórios da instituição, de valor legal e político, para auditorias inclusive. É ter a preocupação e o cuidado de manter viva a memória coletiva, os documentos que constituem a história dos lugares, dos processos e o passar do tempo, bem como dos procedimentos da instituição.

O que é preservação digital? Para Hedstrom (1998, p. 189), a PD é efetuar “[...] planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável [...]”. Para o e-ARQ Brasil (BRASIL, 2011), a PD é o conjunto de ações gerenciais e técnicas, exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário. Térmens (2013, p. 18) define PD como o processo que assegura o acesso e uso futuro de documentos digitais, a partir das políticas de conservação, segurança da informação, migração, emulação, entre outras que permitam sua manutenção e uso em longo prazo.

A PD envolve o garantir que a informação digital permaneça acessível, com autenticidade, integridade e confiabilidade, para que possa, futuramente, ser completamente acessada, interpretada e utilizada, inclusive numa plataforma tecnológica diferente daquela utilizada em sua criação. Para ser sustentável, no sentido de ser efetivada e mantida em funcionamento, deve ser uma prioridade estratégica nas empresas, envolvendo iniciativas de boa gestão e acordos entre o responsável pela unidade de informação junto aos gestores da instituição onde a iniciativa está acontecendo.

É importante lembrar que algumas decisões sobre PD, necessariamente, são tomadas sob as condições de incertezas quanto às mudanças tecnológicas, políticas – de governo e da instituição, prioridades de investimento no projeto e demandas

da sociedade. Tudo isso pode mudar durante o curso do projeto de PD, mas práticas devem ser desenvolvidas para antecipar ou resolver algumas dessas incertezas, de modo a não colocar em risco a viabilidade do projeto.

Competência para a preservação digital

Muitos são os trabalhos que se detêm em estudar as competências gerais do PI, alguns são clássicos (GRIFFITHS; KING, 1985; MUELLER, 1989), outros um pouco mais recentes. (BELUZZO, 2004; FRASER-ARNOTT, 2013; MIRANDA, 2007; WALTER, 2008) O levantamento das competências de um profissional envolve suas competências cognitivas (saber), operativas (saber fazer) e pessoais (atitudinais), que representam o conjunto de valores e atitudes inerentes ao indivíduo, elas permitem que os profissionais desempenhem seu trabalho de forma eficaz e ética. Essas competências são indissociáveis e representam a capacidade de atuação do profissional no mercado de trabalho. (CASTRO FILHO et al., 2011 apud SILVA; FARIA; BAPTISTA, 2015)

Em 2001, a Applied Suicide Intervention Skills Training (Asist) elaborou um guia educacional para o Committee for Information Science Education of Asist. Lá se afirma que os programas de Ciência da Informação deveriam incluir seus currículos em seis áreas gerais, a seguir, destacaremos a área cinco:

5. Tecnologia da Informação: esta categoria inclui a concepção, avaliação e implementação de tecnologias relevantes para os processos de informação. Inclui o conhecimento sobre sistemas de informação no que se refere a *software*, *hardware*, *retrieval*, telecomunicações e redes, arquitetura da informação e infraestrutura, e programação para processos de informação.

Valentim (2002 apud FARIA, 2015) apresenta quatro categorias genéricas de competências para os profissionais da informação: comunicação e expressão, sociais e políticas, técnica científica e gerenciais. Fator intrínseco às atribuições do PI é a necessidade do conhecimento constantemente atualizado, para efetivar a operação de equipamentos (tecnológicos), visando recuperar e preservar as informações, seja em meio digital, magnético ou papel.

A partir disso, e vislumbrando um futuro próximo, Vieira, Spotorno e Viturino (2011, p. 3) diziam que as competências para o século XXI seriam diferentes das de hoje, e cita Linda Shear, pesquisadora de Stanford, que fala de duas competências necessárias aos PI: a habilidade para trabalhar em equipe e a capacidade de fazer análises críticas, fundamentais na era da informação. “Na economia moderna, será muito mais difícil ter sucesso individual”, afirma nesse mesmo texto, o professor e pesquisador de Cambridge, John MacBeath.

Em 2011, o Opportunities for Data Exchange (ODE), projeto financiado pela Comissão Europeia, pesquisou as 420 bibliotecas membro da Association for European Research Libraries (Liber) para estabelecer, entre outros, que papéis e novas competências elas necessitavam desenvolver. Os resultados mostraram a importância de ampliar as habilidades ligadas à curadoria digital. (REILLY, 2012) As análises consideraram quatro perspectivas: a do pesquisador – que gera e reusa dados primários –; a do editor – que provê mecanismos para comunicar pesquisas –; e a das bibliotecas e centros de dados – que mantêm e preservam as evidências da comunicação científica e dos dados publicados. A pesquisa de Reilly levantou alguns desafios e oportunidades para os profissionais que lidam com a informação em meio digital, o que nos permite fazer interrelações com o ciclo informacional:

1. prover serviços de pesquisa aos analistas de dados científicos para que possam ser disponibilizados;
2. buscar as melhores práticas na gestão de dados, ajudando a recuperar a informação pesquisada;
3. apoiar a interoperabilidade provendo e treinando metadescrições (dos metadados);
4. garantir o reuso de dados de pesquisa ao instruir pesquisadores quanto à disponibilidade de arquivos de seu interesse;
5. adequadamente licenciar as unidades de informação para o reuso legal dos dados;
6. encorajar as melhores práticas em citações, provendo guias e treinamentos por meio dos identificadores persistentes para os conjuntos de dados;
7. assumir a responsabilidade pela curadoria dos dados e prover treinamento sobre o assunto;
8. contribuir para a preservação de dados a longo prazo advogando pela gestão e arquivamento de dados com qualidade.

Loureiro e Rocha (2012), mais especificamente abordando o tema “competências digitais”, dizem que elas providenciam determinadas infraestruturas digitais, e estendendo um pouco mais o conceito chegamos à área de Ciência da Informação propriamente. Silva e Cunha (2002, p. 82) definem a competência do bibliotecário como o papel mais importante do PI no século XXI, “[...] o que parece ainda estar sendo o de gerenciador da informação”, dado o grande volume de dados disponíveis. A organização e a manipulação de toda essa informação requerem instruções, e aqui é que o bibliotecário poderá contribuir.

Em um dos mais reconhecidos eventos na área de PD, o Ipress, McMeekin (2019) destacou como importantes competências ligadas à PD o desenvolver habilidades práticas, conhecimento e prática, estes, aliados ao treinamento. Como grandes recomendações

para melhorar os treinamentos em PD, levantou de uma pesquisa aplicada: menos teoria e mais prática; cursos mais direcionados; oferta de mais cursos avançados para profissionais experientes e estabelecer maior estrutura para o desenvolvimento profissional.

Bibliotecário digital

Segundo Ratledge e Sproles (2017), o papel do bibliotecário que lida com tecnologia está em constante mudança, suas funções estão se tornando cada vez mais especializadas, e cada uma dessas especializações requer um conjunto único de experiências e qualificações, que continuarão a evoluir na medida em que novas tecnologias se tornam disponíveis, e novas maneiras de usá-las nas bibliotecas são descobertas.

A literatura tem trazido um termo para quem tem atuado como guardião da informação da biblioteca digital, cuidando e gerenciando o sistema de informação digital: bibliotecário digital. Ele desempenha um papel distinto e dinâmico no fácil acesso aos dados digitais mantidos nas tecnologias da informação, em vários formatos, procurando encontrar a informação certa no momento certo, divulgando-a ao usuário no formato exigido. (SREENIVASULU, 2000)

Tais bibliotecários digitais desempenham papéis significativos em projetos de digitalização de bibliotecas, criando e mantendo a infraestrutura de tecnologia de bibliotecas digitais e suas coleções. Eles também têm responsabilidades técnicas na criação e apoio aos sistemas de repositório institucional e na preservação de materiais natos digitais e digitalizados. Eles dependem cada vez mais de ferramentas e técnicas de gerenciamento de projetos e boas habilidades de comunicação.

Os empregadores têm cada vez mais procurado candidatos que desempenhem papéis de gerenciamento de projetos e de coleção digital, atendimento ao cliente, implementação de tecnologia e que tenham habilidades e experiência em resolução de problemas. Larson (2020, p. 11) diz que os bibliotecários digitais têm um papel fundamental para garantir a manutenção dos registros como dinâmicos, apoiando atividades e mantendo-os acessíveis para serem usados.

Com relação à PD, Georgieva (2018) acrescenta que os bibliotecários digitais desempenham um papel valioso na construção da estrutura, organização e limpeza de dados. Para a autora, o bibliotecário digital é fundamental para avançar na estratégia de alcançar a robustez digital e a eficiente preservação em longo prazo. Segundo ela, suas importantes habilidades organizacionais e atenção aos detalhes não apenas tornam os dados facilmente detectáveis e prontos para a migração, mas também otimizam o espaço de armazenamento e estabelecem as bases para uma migração suave para um novo, mas robusto sistema.

Ainda de acordo com Sreenivasulu, o papel do bibliotecário digital na gestão do sistema de informação digital refere-se às competências gerais – conhecimento, *know-how*, habilidades e atitudes – necessárias para criar, armazenar, analisar, organizar, recuperar e disseminar informação digital – texto, imagens, sons – em bibliotecas digitais ou qualquer tipo de informação. O bibliotecário digital deve possuir diferentes conjuntos de habilidades, atitudes e valores que o permitem trabalhar como profissional da informação digital, trabalhador do conhecimento digital e comunicador do conhecimento digital. Dentre as habilidades e competências exigidas para um bibliotecário digital na gestão de sistemas de informação digital e bibliotecas digitais, estão a preservação e armazenamento digital, digitalização em massa,

processo de armazenamento digital e PD. (SREENIVASULU, 1998 apud SREENIVASULU, 2000)

O novo paradigma da preservação digital

Nas bibliotecas, as tarefas de digitalização e preservação de acervos vêm aumentando nos últimos anos. O armazenamento e a consulta às coleções evoluem e é preciso incorporar novos tipos de documentos e formatos que surgem mais frequentemente. Tudo isso aumentou os desafios da aplicação de tecnologias de informação e sua rápida disponibilização na internet, mudando os perfis dos profissionais que trabalham nas bibliotecas.

A gestão da informação gerada e distribuída em mais de uma instituição forçou esses profissionais a participar de novas formas de facilitação do acesso e na automatização de várias das suas funções. Nos últimos cinco anos, a demanda por profissionais da informação que possuam conhecimentos relacionados à prática da PD vem aparecendo com mais frequência nas listas e grupos de discussão na internet.

Essas demandas vêm das instituições de ensino e pesquisa que já iniciaram algum serviço de acesso às coleções digitais em repositórios e bibliotecas na *web*, e procuram um tipo de profissional que seja capaz de ocupar-se das mudanças nesse novo entorno operacional, substituindo os sistemas, dependendo das necessidades e que conheça as estratégias mais adequadas de PD.

A realização de algumas dessas responsabilidades está agora divididas com especialistas de empresas que vendem sistemas automatizados de preservação de acervos digitais. Os mais recentemente chamados de bibliotecários digitais participam localmente dos testes de tecnologias de *softwares* abertos, que com prática

levam a um conhecimento sobre a eficácia dessas soluções para a instituição, mas por outro lado, eles devem analisar e comunicar os benefícios das soluções proprietárias que podem resolver problemas complexos e requerem mais recursos financeiros.

A adoção de ferramentas de *software* livre vem favorecendo a colaboração e o trabalho em equipe, duas das principais características do bibliotecário de PD. São elas que diversificam as tarefas e provocam a especialização em aspectos-chave da gestão de acervos digitais. O conhecimento de padrões e normas internacionais, de protocolos de comunicação, e de avaliação de soluções tecnológicas são fatores que determinam o cumprimento de novas metas nas tarefas dos bibliotecários de PD.

Esse incremento na complexidade das atividades dos PI faz com que as instituições procurem por bibliotecários capazes de criar, manter, disseminar e preservar repositórios e bibliotecas digitais. As políticas de PD desse tipo de sistemas de informação incluem frequentemente a necessidade de uma ampla formação profissional e o constante acompanhamento de novas tecnologias, formatos, esquemas de metadados e migração de conteúdos digitais. Além de conhecimentos técnicos para a criação e manipulação de novas coleções e serviços digitais para diferentes tipos de acervos. (MÁRDERO ARELLANO, 2008)

Os esquemas laborais para o bibliotecário de preservação digital

Quando uma instituição já conta com uma equipe de PD para preservar os conteúdos digitais da biblioteca, o bibliotecário se reporta ao gerente do projeto e se encarrega dos sistemas e processos de PD, sendo os usuários desses serviços seu segundo

ponto de contato. Estes últimos são os depositantes de conteúdo a quem o bibliotecário deverá garantir a correta ingestão dos arquivos digitais para sua preservação e que estes sejam adequadamente acessíveis quando solicitados.

É de responsabilidade do bibliotecário de PD solucionar quaisquer problemas no fluxo de trabalho, devendo garantir que os colaboradores tenham os recursos e os treinamentos necessários para assimilar, gerenciar e acessar seus conteúdos preservados.

Uma das mais importantes tarefas desse profissional é a elaboração de relatórios de testagens e desenvolvimento de sistemas e ferramentas para identificação de risco, junto a toda a documentação de políticas e procedimentos relacionados aos serviços de PD, oferecendo garantias para futuras auditorias.

Os deveres essenciais dos bibliotecários de PD mais citados na maior lista de distribuição sobre PD da American Library Association¹ podem ser resumidos em dez atribuições:

1. identificar e solucionar problemas de PD, incluindo os próprios sistemas de preservação digital;
2. trabalhar com os proprietários/depositantes de conteúdo configurando fluxos de trabalho para ingestão, preservação, acesso e relatórios;
3. configurar e aplicar protocolos de segurança em sistemas e serviços de PD;
4. treinar e dar suporte para usuários dos serviços e sistemas usados pela equipe de PD;
5. identificar conteúdo digital em risco e propor estratégias para mitigá-los;
6. desenvolver, testar e executar planos de PD;
7. documentar as políticas e os processos de PD para atender aos requisitos da ISO 16363 (Requisitos para Auditoria e Certificação de Repositórios Digitais Confiáveis);

8. desenvolver requisitos e testar as atualizações dos *softwares* de PD, garantindo que todos os processos estejam funcionando conforme o esperado;
9. pesquisar sobre desenvolvimentos relacionados à função; e
10. fornecer serviços de consultoria para professores, alunos, pesquisadores e funcionários da própria instituição para promover a educação sobre a PD e a recuperação de conteúdos em formatos de mídia legados.

Mas o bibliotecário de PD não deixa de ser um membro da equipe profissional da biblioteca e poderá precisar se reportar a uma coordenação responsável por desenvolver e gerenciar o programa de PD da instituição. Nesses casos, ele contribui substancialmente numa variedade de iniciativas e projetos estratégicos, participando de comitês, grupos de trabalho e equipes técnicas.

As responsabilidades do bibliotecário de preservação digital

A definição das funções de inserção e gerenciamento de conteúdos em bibliotecas e repositórios digitais é responsabilidade do bibliotecário de PD. Esse profissional deve conhecer os critérios institucionais relacionados com a confiabilidade, a responsabilidade política e a sustentabilidade econômica, assim como os aspectos gerenciais de inclusão, transparência e acessibilidade de longo prazo. Todos eles são considerados elementos determinantes das propriedades relativas aos sistemas de gestão de informação em formato digital. Também, a participação na administração e no desenvolvimento da infraestrutura tecnológica da biblioteca

é fundamental na coordenação de projetos locais ou colaborativos de arquivamento de conteúdos da internet.

Essa responsabilidade de preservar acervos importantes é um compromisso institucional com uma grande necessidade de conhecimento técnico, ela tem sido assumida tradicionalmente por arquivistas, museólogos, editores e administradores, mas, no caso dos bibliotecários, o conhecimento de sistemas, plataformas e padrões de gestão de informação envolve desafios e soluções de PD em constate mudança, comprovada pela comunidade de prática e que envolve esforços colaborativos nacionais e internacionais.

A experimentação de sistema de PD distribuída, que implica na experiência colaborativa de curadoria de metadados, de conhecimento sobre as melhores práticas e padrões de preservação de objetos digitais em diversos formatos, demanda uma capacidade comprovada de atividades para lidar com várias prioridades no atendimento de usuários e gestores de acervos digitais.

No contexto da demanda de mercado atual da profissão de bibliotecário de PD, as qualificações preferidas não são apenas a comprovação das competências relacionadas com a motivação, aptidão e interesse na área, mas sim aquelas que envolvem experiência comprovada com sistemas de arquivamento, ferramentas de migração, validação de formatos, linguagens de marcação e de medidas preventivas e corretivas que minimizam a ação do tempo sobre o suporte físico da informação digital assegurando sua disponibilidade ao longo do tempo.

O modelo OAIS e o bibliotecário de preservação digital

A gestão efetiva de estratégias de PD é proporcionada na aplicação de padrões internacionais de arquivamento de documentos digitais. A proposta do modelo de referência Open Archival InformationSystem (OAIS) do Consultative Committee for Space Data System (CCSDS), ligado à National Aeronautics and Space Administration (NASA), cercou de políticas e procedimentos arquivísticos a arquitetura de sistemas de informação que podem ser considerados de confiáveis. (COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEM, 2002) Foi a partir dela que ficou definido um alto nível de referência para organizações e pessoas que criam informações que podem necessitar de preservação de longo prazo, bem como das organizações que adquirem tais informações.

A conceptualização do modelo OAIS serve para compreender os componentes necessários para preservar e acessar informação de longo prazo. O papel do bibliotecário digital enquadra-se no planejamento e participação das atividades de coordenação do processo de preservação descritas no modelo, não apenas as relacionadas com interfaces, pedidos de consulta e relatórios, mas aquelas que lidam especialmente com as autorizações para os usuários desses documentos, permitindo também:

1. efetuar comparações entre arquiteturas, operações, estratégias e metodologias de preservação;
2. estabelecer o mesmo modelo para informações em formatos analógicos;
3. ampliar o consenso entre as partes comprometidas com a PD, e,

4. guiar na identificação e produção de normas relacionadas com o modelo.

Todas as atividades mencionadas indicam a necessidade de um profissional bem orientado na adoção do modelo OAIS. Apesar de não existir muitos exemplos ou relatos de problemas encontrados na sua aplicação em bibliotecas, já desde seu surgimento existia a recomendação de que os profissionais da informação e da tecnologia de informação trabalhem juntos na implementação do modelo. (GREENAN, 2003) Pelo fato do modelo OAIS atender à necessidade de bibliotecas individuais, não existe dois sistemas de informação que sigam o modelo da mesma forma. Por esse motivo, o OAIS para o bibliotecário digital não representa uma função de arquivamento, mas sim uma parte da administração e do planejamento da preservação de documentos digitais.

Os repositórios institucionais e os bibliotecários de preservação digital

O aumento do número de repositórios digitais começou a ser expressivo a partir de 2002, o que se deve ao aparecimento de sistemas para repositórios institucionais e seu impacto na infraestrutura das bibliotecas digitais existentes na época. Desde suas primeiras implementações em vários países, os repositórios institucionais têm sido voltados para a informação científica, contendo os trabalhos de pesquisa e ensino de comunidades acadêmicas, assim como a documentação de ampla variedade de atividades das próprias universidades.

Os bibliotecários de PD têm tido um papel imprescindível no desenvolvimento dos repositórios institucionais, eles trabalham no estabelecimento de requisitos de descrição dos elementos que

promovem o acesso e a padronização dos esquemas de metadados de preservação que atenda à natureza das coleções. Como parte da gestão documental, as ações desses profissionais incluem a criação, tratamento, arquivamento e acesso de objetos digitais em todos os formatos existentes. Dependendo das circunstâncias, a responsabilidade de alimentar os repositórios e de preservá-los tem prioridade na construção de repositórios digitais de acesso aberto.

O cumprimento de uma das principais metas dos repositórios institucionais, que é a de envolver os pesquisadores e usuários, ressalta a imprescindível participação dos bibliotecários de PD, como agentes responsáveis pela manutenção do repositório. Eles precisam tanto contribuir com a descrição do conteúdo para o repositório, como também na definição das ações necessárias para que os conteúdos não desapareçam aleatoriamente.

Por causa da PD dos diversos formatos de acervos nos repositórios digitais, são colocados em funcionamento serviços de gerenciamento de coleções permanentes dentro das instituições para identificar consistentemente materiais que simplifiquem as atividades relacionadas com futuras migrações. O trabalho do bibliotecário de PD está focalizado nas funções do *software* de repositório que garantam o gerenciamento das mudanças tecnológicas e a migração do conteúdo digital para novas versões de mídia eletrônica. Sem uma estrutura de repositório confiável, a migração de materiais digitais pode chegar a ser um fator complicador. (BISHOP; CADLE; GRUBESIC, 2015)

A complexidade inicia quando o bibliotecário de PD responsável pela gestão do armazenamento e os técnicos começam a identificar o nível do serviço de preservação para cada um dos itens e, dessa forma, determinar o grau de suporte para cada tipo de Pacote de Informação de Arquivamento (AIP). Eles identificam e dividem os formatos dos arquivos em categorias e versões,

junto com outras informações relevantes registradas seguindo as indicações do modelo OAIS dentro de *softwares* de PD ativados para identificar automaticamente as submissões e todo o contexto desses documentos.

A experiência acumulada de adoção de padrões e protocolos por parte dos profissionais da informação tem sido fundamental na construção de repositórios institucionais confiáveis. Ser um bibliotecário de PD de repositório institucional significa procurar e armazenar especificações documentais de formatos, sistemas e grupos de usuários, definindo um conjunto mínimo de critérios para o arquivamento de informações científicas produzidas em uma instituição.

Conclusão

A produção científica sobre os efeitos das tecnologias de informação e comunicação nas tarefas dos bibliotecários passou de apenas relatos de experiências e partes de projetos, para propostas metodológicas e novas perspectivas conceituais, deixando expostas as necessidades da formação desses profissionais em um novo corpo de práticas, e de soluções tecnológicas desenvolvidas com o suporte da pesquisa. Esse profissional tem visto seu trabalho, no âmbito digital, se alterar, suas responsabilidades estão ficando mais específicas e focadas, assim como suas competências profissionais, que têm requerido dele mais tempo de estudo, e atualizações constantes. Tal profissional deve notar que a atuação das unidades de documentação onde eles trabalham necessita levar ao desempenho e entrega de informações mais específicas, com um cunho cada vez mais tecnológico e visando ajudar e fundamentar a pesquisa e a tomada de decisão nas organizações.

A construção desse conhecimento tem favorecido a presença mais frequente de bibliotecários na elaboração e execução de projetos de preservação de acervos digitalizados e nato-digitais. A adoção de padrões de metadados, por exemplo, está progressivamente mais valorizada, e eles estão sendo utilizados para a extração de informações que levarão a processos de exportações significativas. Eles fundamentam serviços de “orientação” de dados para os usuários, por meio da alimentação dos catálogos, da digitalização, e/ou da mineração de dados que advirá dela.

O perfil desse novo profissional é produto da construção dos sistemas de gerenciamento digital, uma realidade que se repete em diferentes centros de informação e países, os quais procuram pessoal preparado dentro do novo arcabouço de trâmites padronizados e de rede. Isso deve levar o profissional a desenvolver um esforço pessoal maior em busca de aperfeiçoamento constante, que tanto pode vir do trabalho, do envolvimento com especialistas, quanto do inscrever-se em cursos e treinamentos, que deverão passar a ser feitos com frequência maior. Tais cursos de formação precisam focalizar na busca de soluções dos problemas dos sistemas de PD e oferecer respostas para os questionamentos dos seus diferentes tipos de usuários, dos fluxos de trabalho e dos formatos adotados.

O bibliotecário de preservação deve assumir o compromisso de aprender e compartilhar conhecimento, articulando a teoria com a prática na gestão dos componentes físicos, lógicos e intelectuais dos objetos digitais. O modelo distribuído de PD no Brasil promovido pela Rede de Serviços de Preservação Digital Cariniana do IBICT, baseado nas iniciativas da comunidade internacional durante a última década, vem apontando para o papel de profissionais da informação na formulação de políticas que envolvam o uso de tecnologias e padrões testados e adaptados em projetos

de salvaguarda de acervos digitais. Só a prática colaborativa entre instituições permitirá à formação de profissionais capacitados para o registro e preservação em formato digital de acervos culturais e científicos em qualquer mídia.

Notas

¹ Conteúdo condensado da Lista da American Library Association. Ver: <https://lists.ala.org/sympa/info/digipres>.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BELUZZO, R. C. B. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. *ETD: Educação Temática Digital*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 81-99, 2004. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/10389>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BISHOP, B. W.; CADLE, A. W.; GRUBESIC, T. H. Job analyses of emerging information professions: a survey validation of core competencies to inform curricula. *Library Quarterly*, [s. l.], v. 85, n. 1, p. 61-84. 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/679026?seq=1>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BOERES, Sonia Araújo de Assis. *Competências necessárias para equipes de profissionais de preservação digital*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

BRANDÃO, H. P. *Aprendizagem, contexto, competência e desempenho: um estudo multinível*. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 492, de 4 julho de 2001. *Diário oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n.131, p. 50, 9 jul. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

- CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS. *Reference Model for an Open Archival Information System (OAIS), Recommended Practice*. Washington, D.C.: CCSDS: NASA, 2012. Disponível em: <http://www.ccsds.org>. Acesso em 20 jul. 2021.
- CRUZ, C. H. C. *Competências e habilidades: da proposta à prática*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- DURAND, T. *Forms of incompetence*. In Proceedings of the Fourth International Conference on Competence-Based Management. Oslo: Norwegian School of Management, 1998.
- FARIA, A. C. C. *A inserção do bibliotecário no mercado de trabalho: fatores de influência e competências*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.
- FRASER-ARNOTT, M. Library and Information Science (LIS) Transferable Competencies. *Partnership: Canadian Journal of Library and Information Practice and Research*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 4-17, 2013. Disponível em: https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/perj/article/view/2595/2987#.Vj_oererSt8. Acesso em: 2 fev. 2021.
- GAMA, A. C. S. C. *Competência informacional: aprendizado individual ao longo da vida*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- GEORGIEVA, M. The Digital Librarian: The Liaison between Digital Collections and Digital Preservation. *Library Faculty Publications*, [s. l.], p. 1-5, 2018. Disponível em: https://digitalscholarship.unlv.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1589&context=lib_articles. Acesso em: 3 fev. 2021.
- GREENAN, M. ERPANET OAIS: Training Seminar Report. Glasgow: Erpanet, 2003. Disponível em: https://www.erpanet.org/events/2002/copenhagen/ERPANET%20OAIS%20Training%20Seminar%20Report_final.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.
- GRIFFITHS, J. M.; KING, D. W. *New directions in library and information science education: final report*. Washington, D.C.: Center for Libraries and Education Improvement, 1985. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED265853.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- HEDSTROM, M. Digital Preservation: A Time Bomb for Digital Libraries. *Computers and the Humanities*, [s. l.], v. 31, p. 189-202, 1998. Disponível em: http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/42573/10579_2004_Article_153071.pdf;jsessionid=5395F9215FE2F1173FBD31FE3C55361A?sequence=1. Acesso em: 30 jan. 2021.
- IYER, H. A profession in transition: towards development and implementation of standards for visual resources management. Part A –

the organization's perspective. *Information research*, London, v. 14, n. 3, 2009. Disponível em: <http://informationr.net/ir/14-3/paper412.html>. Acesso em: 6 fev. 2021.

LARSON, E. Big Questions: Digital Preservation of Big Data in Government. *The American Archivist*, [s. l.], v. 83, n. 1, p. 5-20, 2020. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/83/1/5/441163/Big-Questions-Digital-Preservation-of-Big-Data-in>. Acesso em: 30 jan. 2021.

LOUREIRO, A.; ROCHA, D. Literacia Digital e Literacia da Informação: competências de uma era digital. In: MATOS, J. Fi.; PEDRO, N.; PEDRO, A. et al. (ed.). *Atas do ticEDUCA2012 – II Congresso Internacional TIC e Educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. p. 2726-2738. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/758>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MÁRDERO ARELLANO, M. Á. *Critérios para a preservação digital da informação científica*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://btdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547. Acesso em: 18 dez. 2020.

MCMEEKIN, S. Building Sustainability into Digital Preservation Workforce Development. 16th. *Ipress*, [s. l.], p. 1-5, 2019. Disponível em: https://ipres2019.org/static/pdf/iPres2019_paper_120.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

MIRANDA, S.V. *Identificação de necessidades de informação e sua relação com competências informacionais: o caso da supervisão indireta de instituições financeiras no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

MUELLER, S. P. M. Perfil do bibliotecário, serviços e responsabilidades na área de informação e formação profissional. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 63-70, 1989. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/07/pdf_aa5a44cf6f_0017684.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.

RATLEDGE, D.; SPROLES, C. An analysis of the changing role of systems librarians. *Library Hi Tech*, Bradford, v. 35, n. 2, p. 303-311, 2017. Disponível em : <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LHT-08-2016-0092/full/pdf?title=an-analysis-of-the-changing-role-of-systems-librarians>. Acesso em: 2 jan. 2021.

REILLY, S. K. From cataloguing to digital curation: the role of libraries in data exchange. *Proceedings of the 9th International Conference on Preservation of Digital Objects*, Cham, p. 159-164, 2012. Disponível em: <http://www.alliancepermanentaccess.org/wpcontent/>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SILVA, A. M. Arquivologia e gestão da informação/conhecimento. *Informação e sociedade*, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 47-52, 2009. Disponível em: <http://www.alliancepermanentaccess.org/wpcontent/>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SILVA, C. M. M.; FARIA, A. C.C.; BAPTISTA, S. G. Mapeamento de competências e perfil dos bibliotecários que atuam na educação profissional e tecnológica de Goiás. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 43-58, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2015v20n44p43/30426>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SILVA, E. L.; CUNHA, M. V. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 77-82, 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a08v31n3.pdf. Acesso em: 6 fev. 2021.

SREENIVASULU, V. The role of a digital librarian in the management of digital information systems (DIS). *The Electronic Library*, London, v. 18, n. 1, p. 12-20, 2000. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02640470010320380/full/html?fullSc=1>. Acesso em: 3 fev. 2020.

TÉRMENS, M. *Preservación digital*. El profesional de la información: Barcelona, 2013.

UNESCO. *Proposta submetida pela comissão nacional da UNESCO dos países baixos apresentada à conferência geral da UNESCO e aprovada para inclusão no programa para 2002-2003*. [S. l.: Unesco], 2003. Disponível em: http://purl.pt/142/1/manifesto_unesco.html. Acesso em: 16 jan. 2021.

VIEIRA, A.; SPOTORNO, K.; VITURINO, R. Visão. Reportagem de capa. Onde será que eu vou investir?. *Época negócios*, São Paulo, 12 out. 2011. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT254238-16380,00.html>. Acesso em: 27 jan. 2021.

WALTER, M. T. M. T. *Bibliotecários no Brasil: representações da profissão*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

ZARIFIAN, P. A gestão da e pela competência. In: SEMINÁRIO educação profissional, trabalho e competências. Rio de Janeiro: Centro Internacional para a Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia, 1996. Mimeo.

Sobre os(as) autores(as)

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Estudo de Linguagens: Leitura, literatura e Identidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Formou-se em Biblioteconomia e Documentação e em Jornalismo pela UFBA. Hoje, é professora do curso de Arquivologia, do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA, pautando seus estudos e atividades nas seguintes áreas: Ciência da Informação, memória e informação, representação e mediação da informação, desenvolvendo, atualmente, estudos teóricos-epistemológicos sobre fotografia, voltados para o universo sociocultural amadiano, o que já lhe rendeu a apresentação e publicação de trabalhos em eventos e periódicos nacionais e estrangeiros. Foi editora-chefe por 10 anos da *Revista Ponto de Acesso*, do ICI da UFBA, e sua tese de doutorado, *Mediação fotográfica revela o lugar da intimidade: a casa de Jorge Amado*, foi publicada e lançada pela Editora da UFBA (Edufba), em abril de 2019.

Antônio Albino Rubim

Formado em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Medicina pela Escola Baiana de Medicina, mestre em Ciências Sociais pela UFBA, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor em Políticas Culturais pela Universidade de Buenos Aires e Universidade San Martin. Professor titular da UFBA, docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade dessa mesma instituição. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA. Autor de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais. Membro de conselhos editoriais de publicações em Cultura e Comunicação. Foi secretário de Cultura do estado da Bahia; diretor do Instituto de Hu-

manidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da UFBA; presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia; coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura; diretor da Faculdade de Comunicação (Facom) da UFBA, por três vezes; presidente da Câmara de Extensão da UFBA; coordenador do Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA; presidente da Câmara de Comunicação, Cultura e Turismo da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb); secretário de Cultura da Associação dos Professores Universitários da Bahia, por duas vezes; e presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recebeu a Medalha Dois de Julho concedido pela Assembleia Legislativa da Bahia. Principais áreas de interesse: políticas culturais; cultura e política; comunicação e política; cultura, comunicação e sociedade.

Aureliana Lopes de Lacerda Tavares

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora assistente do Departamento de Ciência da Informação da UFPE.

Brenda Couto de Brito Rocco

É doutora e mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e especialização em Gestão Estratégica pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Tem experiência profissional em instituições arquivísticas, desenvolvendo trabalhos nas áreas de gestão e preservação de documentos arquivísticos e documentos arquivísticos digitais. Foi servidora do Arquivo Nacional (2006-2015), onde desenvolveu trabalhos a respeito de documentos arquivísticos digitais. Ex-membro da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e, também, ex-membro da Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática do Conarq. Atualmente, é professora assistente do Departamento de Arquivologia (DEPA) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Diretora substituta da Escola de Arquivologia da Unirio. Coordenadora do

Laboratório Multidimensional de Preservação de documentos arquivísticos da Unirio. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivologia, memória coletiva, ambiente digital, gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais e instituições de custódia/memória. E-mail: brenda.rocco@unirio.br

Elisabete Gonçalves de Souza

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: elisabetegs@id.uff.br

Elmira Simeão

Atua na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Participou da comissão para criação do curso de Museologia e, em 2021, coordena comissão para criação do Mestrado Profissional na área de Patrimônio e Memória. Seus trabalhos no campo da Competência em Informação contribuem para valorizar a ação bibliotecária nas políticas institucionais. É representante da UnB no convênio com a Universidade Complutense de Madri, com iniciativas importantes para a internacionalização da universidade, mobilidade de estudantes de graduação e pós-graduação, a produção científica e a realização de eventos internacionais.

Esther Caldas Guimarães Bertolletti

Mais uma vez com grande alegria e honra aceitei o pedido da professora Lídia Brandão Toutain, professora titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para fazer o prefácio do livro *A Ciência da Informação em movimento: memória, esquecimento e preservação digital*, que faz parte da Coleção Sala de aula. Há alguns anos, precisamente em 2012, com muita emoção recebi o título de Doutora Honoris Causa pela UFBA por indicação do ICI. Desde o começo da minha vida de estudos no Colégio Sophia Costa Pinto e, depois, já no Rio de Janeiro, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Faculdade de Jorna-

lismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e em vários cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior, sempre gostei muito de estudar e escrever e, por coincidência, o início da minha vida de trabalho na Fundação Casa de Rui Barbosa e depois na Fundação Biblioteca Nacional também me permitiu o envolvimento com muito estudo e com enormes desafios que as minhas funções me trouxeram. Mas a fé e a coragem unidas com as modernas tecnologias me ajudaram a vencer os desafios que apesar de terem sido muitos, foram superados, entretanto, como em todo grande projeto ainda faltam alguns a serem alcançados.

Fabrizia Carla Ferreira Sobral

Graduada em Tecnologias de Rede de Computadores. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, atualmente, com doutorado em andamento por esta mesma instituição na área de representação do conhecimento em domínios culturais. Atua como analista de informação na Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolvendo trabalhos que envolvem a temática gestão de conteúdo corporativo e curadoria digital. Atuou como professora substituta no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ em 2016, ministrando as disciplinas Gestão da Informação e do Conhecimento e Segurança da Informação. Suas áreas de interesses são: modelagem conceitual, ontologias e estudos culturais.

Heloisa Helena Fernandes Gonçalves Da Costa

Possui doutorado em Sociologia pela Université du Québec à Montréal, mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), graduação em Museologia pelo Museu Histórico Nacional. Desde janeiro de 1990, é docente concursada da UFBA. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Museologia, do mestrado da UFBA. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação, mestrado e doutorado em Museologia e Patrimônio, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e do

Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora nas áreas de História, Museologia, Gestão de Cidades Históricas e Estratégias de Preservação do Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes enfoques: patrimônio, desenvolvimento sustentável, cidade saudável, educação, memória, museologia e museu. Lidera o Grupo de Estudos em Museologia, Museus e Monumentos (GREMM) que atua em parceria solidária com o Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo®(Nepaur) da Universidade Salvador (Unifacs) e com a Universidade Nova de Lisboa. Orientadora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) com projeto de Pesquisa sobre a história e a memória da cidade de Salvador (BA). Consultora e responsável técnica de vários museus no Brasil e no exterior. Coordena projetos e ações comunitárias onde o patrimônio é a pedagogia social da inclusão, sendo o principal Expedições Patrimoniais. É Mestre de conferências em universidades brasileiras e estrangeiras, sendo professora visitante em: Université du Québec à Montréal, Université Laval (Quebec), Universidade Politécnica de Valência (Espanha), Universidade de Buenos Aires/Fadu e Universidade Al Akhawain, Ifrane/Marrocos.

Herbet Menezes Dorea Filho

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Ciência da Informação pela UFBA. Especialista em Arte e Patrimônio Cultural pela Faculdade São Bento. Possui graduação em Arquivologia pela UFBA. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivos pessoais, gestão eletrônica de documentos, softwares livres e open-source. E-mail: herbet.filho1991@gmail.com

Isa Maria Freire

Doutora em Ciência da Informação pelo convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

José Antonio Moreiro González

Diplomado en Profesorado, Universidad Complutense 20/06/1974. Licenciado en Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Educación à Distancia (UNED) – Faculdade de Geografia e História, Doctorado en História, UNED. Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Actualmente, Catedrático de Universidad – Universidad Carlos III de Madrid. Líneas de investigación – descripción palabras claves: – Teoría e Historia de la Documentación; - Análisis de contenido textual; - Análisis documental de imágenes; – Formación universitaria de los documentalistas : Mercado de trabajo. Evaluación de programas de formación superior Indicadores generales de calidad de la producción científica Número de tesis doctorales dirigidas en los últimos 6 años: 7 Número de tesis doctorales dirigidas: 30 Citas totales: 1708 (Datos de Google Académico) Promedio de citas últimos 6 años: 118 (Datos de Google Académico) Índice h: 21 (Datos de Google Académico) Artículos indizados (30/06/2019): JCR (WoS): Q1-2; Q2: 3; Q3: 10; Q4: 12. Total: 27; SCOPUS: Q1-2; Q2: 5; Q3: 18; Q4: 7. Total: 32.

José Cláudio Alves de Oliveira

Baiano, de Vitória da Conquista, doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui pós-doutorado em Comunicação e Tecnologias, pela Universidade do Minho®(UMinho), Portugal; e pós-doutorado a través do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Atualmente, vem fazendo doutoramento em Memória: Linguagem e Sociedade na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É professor associado IV do Departamento de Museologia da UFBA; professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e Museologia (PPGMUSEU) da UFBA. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenador do PPGMUSEU da UFBA. Coordenador do Núcleo de Pesquisa dos Ex-votos. Participou como membro da Comissão de Área Interdisciplinar da Capes.

Joseane Oliveira da Cruz

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-graduada em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), bacharel em Arquivologia pela UFBA. Atualmente, é arquivista do Sistema de Bibliotecas (SIBI) da UFBA. Membro do Comitê Executivo para implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN) na UFBA. Tutora do curso de capacitação para o UFBAPEN e professora do Módulo 4- Capacitação UFBAPEN: Procedimentos básicos para digitalização de documentos. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, planejamento e implementação de ações para assegurar a preservação de documentos em meio analógico e digital, orientação e consultoria no contexto da preservação documental, gestão de documentos, arranjo arquivístico no âmbito do arquivo institucional e arquivo pessoal. Realiza orientação em projeto do Programa Permanecer na UFBA. Atuou como arquivista na UFS entre 2009 e 2014.

Lidia Maria Batista Brandao Toutain

Professora titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI), e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Doutora em Filosofia pela Universidad de León - España, en el Programa de Comunicación, Acción y Conocimiento. Mestre em Metodologia do Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas® (PUC-CAMP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Especialista En Derecho Para Las Tecnologías de La Información y de la comunicación, pelo Foro Europeo de Desarrollo Empresarial de España. Especialista em Documentación Aplicada a La Conservación de Bienes Culturales pelo Instituto Del Patrimonio Historico y Cultural / Mec – España; especialista em Serviços Automatizados em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduada em Biblioteconomia e Documentação pela UFBA. Nomeada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para atuar no Portal de Periódicos (2019-), representante da UFBA no

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) para atuar na Rede Cariniana de Preservação Digital (2015-Atual). Implantou o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) na UFBA, em 2012, e foi sua primeira coordenadora. Diretora do ICI (2006-2010). Superintendente do Sistema Universitário de Biblioteca (SIBI) da UFBA (2015-2019). Foi eleita, em 2009, presidente da Comissão responsável para elaborar a Resolução que criou o SIBI da UFBA. Implantou e implementou a Comissão Permanente de Arquivo da UFBA, e foi eleita pelo Conselho Universitário (Consuni) como primeira presidente, atuando de 2010 a 2020. Responsável pela implantação da Política de Arquivo da Universidade, aprovada no Consuni. Representante da UFBA no Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), Subcomissão do Ministério de Educação do Arquivo Nacional. Tem experiência na área de Ciência da Informação e Arquivologia, com ênfase em Teoria da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: semiótica, epistemologia da comunicação, informação e imagem preservação e memória. Líder do Grupo Interinstitucional de Processos Semiótico e de Design (Gides) cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Título de Cavaleiro da Ordem do Mérito do Estado da Bahia. Medalha Maria Quitéria, honraria concedida pela Câmara Municipal de Salvador (BA). Foi membro do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) da 17ª Gestão (2015-2018), tendo sido eleita coordenadora da Comissão de Ensino do CFB e representante do CFB na Comissão de Avaliação do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Assessora de reitores da UFBA (2011-2015). Membro do Conselho Deliberativo do SIBI (2010-2013; 2015-2019).

Maria Alice Santos Ribeiro

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-graduação em Gestão de Acervos Bibliográficos, Arquivísticos e Museológicos pela Fundação Joaquim Nabuco® (Fundaj) e em Arquivologia pela UFBA. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela UFBA. Atualmente, é coordenadora do Lugares

de Memória do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) da UFBA (2015-Atual). Foi coordenadora da Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Omar Catunda da UFBA (2016-2018). Membro da equipe técnica da Revista Cadernos de Prospecção (2009-Atual). Membro do Núcleo Open Journal Systems OJS do SIBI da UFBA (2019-Atual). Coordenadora do Núcleo Científico do SIBI da UFBA (2012-2013), coordenadora da Malha de Inovação do SIBI da UFBA (2012-2013); coordenadora da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa da UFBA (2010-2012); coordenadora do Portal da Inovação da Rede Nordeste do Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT) da UFBA (2009-2010); coordenadora da Biblioteca Digital da UFBA (2005-2009); chefe da Biblioteca Setorial do Instituto de Química da UFBA (1996-2008); chefe de Serviço de Arquivo Intermediário do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) entre o período de 1987-1991. Ministra aulas e palestras, orientações de projetos e monografias. Experiência nos temas: coleções especiais, preservação, proteção e segurança de coleções especiais; representação descritiva de coleções especiais; pesquisa bibliográfica e tecnológica; inovação, patentes, propriedade intelectual e tecnológica; serviços de referência, bibliotecas digitais, repositórios; gestão do conhecimento, organização de arquivos e preservação digital.

Maria Luiza de Almeida Campos

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: marialui-zalmeida@ufba.br

Miguel Ángel Márdero Arellano

Antropólogo, doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Tecnólogo Sênior e Coordenador da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – Cariniana do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Preservação Digital “Dríade”. E-mail: miguel@ibict.br

Renato Crivelli Duarte

É doutor e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Possui graduação em Arquivologia pela mesma instituição. Foi arquivista do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap) da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Unesp no período de 2014 a 2019. Atualmente, é professor adjunto A no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivologia, memória individual e memória coletiva, arquivos pessoais, patrimônio e patrimônio documental e instituições de custódia.

Ricardo Crisafulli Rodrigues

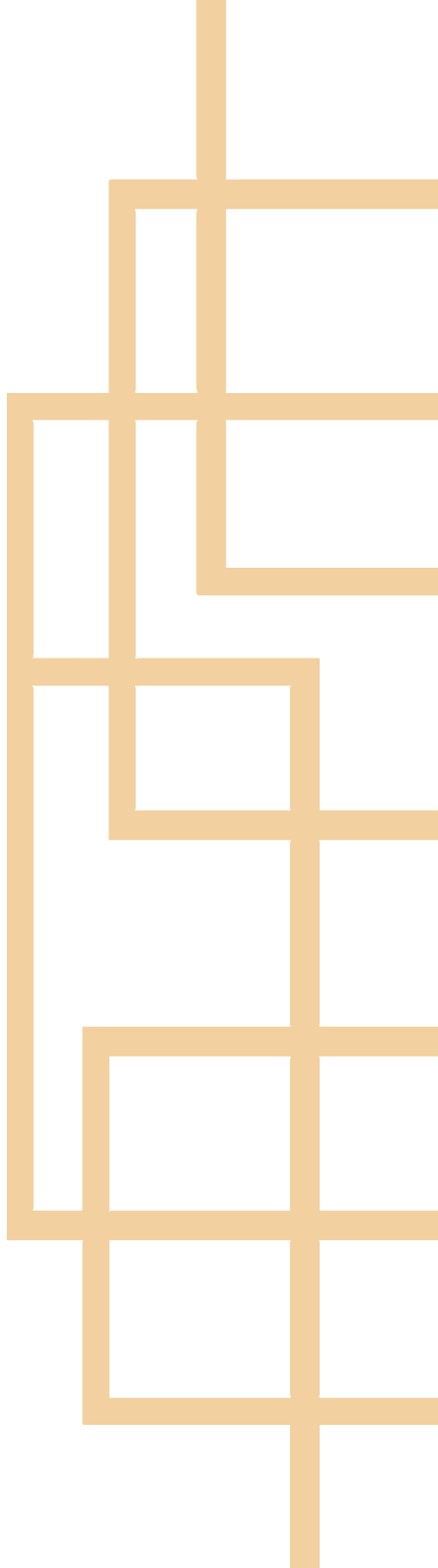
Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Biblioteconomia pela UnB, especialização em Administração de Sistemas de Informação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e mestrado em Master em Fotografia – Scuola per la Fotografia di Moda, Firenze, Itália. Tem experiência nas áreas de Ciência da Informação, com ênfase em Administração de Sistemas de Informação, Comutação Bibliográfica, aquisição de periódicos científicos, e em fotografia e imagem.

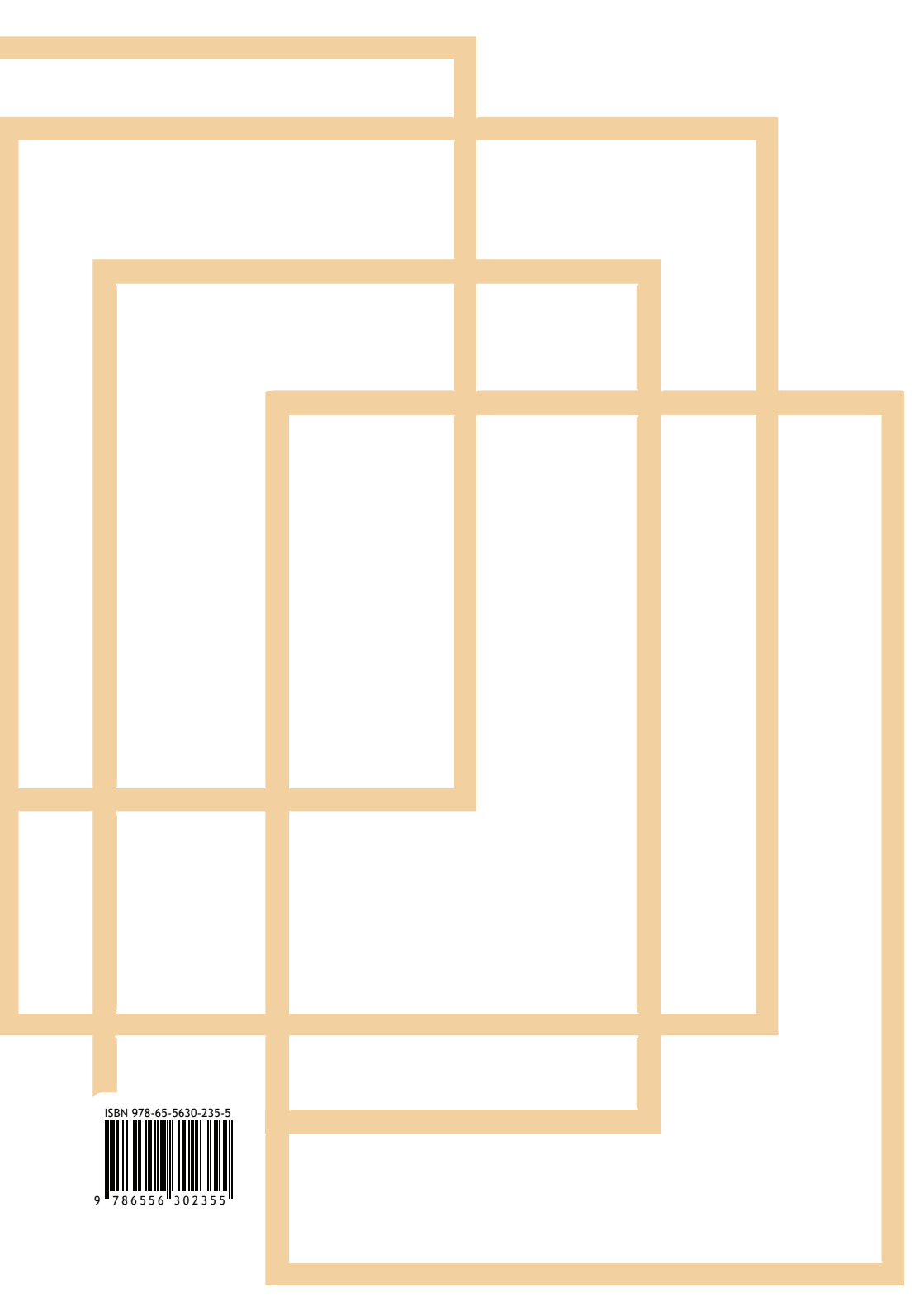
Sonia Araújo de Assis Boeres

Historiadora e bibliotecária. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Consultora em preservação digital para o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: sonia.boeres@gmail.com

COLOFÃO

Formato	14,8 x 21 cm
Tipologia	Aldine401 BT
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
Impressão	Cian Gráfica
Tiragem	300 exemplares





ISBN 978-65-5630-235-5



9 786556 302355